

ORÇAMENTO. 2016



Relatório (Anexo)

Orçamentos das Empresas Municipais

Porto. Domus Social

Instrumentos de Gestão
Previsional – 2016-2018



ÍNDICE

I.	PREÂMBULO	1
II.	PLANOS PLURIANUAIS	13
A.	ENQUADRAMENTO	14
B.	PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL.....	16
1.	GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL	16
2.	PRODUÇÃO.....	20
a.	Habitação Social Municipal.....	23
b.	Educação	24
c.	Funcionamento dos Serviços/Outros Edifícios Municipais.....	25
d.	Ambiente e Serviços Urbanos.....	25
e.	Reabilitação/Requalificação Urbana.....	26
f.	Solidariedade Social/Ação Social	26
3.	REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	27
C.	PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL.....	29
1.	PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2016-2018	29
2.	PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2016-2018	30
D.	PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL.....	35
III.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2016	38
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 / PRESSUPOSTOS	39
B.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL.....	52
C.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL	53
D.	BALANÇO PREVISIONAL	54
IV.	ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2016-2018.....	56
V.	ANEXO II – Parecer do Fiscal Único	58

I. Preâmbulo



A CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (Domus Social, EM) tem como propósito principal a promoção e gestão do parque habitacional público municipal, bem como a atividade de manutenção e conservação de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas propriedade da Câmara Municipal do Porto (CMP) nomeadamente os equipamentos públicos municipais de ensino (jardins de infância e escolas do ensino básico), cultura (arquivos, bibliotecas, museus, teatros) e administrativos / institucionais.

Para a prossecução do primeiro daqueles fins “a promoção e gestão do parque habitacional público municipal”, a(s) política(s) de habitação definidas pela CMP servem de orientação estratégica e constituem o quadro de referência que moldam a atuação desta empresa municipal.

A promoção e gestão do parque habitacional público municipal compreende genericamente as funções de:

- a) Organizar e executar os processos de aquisição, atribuição e venda de fogos habitacionais e outras frações autónomas;
- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;
- c) Assegurar todo o processo administrativo de cobrança das rendas devidas pela sua utilização;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas e assegurar a ligação com as entidades promotoras de habitação social;
- e) Organizar ou apoiar atividades de natureza sociocultural e criar ou apoiar equipamentos que tenham em vista a promoção social e de qualidade de vida dos moradores.

Relativamente ao segundo dos objetivos enunciados “a atividade de manutenção e conservação de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas” as orientações definidas pelo acionista único e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário conjugada com a estratégia de



intervenção desta empresa para o triénio em causa conduzem/conduzirão o plano de intervenções programadas e não programadas no património imobiliário municipal.

Neste contexto, a Domus Social, EM e, particularmente, para o ano de 2016, definiu ao nível da sua estratégia, dois importantes vetores de atuação – a relação com os inquilinos/municípes e uma particular atenção com os colaboradores.

Assim, prevê-se:

- a) O trabalho que a Domus Social, EM desenvolve é cada vez menos uma atividade isolada, feita no interior das suas instalações, e cada vez mais uma combinação de prestação e usufruto de serviços, em que os seus *stakeholders* – cidadãos, autarquia, empresas, organismos públicos – são cada vez mais simultaneamente fornecedores e clientes da Domus Social, EM.

Na sua relação com o cidadão, a Domus Social, EM tem por objetivo evoluir para uma relação transparente e participativa do cidadão, assegurando que a comunicação destes com a Domus Social, EM é tratada de forma única e coerente, independentemente do meio usado (presencialmente, por telefone, por carta, email ou através de um portal) para o fazer.

Adicionalmente, no sentido de aumentar a participação, a transparência e o escrutínio dos cidadãos, pretende-se evoluir para sistemas que permitam o acesso adequado dos cidadãos aos seus processos e/ou a conjunto agregados de informação, sem a intermediação dos colaboradores e de acordo com os mais modernos princípios internacionais em implementação nas administrações das sociedades mais desenvolvidas, designadamente o de “Our Data, Your Data”, que garante aos cidadãos o acesso, de forma adequada e segura, aos mesmos dados que estão disponíveis para a administração. Será possível assim interagir através de um canal privilegiado através da criação de uma área de



acesso reservada no “website” da empresa que permitirá atualização da informação de cada inquilino, consulta da tramitação/estado do seu processo e submissão de pedidos;

- b) A Domus Social, EM tem em curso um processo de modernização e transformação do seu modelo de prestação de serviços à cidade, que tem subjacente a adoção de uma nova atitude no cumprimento da sua missão. Com este desígnio, pretende a Domus Social, EM assumir uma postura ativa na condução dos seus processos, que lhe permita agir com antecipação e planeamento e não apenas reagir às solicitações e problemas com que vai sendo confrontada. Tendo em conta a mudança em curso, estão a ser implementados um conjunto de alterações na organização, com impactos na forma como gere e organiza os seus processos e nos modos de relacionamento com os cidadãos, com a autarquia e os seus parceiros de negócio, tanto do domínio público, como privado. Associado a este processo de modernização, e tendo em conta a natureza das novas atividades da Domus Social, EM, muito baseadas na interação com os cidadãos, os organismos e as empresas e muito dependentes da qualidade da recolha, tratamento e disponibilização de informação, a Domus Social, EM tem em vista a implementação um plano de modernização dos seus sistemas de informação, já que resulta claro o relevante papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o uso adequado dos dados podem ter neste processo de modernização e inovação.
- c) A dotação de meios e conhecimento que lhe permitam uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas que estão sob a sua gestão constitui não só um importante desafio mas também uma oportunidade.

Desafio, porque lhe está associada uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa, a jusante dos problemas, para uma atitude de planeamento e intervenção precoce, o que implica o desenho de novos processos e de sistemas de informação que os suportem.



Oportunidade, na medida em que esta transformação servirá de alavanca para outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem com a modernização e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por cadastro.

Na perspetiva do desafio este será suportado pela adoção de um novo sistema de informação para a gestão da manutenção preventiva, que incorpora metodologias e conhecimento técnico de qualidade neste domínio, que estão a ser desenvolvidas numa colaboração entre Domus Social, EM e o Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro e que serão vertidas para uma aplicação informática garantidamente inovadora e com elevado potencial de disseminação.

- d) Promover uma cultura organizacional que incentive as competências e criatividade das pessoas através de novas e melhores práticas de trabalho.

Enquadrando e quantificando o seu perímetro de intervenção, a Domus Social, EM tem sob sua gestão todo o conjunto de habitação social municipal que integra cerca de 13.000 fogos e onde residem cerca de 30.000 pessoas. Assegura, ainda, a manutenção e conservação de todo o restante conjunto de imóveis municipais constituído por um importante e relevante número de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas. Esta realidade diversa e bastante complexa, implica um fluxo permanente e muito significativo de informação de e para a empresa. A gestão da manutenção e conservação de todo este conjunto de ativos e a gestão da ocupação das habitações, obrigam a um elevado nível de organização e de controlo interno correspondendo a um exigente esforço logístico e financeiro. Daí a importância do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) instituído e implementado na Domus Social, EM através de um levantamento, análise e otimização dos processos de trabalho e de recursos que nos permite que a atividade seja realizada de uma forma mais eficaz e globalmente orientada para o cidadão/munícipe. Ao mesmo tempo, o acompanhamento dos indicadores que monitorizam o cumprimento dos objetivos, previamente traçados, e da avaliação dos resultados, com suporte nos sistemas de informação atualmente



existentes, permite a aferição permanente dos resultados, mantendo a sua adequação à prestação de melhores serviços.

Como referido, a dimensão dos ativos e a diversidade das questões relacionadas com a gestão da habitação social municipal exige uma particular atenção aos sistemas de informação que governam o funcionamento quotidiano da empresa. Sendo transversal à organização, recolhem e tratam dados nas diferentes áreas da empresa que vão desde o relacionamento com a população residente, até à informação associada aos processos logísticos, de aquisição e gestão de bens e serviços, passando pela informação associada à manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua responsabilidade. A informação, permanentemente atualizada, é condição indispensável para assegurar a qualidade do processo de tomada de decisões. É, pois, uma área em plena expansão no sentido em que sistemas de informação operacionais e capazes contribuem para um melhor funcionamento da organização.

Acrescente-se, ainda, um conjunto de projetos na área dos sistemas de informação que poderão constituir uma mudança importante na forma como a empresa “lê” a informação que possui e que se encontram já em franco desenvolvimento e que durante o ano de 2016 serão gradualmente implementados na empresa.

De facto, a implementação de um sistema de Business Intelligence (a funcionar em regime experimental em 2015 na DGPH e na DP e estendida à DAF em 2016) e de um Sistema de Informação Geográfica, constituirão uma mudança radical nos planos da gestão da informação e, conseqüentemente, dos termos da produtividade da empresa ao tornar “editável” e “tratável” a informação que possuímos. Verifica-se hoje que, na maioria das organizações, públicas e privadas, o crescimento incremental das suas aplicações informáticas leva à criação de “ilhas de informação”, escondidas no interior das aplicações que acabam por se constituir não em repositórios de informação mas em depósitos fechados, dos quais é difícil extrair informação de qualidade, agregada e suscetível de relacionamento, que possa ser aproveitada de forma eficaz na criação de indicadores e no suporte a diferentes atividades que uma gestão moderna pressupõe.



Este foi também um problema sentido – e atacado – pela Domus Social, EM que percebeu a necessidade de transformar os dados “escondidos” nas aplicações em informação útil para a gestão da empresa.

Com este objetivo, a implementação do projeto de Business Intelligence na empresa, suportado em duas constituintes fundamentais: a criação de um “datawarehouse” com dados limpos, homogêneos na sua codificação e consolidados e a definição de ferramentas para a sua exploração, destinadas à produção de indicadores, à criação de conhecimento organizacional, e ao suporte na definição de boas práticas e normas de orientação constituirá por si só, como já referido, um momento chave no desenvolvimento da empresa.

Importa ainda destacar dois objetivos considerados prioritários no domínio da organização interna para os próximos anos:

- a) A criação e implementação de uma nova área de coordenação na empresa (Centro Documental / Arquivo Geral) que faça a gestão do arquivo físico e digital, a definição dos circuitos e a uniformização dos procedimentos, com o objetivo de se promover uma gestão documental cuidada e funcional garantindo desta maneira uma melhoria substancial nos processos de gestão da informação e a preservação do acervo documental;
- b) A implementação da assinatura digital em todos os documentos e a prossecução do processo gradual de desmaterialização da informação.

Parece-nos ainda relevante destacar três importantes trabalhos que decorreram e decorrem já na sua fase de implementação e que fundamentarão muito das futuras políticas de habitação e moldarão os contornos da intervenção que se prevêem realizar nos próximos anos.

O primeiro, o do Levantamento e Caracterização das “Ilhas” do Porto decorre de um recenseamento geral das “ilhas” existentes na cidade do Porto efetuado com vista a uma caracterização demográfica e socioeconómica da população a residir neste tipo de habitação bem

Uy



como as condições de habitabilidade das mesmas. O trabalho realizado pelo Centro de Investigação em Território, Transportes e Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto originou um documento que identificou a totalidade das “ilhas” existentes na cidade efetuando um diagnóstico geral da população residente e das condições de habitabilidade, perspetivando potenciais modelos de intervenção/ação e eventuais soluções urbanísticas e habitacionais que deverão ser adotadas definindo uma estratégia de intervenção de curto (0 a 3 anos), médio (4 a 6 anos) e longo prazo (7 a 10 anos) contemplando a identificação de linhas de financiamento (públicas e privadas) que sustentarão uma estratégia de intervenção e um programa de ação. Aqui é fulcral realçar que a intervenção numa das poucas ilhas municipais existentes a “Ilha” da Bela Vista corporiza, desde já, uma das variadíssimas formas e modelos de intervenção que se prevêem implementar na cidade do Porto. Durante 2016 a referida ilha estará totalmente reabilitada.

O segundo, refere-se a uma nova responsabilidade assumida pela Domus Social, EM e que abre o leque de intervenções do clássico mercado de arrendamento público em bairros de habitação social para outro modelo de provisão de habitação com a utilização do stock (devoluto e ocupado) de imóveis designados por “Casas do Património”, “Casas do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira / Barredo-Centro Histórico (ex-CRUARB-CH)” e ex-FDZHP para atribuição a famílias carenciadas. Esta operação de intervenção de curto/médio prazo nos fogos/edifícios devolutos preencherá de forma relevante a atividade da empresa no próximo triénio. Reforçando esta componente, a Domus Social, EM a partir de 1 de Dezembro de 2014 passou a gerir o património habitacional da antiga Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP). Integram este acervo 102 frações habitacionais cuja gestão e manutenção, suportada em contrato de mandato subscrito para o efeito, foi atribuída à Domus Social, EM. Em 2016 a empresa continuará a assegurar a gestão e manutenção destes ativos.

O último dos projetos estruturantes, e já anteriormente mencionado, que decorre do trabalho realizado pela Universidade de Aveiro (Departamento de Engenharia Civil), prende-se com a implementação de Planos de Manutenção Preventiva (PMP) nos bairros de habitação social municipal essencialmente centrada nos processos de reabilitação do “envelope” dos edifícios que

MAN

uy



constituem esses bairros. A sua implementação irá ocorrer gradualmente e de forma extensiva durante o ano de 2016 a todo aquele parque habitacional público municipal. Complementarmente a este projeto será implementada uma ferramenta informática que permitirá uma adequada gestão das operações de manutenção.

Na área da energia e ambiente a aposta da Domus Social, EM traduzir-se-á na implementação de medidas de eficiência energética e de incremento do conforto térmico nos bairros de habitação pública municipal. Assim, e com a ajuda do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI), pretende-se que os futuros projetos de reabilitação do “envelope” do edificado incorporem, desde logo, algumas das recomendações que resultarão do estudo em causa.

A situação do país e da cidade, marcada por uma profunda crise social, pelo agravamento da pobreza e das desigualdades, impele a empresa à ação, ao reforço da sua responsabilidade social, como revela o apoio logístico na implementação e no controlo do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pela CMP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras, fruto da crise prolongada que se vive no país e que acentuou problemas como o desemprego e a perda de prestações sociais, atribuindo-lhes um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária.

Também, no contexto da responsabilidade social, o apoio material à execução, por parte das Juntas de Freguesia, de um programa de intervenção emergente, que visa melhorar as condições habitacionais de pessoas residentes nesses territórios, designado por “Casa Reparada, Vida Melhorada” que serão plasmados em protocolos de cooperação. A Domus Social, EM apoiará este programa disponibilizando materiais de construção até ao limite anual de vinte mil euros encontrando-se, neste momento, protocolado um acordo com a Junta de Freguesia de Bonfim.

A empresa tem como objetivo aplicar de forma criteriosa, prudente e economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros que resultam da sua própria atividade e dos meios disponibilizados pela CMP nas ações de manutenção e reabilitação de edifícios.

MAN



Com os meios financeiros que resultam da atividade de arrendamento de habitações municipais, efetuará as ações de manutenção preventiva e corretiva, suportará os custos da sua estrutura afetas a essa mesma atividade, tendo como objetivo maior assegurar a sustentabilidade económica e financeira da empresa.

A empresa iniciará, em 2016, ações sistematizadas de manutenção preventiva do “envelope” dos edifícios de habitação pública e municipal, atividade suportada financeiramente pela receita de rendas. A atividade corrente de recuperação interior de casas devolutas passa a ser enquadrada no contrato de mandato subscrito com o município. Neste quadro de financiamento a empresa, a partir de 2016, deixa de beneficiar de subsídio municipal.

A crise financeira e económica do país e as inerentes restrições orçamentais continuarão a ter naturais impactos na atividade da empresa no futuro próximo. Os níveis de investimento estão ajustados de forma a garantir a preservação do equilíbrio financeiro. Sem prejuízo deste equilíbrio, os níveis de investimento para o próximo triénio em grande reabilitação crescem significativamente face à realidade dos últimos anos.

O programa de auto manutenção “Casa Como Nova” permite aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas, portas interiores e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado. Este programa, com participação financeira da Domus Social, constitui um contributo para a manutenção do interior das habitações e, particularmente, eleva o grau de sensibilização dos inquilinos para a preservação do património público de que diretamente beneficiam. Este programa manter-se-á no próximo triénio.

A empresa irá identificar as oportunidades de captação de fundos comunitários aplicáveis na sua atividade e a colaborar com a CMP em todos os processos de candidaturas.

Sem prejuízo da fundamental preocupação com critérios de equidade e justiça na análise e decisão sobre o vastíssimo conjunto de questões que diariamente são colocadas e relacionadas com a



utilização da habitação social, a Domus Social, EM propõe-se efetuar um acompanhamento muito próximo das mesmas, avaliando criteriosamente os problemas de natureza social, naturalmente agravados pela atual conjuntura, procurando, com meios próprios e por recurso a outras entidades vocacionadas para o apoio social, encontrar as soluções que ajudem as famílias a ultrapassar as suas dificuldades e constrangimentos. Para este fim, a empresa estará ainda mais no terreno, junto dos inquilinos, e contará com o importante apoio das juntas de freguesia e associações locais de moradores.

Continuar-se-á a assegurar a valorização pessoal e profissional dos colaboradores, suportada por um sistema de avaliação de desempenho participado, a par do diagnóstico/levantamento de necessidades de formação, por funções/áreas, que resultará no plano anual de formação que, pela sua natureza, se traduz num acréscimo de valor para o colaborador e para a organização. Para cumprir estes desígnios será feita uma aposta no fortalecimento do sentido de pertença à organização, através da valorização da criatividade, responsabilidade e autonomia dos colaboradores.

Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o triénio 2016-2018.

O acompanhamento e controlo da CMP, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto e nos Estatutos da Empresa.

De acordo com os Estatutos da Domus Social, EM a contabilidade deve respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010, devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir um controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.



As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

I. PLANOS PLANIARIOS

II. Planos Plurianuais



A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos:

Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do parque habitacional público municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações da grande reabilitação do parque habitacional público municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas na gestão do parque habitacional;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 20 dias;
- vi. O prazo de recebimento por parte da CMP foi estimado em 15 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 1,2%;
- viii. A taxa nominal média de crescimento salarial de 0%.

Objetivos Gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Melhoria contínua da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;



- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;
- iv. Avaliação de desempenho profissional, com fixação de objetivos;
- v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um Sistema de Gestão da Qualidade orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- vi. Melhoria do desempenho dos sistemas de informação;
- vii. Aperfeiçoamento da gestão da informação, implementado o Arquivo Geral/Centro Documental da empresa, com integração do arquivo digital e físico;
- viii. Gestão integrada do património habitacional do Município, garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- ix. Cumprimento do Programa “Reabilitar para Arrendar” de reabilitação do parque habitacional público municipal;
- x. Reforço e implementação gradual de medidas de Manutenção Preventiva;
- xi. Programa Estratégico para as “Ilhas” do Porto.



B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional tem como missão analisar e tratar todos os movimentos habitacionais do vasto parque habitacional do município do Porto constituído por cerca de 13.000 fogos. É objetivo contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores dos bairros, assegurando uma gestão eficiente e eficaz, garantindo, deste modo, o princípio da integração social, por uma cidade mais próxima dos cidadãos.

A par da gestão de todos os movimentos habitacionais, importa ainda a gestão de todos os espaços coletivos integrados nos bairros sociais, potenciando os sentimentos de pertença e vizinhança e promovendo a coesão social.

A experiência da empresa na organização e disciplina da ocupação das habitações sociais, conduziu à consolidação num único documento dos princípios e normas orientadoras da atribuição, manutenção e extinção do direito de ocupação das referidas habitações. Referimo-nos ao Regulamento de Gestão do Parque Habitacional que se assume como o principal instrumento regulador da relação constituída entre os inquilinos e a Domus Social.

Entretanto, recentemente, entrou em vigor o Regime do Arrendamento Apoiado, publicado na Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que vem estabelecer a disciplina aplicável às habitações sujeitas a este regime. Nesta nova disciplina jurídica são concretizadas regras sobre as condições de atribuição destas habitações, respetivos termos de ocupação e cessação, cálculo de renda e demais obrigações a que estão sujeitas as partes contratuais.

Perante este novo enquadramento, promover-se-á, para 2016, a adequação do nosso referido Regulamento àquela disciplina legal do arrendamento apoiado.



No âmbito e para os objetivos da gestão promovida pela Direção de Gestão do Parque Habitacional é particularmente relevante conhecer a composição dos agregados familiares residentes em habitação social e respetivos rendimentos auferidos. É o meio para implementação de medidas que respondam aos interesses dos arrendatários e forma de otimizar a adequada gestão do parque habitacional. A definição das políticas habitacionais e implementação de práticas de intervenção no terreno beneficia, diretamente, da concreta perceção da constituição e características dos agregados familiares residentes. De forma a obter-se uma informação atualizada que permita o conhecimento do universo sob gestão e conseqüente atualização da base de dados da empresa, promove-se, com o respetivo enquadramento legal, o processo de atualização de dados sobre inquilinos municipais.

Em 2016, serão atualizados os processos de 4.000 inquilinos. Este processo de atualização será realizado através de uma plataforma eletrónica criada para o efeito, privilegiando a simplificação do processo para o arrendatário e melhorando a eficácia da organização interna. Os inquilinos municipais passarão a dispor da possibilidade de comodamente e autonomamente, submeter o seu processo de atualização. Em simultâneo, iremos promover, com a colaboração das Juntas de Freguesia, a descentralização dos locais alternativos de entrega da documentação. Ficará, assim, assegurado um processo menos burocrático e com redução significativa do tempo habitualmente despendido pelos inquilinos municipais.

Este processo, transversal a várias áreas do Parque Habitacional, é constituído por um conjunto de responsabilidades asseguradas exclusivamente por esta Direção que passam pela receção de documentos, monitorização dos prazos, triagem da documentação, expedição de notificações, controlo das entregas de documentação adicional, análise do processo de atualização, validação dos dados e cálculo da renda apoiada.

O Município do Porto tem vindo a assegurar a habitação a milhares de famílias carenciadas, sem condições económicas para recorrerem ao mercado livre de arrendamento. A capacidade de resposta é insuficiente face ao elevado número de famílias carenciadas que procuram habitação



social. A empresa procura assegurar a máxima capacidade de resposta às solicitações, atuando com agilidade e eficiência no desenvolvimento do processo de concurso e atribuição de habitação, sem prejuízo da sua transparência. São estes princípios que procuraremos continuar a assegurar em 2016. Com esse objetivo, vamos evoluir no tratamento informático do processo de controlo e atribuição de casas. Passaremos, também, a disponibilizar no nosso website informação sobre candidaturas a habitação social e, individualmente, a cada candidato admitido, informação sobre o estado da sua candidatura.

A Direção de Gestão do Parque Habitacional assegura, ainda, todos os movimentos habitacionais internos, nomeadamente as transferências que resultam por necessidade de adaptação de tipologias ou por motivos de doença.

Continuaremos, no próximo ano, a dar particular atenção à necessidade de detetarmos mais rapidamente situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa.

A Domus Social e o Departamento Municipal de Desenvolvimento Social estão a estudar e a desenvolver um projeto, a iniciar em 2016, que tem por objetivo promover uma cidadania ativa junto dos novos moradores dos bairros de habitação pública. Pretende-se assim contribuir para a sensibilização e adaptação das famílias ao novo contexto habitacional.

Serão integrados neste projeto todos os candidatos a habitação pública como contributo para uma melhor integração numa nova comunidade, com todos os seus direitos e obrigações, potenciando princípios saudáveis de boa vizinhança e vida, numa lógica de responsabilidade partilhada. Este projeto, prevê uma formação modular, em função das necessidades de formação detetadas, aliada a um adequado acompanhamento e conclusão dos resultados do processo.

O Projeto ConDomus – Gestão de Entradas em Edifícios Municipais, modelo organizacional de gestão e administração dos espaços comuns, que motiva e implica a participação dos nossos



inquilinos, será continuado e valorizado. Das 1.206 entradas, que compõem os bairros onde estão reunidas as condições estruturais que permitem a implementação deste projeto, encontram-se organizadas até à data cerca de 80% do total. Até ao final de 2015, será ainda implementado o projeto em apreço no Lagarteiro e S. Vicente de Paulo.

Concluiremos, no triénio, a implementação do projeto nos restantes bairros. Em paralelo, promover-se-á a continuidade e alargamento do trabalho nos bairros onde o projeto já foi implementado, o qual subentende a eleição de novos moradores que assumem a função de gestores do condomínio. Continuar-se-á ainda, a promover a formação desses gestores bem como melhorar o acompanhamento e a resolução efetiva das situações que são, pelos mesmos, reportadas à empresa.

Como forma de coadjuvar o trabalho que se realiza ao nível das áreas comuns no âmbito do Projeto ConDomus, bem como assegurar uma correta ocupação das habitações municipais, pretende-se dar continuidade no período identificado, às ações de fiscalização e averiguação.

Para garantir maior eficiência e agilidade do processo administrativo associado à gestão de condomínios iremos evoluir no suporte informático a esta atividade.

Refira-se, ainda, a colaboração que tem vindo a ser desenvolvida com as instituições da Cidade, que atuam em diversos sectores da sociedade, dentre elas, Federação Académica do Porto, CASA – Centro de Apoio ao Sem-abrigo, APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vitima, APD - Associação Portuguesa de Deficientes, Sociedade Portuguesa do Acidente Vascular Cerebral, Associações de Moradores, mediante a cedência de espaços com fim não habitacional existentes nos bairros municipais. Continuaremos a potenciar este tipo de colaboração pelo seu interesse para a comunidade e para os locais onde estas instituições se instalam.

Paralelamente, e de maneira a dinamizar a vivência local, são também arrendadas lojas para o pequeno comércio do dia-a-dia, tais como, Mercearia, Talho, Cafeteria, Cabeleireiro, Engomadoria.



No âmbito do incumprimento no pagamento de rendas, as atuais circunstâncias de grave crise socioeconómica impõem especial atenção, e adoção, de medidas tendentes a atenuar as dificuldades no cumprimento regular do pagamento das rendas da habitação social. Com efeito, o aumento do desemprego e o endividamento das famílias agravou-se nos últimos anos e tem vindo a repercutir-se naqueles agregados que apresentam maiores dificuldades económicas. Para tanto, será mantida uma especial monitorização dos níveis de incumprimento no pagamento de rendas, acompanhando as situações de maior gravidade social, procurando soluções de equilíbrio que permitam ultrapassar as dificuldades detetadas e, simultaneamente, não permitir a degradação dos atuais níveis de cumprimento.

Por outro lado, o programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social criado pelo Município do Porto, em 2014, definiu, entre as suas componentes de intervenção prioritária, o apoio à habitação. Destinado a auxiliar pessoas ou famílias com dificuldades económicas e em situação de emergência habitacional grave, este benefício constitui um apoio à renda ou à prestação mensal de empréstimo bancário para aquisição de habitação. Esta Direção assegura parte significativa da operacionalização deste programa, rececionando as candidaturas, analisando-as, validando-as e submetendo-as a apreciação do senhor provedor do inquilino municipal e homologação do senhor vereador com o pelouro da habitação e ação social.

2. PRODUÇÃO

O objetivo base fixado nos IGP para a Direção de Produção (DP) passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de reabilitação, manutenção e conservação do património edificado municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, a DP propõe-se (re)afirmar objetivos específicos já anteriormente assumidos e (re)definir novos objetivos a alcançar, nomeadamente:

- a) Desenvolver as obras de reabilitação do “envelope” dos edifícios dos bairros de habitação pública municipal mais degradados assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- b) Assegurar a reabilitação interior das casas devolutas;
- c) Concretizar a intervenção na reabilitação (interior e/ou exterior) das “Casas do Património”, ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP;
- d) Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios do parque habitacional público municipal e dos diversos equipamentos públicos municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- e) Assegurar de forma eficaz, o que significa em tempo útil, e eficiente, isto é com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de emergência de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos;
- f) Assegurar, em tempo e qualidade, resposta às solicitações efetuadas pelo Departamento Municipal de Proteção Civil (DMPC) e pelo Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Para tal, a DP está organizada em torno de 4 áreas de coordenação (Gestão de Projeto - GP, Gestão e Controlo de Empreitada - GCE, Gestão da Manutenção Preventiva e Cadastro - GMPC e Gestão das Brigadas de Intervenção - GBI), de forma a dar resposta aos objetivos que se propõe alcançar.

Refira-se que a função primordial da DP é a da manutenção e conservação dos imóveis à sua responsabilidade. O património sob sua gestão é constituído essencialmente por edifícios de habitação pública municipal (cerca de 600 edifícios – essencialmente de natureza plurifamiliar) e por uma diversidade de equipamentos públicos municipais (52 edifícios escolares e 58 classificados como outros edifícios municipais – constituído essencialmente por equipamentos públicos municipais de cultura e administrativos / institucionais). A DP é responsável também pela

cy



manutenção por uma diversidade de equipamentos/instalações distribuídos pelos edifícios atrás referidos, nomeadamente por 138 equipamentos de elevação e ascensores, por 2.466 extintores e carretéis, por 76 sistemas de bombagens, pelos Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR) de cada um dos 52 edifícios escolares, pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 8 edifícios escolares e 9 localizados em outros edifícios municipais e pelos grupos geradores instalados em 8 equipamentos públicos municipais e o pelo Sistema Automático de Detecção de Incêndios (SADI) instalados em 24 edifícios escolares e nos Paços do Concelho.

Perante a diversidade de edifícios, o tipo, natureza e complexidade, urgiu definir uma política de manutenção e conservação que condicionasse a prática da DP nos próximos anos com a implementação gradual de políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

A dotação de meios e conhecimento que lhe permitam uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas que estão sob a sua gestão constitui não só um importante desafio mas também é uma oportunidade. Desafio, porque lhe está associada uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa, para uma atitude de planeamento e intervenção precoce o que implica o desenho de novos processos e de sistemas de informação que os suportam. Oportunidade, na medida em que esta transformação servirá de alavanca para outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem com a modernidade e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por cadastro.

Em articulação com a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) da CMP elaboraram-se os planos de manutenção preventiva para os designados “outros edifícios municipais” (58 edifícios sob a tutela da Domus Social, EM) encontrando-se em curso a sua implementação.



A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva em edifícios escolares, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas e das instalações elétricas que estão a ser implementados.

As equipas de intervenção (GBI), bem como os colaboradores da Domus Social, EM que acompanham essas equipas atuam isolados do ponto de vista dos Sistemas de Informação, o que os obriga a remeter os registos das intervenções ou a consultar informação na sede da empresa, comportamento identificado como um fator de ineficiência e desperdício. Assim, e num futuro próximo, pretende-se que as equipas/colaboradores possam registar as intervenções e aceder à informação necessária para as intervenções no local das mesmas com recurso a equipamentos portáteis (*tablets* ou *smartphones*) utilizando infraestruturas de comunicações móveis, o que permitirá uma melhoria na eficiência e de ganhos de imagem.

A empresa tem em curso projetos e empreitadas de reabilitação do “envelope” dos edifícios de habitação social municipal e de reabilitação do interior de casas devolutas.

A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 16.853.750€, aos quais acresce 4.221.372€, provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.

Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

a. **Habitação Social Municipal**

Gestão e Manutenção do Parque Habitacional Público Municipal

Para 2016 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 14.603.750€ acrescida do montante proveniente da receita de rendas.

O Exercício de 2016 continuará a ser marcado pela inexistência de apoios financeiros sobre a forma de comparticipação a fundo perdido da Administração Central às obras de grande reabilitação de habitação pública municipal, sendo o esforço integralmente concentrado em fundos próprios do município, obrigando a opções que ficam aquém do que seria desejável, tendo em conta a absoluta necessidade de continuar a assegurar o equilíbrio financeiro da autarquia e, em particular, desta empresa municipal.

Pese embora as limitações financeiras é intenção em 2016 dar continuidade às obras de grande reabilitação iniciadas em anos anteriores com vista à conclusão das mesmas nos bairros do Lagarteiro (12 a 13), S. Roque da Lameira (21 a 23), Eng. Machado Vaz, Ramalde e São João de Deus. Realce também para a conclusão em 2016 da reabilitação da “Ilha “ da Bela Vista. Refira-se que estas intervenções encontram-se inscritas no programa “Reabilitar para Arrendar”.

Para Santa Luzia prevê-se a sua conclusão para 2018. Perspetiva-se ainda o início das intervenções em Bom Pastor, Falcão e Monte da Bela, que se desenvolverão no triénio. Será também iniciado o processo de regeneração urbana do Cerco do Porto.

O objetivo fixado para 2016 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 450 habitações.

b. Educação

Manutenção de Edifícios Escolares Públicos Municipais

A dotação financeira para esta rubrica é de 800.000€. Esta verba permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção reativa, execução de pequenas empreitadas diversas de conservação e rotinas de manutenção preventiva de equipamentos já estabelecidas, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de



bombagem de abastecimento de água, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas.

Continuarão a ser asseguradas intervenções correntes e de emergência na generalidade do parque escolar municipal.

c. Funcionamento dos Serviços/Outros Edifícios Municipais

Edifícios Culturais e Administrativos/Institucionais

Enquadrado na dotação financeira fixada de 500.000€ será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitado e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: o Arquivo Municipal do Porto (Histórico e Geral), as Bibliotecas Municipais do Porto (Biblioteca Pública Municipal do Porto e Biblioteca Municipal de Almeida Garrett), - administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas e grupos geradores) e a manutenção de coberturas efetuadas pela GBI.

d. Ambiente e Serviços Urbanos

A Domus Social, EM assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitada que venham a ser solicitadas pela Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU) até ao montante de 100.000€, nomeadamente para a reparação e ampliação dos Postos de Zonas de Jardins e dos Postos de Zonas de Limpeza Urbana.



e. **Reabilitação/Requalificação Urbana**

Obras Coercivas em Edifícios Privados

A dotação financeira desta rubrica é de 600.000€ e destina-se, essencialmente, ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pelo DMPC e pelo DMF da CMP.

f. **Solidariedade Social/Ação Social**

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social, até ao montante de 250.000€.



3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

CONTRATO MANDATO CMP			
(Un.: euro)			
Designação	2016	2017	2018
1 COESÃO SOCIAL			
1.1 Solidariedade Social	250.000	250.000	250.000
1.2 Habitação Social			
Habitação Social	3.043.639	17.213.730	17.082.167
Hab. Soc.-Reabilitar para Arrendar	11.560.111		
subtotal	14.853.750	17.463.730	17.332.167
5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1 Reabilitação / Requalificação Urbana	600.000	600.000	600.000
6 EDUCAÇÃO			
6.1 Promover e fomentar a educação	800.000	800.000	800.000
13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
13.1 Funcionamento dos serviços	500.000	500.000	500.000
Outras intervenções	100.000	100.000	100.000
subtotal	600.000	600.000	600.000
Total	16.853.750	19.463.730	19.332.167



MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do PARQUE HABITACIONAL	IGP 2016
Contratos	387.213
Encomendas e serviços	4.972
subtotal gestão do parque habitacional	392.185
Emergências e pequenas intervenções (serralharia, carpintaria, pintura)	121.192
Serviços diversos (trab.especializados, honorários, publicidade)	79.992
Contratos de manutenção (preventiva)	32.131
Contratos de brigadas	728.260
Materiais de armazém	215.787
Outros materiais	147.669
Automanutenção	15.498
Empreitadas	303.702
Fiscalização	77.302
Projeto e outros	15.000
Manutenção preventiva	2.092.654
subtotal manutenção do parque habitacional	3.829.188
TOTAL	4.221.372

C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2016-2018

O investimento previsto para o triénio em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
valores em euros			
1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Edifícios e outras construções	41.950	0	0
Equipamento de informática	20.200	3.000	3.000
Equipamento de transporte	14.006	0	0
Equipamento administrativo	5.230	5.000	5.000
Outros ativos fixos tangíveis	12.800	12.000	12.000
SUBTOTAL	94.186	20.000	20.000
2. ATIVOS INTANGÍVEIS			
Programas de computador	229.420	30.000	30.000
SUBTOTAL	229.420	30.000	30.000
TOTAL	323.606	50.000	50.000

De forma a garantir a melhoria contínua do sistema de informação e a sua adequação à atividade da Domus Social, EM está previsto em 2016 um forte investimento nos ativos intangíveis, que se traduz na aquisição de diversas aplicações informáticas.

Por forma a apoiar as primeiras ações de manutenção preventiva sistemática e programada a nível do exterior dos edifícios de habitação social, prevê-se a aquisição/reformulação de um módulo de manutenção preventiva.

Está prevista a continuidade das soluções implementadas em 2015 como o projeto de Business Intelligence que tem como objetivo alargar a solução a outras áreas da empresa, nomeadamente a Direção Financeira e Coordenação de Recursos Humanos.

Em 2016 prevê-se ainda a implementação de diversas atualizações nos aplicativos informáticos nomeadamente com a certificação da emissão de rendas, desenvolvimento do aplicativo de atualização de dados e de elaboração de candidaturas.

Está ainda prevista a aquisição de uma viatura para as necessidades de gestão da grande reabilitação.

O restante investimento previsto tem como objetivo garantir a atualização da organização interna e dos serviços que presta e está relacionado com a aquisição de equipamento de escritório, estantes e equipamento informático.

O investimento previsto para os anos de 2017 e 2018 limita-se a impedir a obsolescência dos equipamentos administrativos e informáticos.

2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2016-2018

A estrutura previsional de recursos humanos para o triénio de 2016-2018 é a seguinte:

	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Apoio ao Conselho de Administração	3	3	3	3
Gabinete Jurídico	1	1	1	1
Gabinete de Estudos e Planeamento	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Imagem	2	2	2	2
Coordenação dos Rec. Humanos	3	3	3	3
Gabinete de Sistemas de Informação e Qualidade	4	4	4	4
Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento	6	6	6	6
Apoio ao Provedor do Inquilino Municipal	1	0	0	0
Direção de Produção	1	1	1	1
Coordenação da Gestão de Projeto	8	9	9	9
Coordenação da Gestão de Fiscalização e Controlo de Empr.	5	5	5	5
Coordenação da Gestão da Manutenção Preventiva e Cadastro	7	7	7	7
Coordenação da Gestão de Brigadas de Intervenção	21	22	22	22



Subtotal Produção	42	44	44	44
Direção de Gestão do Parque Habitacional	1	1	1	1
Coordenação da Gestão de Ocupações	9	9	9	9
Coordenação de Gestão de Condomínios e Fiscalização	9	9	9	9
Coordenação de Gestão Administrativa	9	9	9	9
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	9	9	9	9
Subtotal Gestão do Parque Habitacional	37	37	37	37
Direção Administrativa e Financeira	1	1	1	1
Financeira	3	3	3	3
Centro Documental ¹	3	3	3	3
Subtotal Administrativa e Financeira	7	7	7	7
Total	106	108	108	108

¹ Inclui telefonista e estafeta

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos e 1 colaborador a exercer funções em regime de cedência temporária na Fundação Porto Social.

Para além deste quadro de pessoal, importa também referir a plataforma de partilha de serviços entre a Domus Social, EM, e a GOP, EM, com particular incidência nas funções de *back-office*, e cujo principal objetivo é o aproveitamento de sinergias entre as duas empresas municipais.

Para o ano de 2016 prevê-se a manutenção do mesmo formato, o que significa que no total serão partilhados pela GOP, EM, e a Domus Social, EM, 23 colaboradores:

DIREÇÃO / ÁREA	FUNÇÃO	QUADRO DE ORIGEM
Suporte à Administração	Secretária	GOP
Gabinete Jurídico	Coordenador do Gabinete Jurídico	GOP
	Jurista	
	Administrativo	
	Jurista	Domus Social



Sistemas de Informação e Qualidade	Coordenador de Sistemas de Informação	GOP
	Técnico Superior de S.I.	
Produção	Coordenador Eletricidade	Domus Social
	Gestor de Frota	
	Eng.º Eletrotécnico	
Recursos Humanos	Coordenador dos Recursos Humanos	Domus Social
	Técnico de Recursos Humanos	
	Administrativa	
Direção Administrativa e Financeira	Diretor Financeiro	Domus Social
	Técnico de Contabilidade (2)	
	Administrativo	
	Estafeta	
	Telefonista	GOP
	Técnico de Controlo de Gestão	
	Técnico Oficial de Contas	
	Tesoureira	
Comunicação e Imagem	Técnico Superior	Domus Social

À semelhança do passado, os quadros da Domus Social continuarão a colaborar ativamente com a autarquia e com as suas participadas, sempre que para tal forem solicitados.



Formação

A formação profissional dos seus quadros continuará a ser uma das principais apostas da política de recursos humanos desta empresa. Consideramos o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais dos nossos colaboradores, um fator primordial para a satisfação e realização individual e um vector determinante para o sucesso da organização.

Será, por isso, mantido o mesmo nível de investimento na formação dos nossos quadros, continuando a seleccionar criteriosamente os cursos, cujo conhecimento transmitido, traga, efetivamente, valor acrescentado para a organização e os seus profissionais.

A constituição dos planos anuais de formação continuará a resultar do processo de avaliação individual de desempenho, onde o colaborador e a chefia, após analisarem os resultados conseguidos no ano anterior e os objetivos a atingir no ano seguinte, definem quais as formações a ser frequentadas, garantindo que os cursos a frequentar estão ajustados às necessidades individuais e alinhados com a estratégia e interesses da organização.

Com o propósito de garantir que ao investimento realizado, correspondem os resultados pretendidos, a DomusSocial continuará a aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras contratadas.

Avaliação de Desempenho dos Colaboradores

A avaliação do desempenho individual implica uma análise do cumprimento dos objetivos atribuídos e do modo como os mesmos foram atingidos (comportamental).

Os objetivos individuais estão, em sistema de cascata, diretamente relacionados com os objetivos de Direção e Estratégicos, garantindo o alinhamento de toda a organização para as mesmas metas.

A gestão do desempenho é considerada uma ferramenta estratégica da empresa dado que:

- a. Assegura que todos os colaboradores são alvo de uma avaliação de desempenho e aconselhamento individual, por um sistema que partilha princípios análogos e é baseado no SIADAP;
- b. Contribui para a melhoria da gestão da organização pois alinha as atividades das Direções/Áreas com os objetivos estratégicos da empresa, funcionando como instrumento para que estes sejam atingidos;
- c. Promove o desenvolvimento profissional dos colaboradores, através de *feedback* do seu desempenho e aconselhamento/acompanhamento profissional (*feedforward*);
- d. Permite reconhecer e distinguir os melhores desempenhos, promovendo uma cultura de excelência e aumentando o envolvimento dos colaboradores com a organização;
- e. Apoia o processo de decisão estratégico, pois evidencia os resultados obtidos, identifica os principais obstáculos e promove a melhor utilização das competências existentes.

A Domus Social continuará a avaliar o desempenho dos seus colaboradores por considerar que o reconhecimento do mérito, do empenho e da exigência no trabalho, são sustentáculos fundamentais para a motivação dos profissionais e das equipas e para o sucesso organizacional.



D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
INVESTIMENTO			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	323.606	50.000	50.000
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO			
Autofinanciamento	323.606	50.000	50.000

O investimento previsto para triénio 2016-2018, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 323.606€, 50.000€ e 50.000€, respetivamente, lva excluído, será financiado integralmente com recursos próprios.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Taxa de inflação	1,20%	1,30%	1,30%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de juro nominal cp	1,20%	1,30%	1,30%
Tempo médio de recebimento (em dias)	15	15	15
Tempo médio de pagamento (em dias)	20	20	20
Índice de atualização das rendas	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de imparidade das rendas	1,80%	1,80%	1,80%
Taxa média de crescimento dos salários	0,00%	0,00%	0,00%



Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO DE 2016 - 2018	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
RESULTADOS			
Resultado operacional	7.818	7.184	7.235
Resultado financeiro	14.717	15.771	16.863
Resultado líquido do período	9.202	9.544	10.607
RENDIMENTOS			
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	16.503.246	19.057.670	18.929.032
Rendas emitidas	8.586.063	8.586.063	8.586.063
GASTOS			
Gastos com o pessoal	3.068.842	3.068.842	3.068.842
Fornecimentos e serviços externos	21.284.419	23.842.149	23.709.925
BALANÇO			
Total do ativo	5.562.366	5.718.033	5.721.486
Total do ativo não corrente	480.667	365.233	251.442
Total do passivo	4.635.139	4.781.262	4.774.108
Total do capital próprio	927.227	936.771	947.378
INDICADORES			
Liquidez geral	1,07	1,10	1,12
Autonomia financeira	16,7%	16,4%	16,6%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	189.722	182.280	181.700

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2016 de 7.818 €. Nos dois anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de, respetivamente, 7.184 € e 7.235 €, totalizando um resultado operacional positivo para o triénio de 22.237 €.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da prestação de serviços a outras entidades que não a Câmara Municipal do Porto e da evolução dos resultados financeiros.



É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social, EM cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

III. Demonstrações Financeiras Previsionais para o ano 2016

A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 / PRESSUPOSTOS

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2016 foi de 1,2%.

2 – INVESTIMENTOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2016
Ativos fixos tangíveis	94.186
Ativos intangíveis	229.420
Total	323.606

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam do Orçamento da Câmara Municipal do Porto, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2016 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 15 dias para os anos 2016, 2017 e 2018.

42



A prestação de serviços para o ano 2016 é a seguinte:

ANO 2016		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	MONTANTE SEM IVA	MONTANTE COM IVA
Vendas e prestação de serviços à CMP		
Habitação		
Execução de obra e prestação de serviços	14.292.240	14.603.750
Outros Clientes		
Execução de obra e prestação de serviços	2.202.005	2.250.000
Total de obra e prestação de serviços	16.494.245	16.853.750
Rendas emitidas	8.586.063	8.586.063
subtotal	25.080.308	25.439.813
Vendas e prestação de serviços a outras entidades		
Serviços de manutenção	9.001	11.071
Rendimentos suplementares	27.743	34.124
subtotal	36.744	45.195
TOTAL	25.117.051	25.485.007

Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos Instrumentos de Gestão Previsional uma taxa de incumprimento de 1,8%, incluindo cobranças em SEF (Sistema de Execuções Fiscais), baseada nos dados históricos de cobranças, no montante de 154.549€.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:



TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) – Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmem total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a DomusSocial, EM sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

As taxas médias apuradas nos instrumentos de gestão previsional, ascendem a 2,18% e 1,70%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.



4 – GASTOS

4.1– Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento relacionado com este tipo de gastos é até 20 dias para os anos 2016, 2017 e 2018.

- a. A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, entre outros, atualizações do ERP, auditoria interna e auditoria de acompanhamento APCER assim como a consultoria na implementação final do BI e SIG.
- b. Na rubrica “Publicidade” está prevista uma verba os gastos com a publicação de anúncios e outros gastos com material de divulgação.
- c. A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica “Honorários” compreende os gastos com revisão legal das contas e avença com consultoria jurídica.
- e. A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é relativa à conservação dos veículos (revisões de manutenção), conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft.
- f. A rubrica “Trabalho Temporário” contempla os colaboradores em regime de trabalho temporário.
- g. Os gastos previstos pela rubrica “Ferramentas e utensílios” são relativos a consumíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários serviços, quer de apoio transversal à atividade da empresa, quer de apoio à produção.
- h. Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.



- i. A rubrica “Material de escritório” está diretamente relacionada com o volume do trabalho administrativo realizado, com os contratos e com os equipamentos de reprografia.
- j. A rubrica “Energia” prevê o consumo de energia elétrica nas instalações da empresa.
- k. A rubrica “Combustíveis” compreende o gasto de combustível da frota automóvel diretamente relacionado com o consumo médio por quilómetro e por n.º de viaturas, da Empresa.
- l. A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço.
- m. Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra sediada a empresa, assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, equipamentos eletrónicos e *hardware*, equipamentos de cópia e impressão contratualizados.
- n. Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem os portes com todo o volume de correio, que se prevê necessário para prestar informação ao público-alvo da empresa, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, e as comunicações da rede móvel.
- o. Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações, do equipamento informático e de responsabilidade civil e danos próprios relacionados com a execução de obras.
- p. O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto” é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.



Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2016
GASTOS DIRETOS DA OBRA	
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	16.494.245
FSE e Materiais - a refaturar a Outras Entidades	8.183
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	4.221.372
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100.000
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS	
Trabalhos especializados	23.567
Publicidade	8.864
Vigilância e segurança	71.556
Honorários	30.829
Conservação e reparação	115.450
Trabalho temporário	160.484
Ferramentas e utensílios	1.465
Livros e documentação técnica	3.572
Material de escritório	15.906
Electricidade	5.000
Combustíveis	28.000
Água	500
Deslocações e estadas	7.236
Transportes de pessoal	455
Rendas e alugueres	225.431
Comunicação	31.432
Seguros	17.182
Contencioso e notariado	12.042
Despesas de representação	2.500
Limpeza, higiene e conforto	21.649
Outros fornecimentos e serviços	500
Encargos bancários	5.623
subtotal	789.242
Total	21.613.042



Os gastos de obra a refaturar à Câmara Municipal do Porto estão evidenciados no ponto 3 anterior.

Os gastos de obra relativos a outras entidades, foram calculados tendo por base uma margem de 10% sobre o valor estimado das prestações de serviços a realizar.

4.2 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

FUNÇÕES/CATEGORIA	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Diretor	3	3	3
Coordenador	11	11	11
Técnico Superior	15	15	15
Técnico	31	31	31
Técnico Profissional	13	13	13
Operário Qualificado	10	10	10
Operário Semiqualificado	3	3	3
Administrativo	19	19	19
Telefonista	3	3	3
Total	108	108	108

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem um colaborador a exercer funções em regime de cedência temporária na Fundação Porto Social.

Para além do colaborador citado a Empresa tem 3 administradores, conforme previsto nos estatutos, sendo um deles não remunerado.



Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- i. Taxa média nominal de atualização salarial de 0 %;
- ii. Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS e CGA) – 23,75%;
- iii. Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- iv. Taxa anual para formação de 1% do total de gastos com o pessoal;
- v. Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,49% do total de gastos com o pessoal;
- vi. Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,60%;
- vii. O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da Câmara Municipal do Porto e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
<u>ATIVOS INTANGÍVEIS</u>	
Programas	33,33% - 100%
<u>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

5 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.

Adicionalmente, e em resultado dos prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores serem superiores à matéria coletável gerada no triénio, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

Foram ainda considerados nos Instrumentos de Gestão Previsional o pagamento e a devolução dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores conforme o disposto no CIRC.



7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 3 dias do montante total de serviços prestados.

7.2 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 2,18%, sendo de 1,70% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.

Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da Câmara que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 23,75%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,60%.
- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 16,81%.

7.3 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

7.4 – Outras contas a receber e a pagar

A rubrica “Outras contas a receber” no ativo integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica no passivo.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de Dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Estão ainda refletidas nesta conta multas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

7.5 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da DomusSocial, EM.

7.6 – Capital Social

O capital social é composto por 100 000 ações nominativas de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

W



8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

A dependência financeira da Câmara Municipal do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a Empresa e o Município do Porto, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, consequentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto:

AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PELIDO	VALOR DA ACÇÃO	OBSERVAÇÕES
I - Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	Impugnação de muitas contratos aplicados em sede de execução de empreitada	a) 165.422,81 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto absolveu a DomusSocial de qualquer responsabilidade.
II - Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	Pagamento de prestações trabalhos a mais e prestações suprimentos de a mais e omissões do projeto não reconhecidos pelo dono da obra	b) 91.357,80 €	A DomusSocial foi condenada a pagar o montante de 12.250. A DomusSocial interpôs recurso judicial, o qual se aguarda a decisão.
III - Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa especial com processo ordinário	Impugnação de muitas contratos aplicados em sede de execução de empreitadas	c) 113.201,49 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto anulou as muitas aplicadas. A DomusSocial interpôs recurso judicial. Aguarda-se decisão.
IV - Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum	Pedimento de pagamento de faturas vendidas e não pagas, juros por pagamento de faturas previamente feitas fora do prazo e de faturação por prestação não paga. Todos os assentamentos de estabelecimento e montante previamente devida por trabalhos realizados e em parte embolsados. As faturas remanescentes foram liquidadas por compensação de muitas aplicadas	d) 414.499 (2.026.277,11)	Por sentença de 1 de junho de 2015, a DomusSocial foi absolvida de todos os pedidos. A autora interpôs recurso judicial, o qual se aguarda a decisão com pedido limitado a € 424.429, que representa 10% de forma limitada, uma decisão de firmamento favorável para a DomusSocial em € 1.601.668
V - DomusSocial, EM	Impugnação judicial	Juros indemnizatórios de juros por atraso verificado no pagamento do reembolso do IVA referente a Janeiro de 2006	d) 14.684,31 €	A 13 de Abril de 2009 a Fazenda Pública apresentou a sua contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
VI - Soares Magalhães & Delgado - Engenheiros Associados	Ação administrativa comum	Pedido de declaração de nulidade do contrato de transporte e anulação das muitas contratos aplicadas	a) 481.000,00 €	A DomusSocial apresentou a sua contestação no dia 31 de agosto de 2013. Aguarda-se desenvolvimento do processo
VII - Aristo - Empresa Nacional de Arquitectura - Unipessoal, Lda.	Impugnação judicial	Impugnação de muitas contratos e pedido de pagamento de verbas por obra	a) 57.477,55 €	Apresentada, no dia 27 de setembro de 2013, a contestação após.
VIII - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa comum	Impugnação de multa contratual aplicada em sede de execução de empreitada	a) 2.546,55 €	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo
IX - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa comum	Impugnação de multa contratual aplicada em sede de execução de empreitada	a) 3.612,15 €	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo
XV - Mangal - Sociedade de Construções, Lda	Ação administrativa comum	Impugnação de multa contratual aplicada em sede de execução de empreitada	a) 5.488,09 €	Foi apresentada a contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo
XI - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Contencioso pré-contratual	Impugnação da decisão de exclusão de candidatura em concurso limitado por preço e qualificação	e) 4.250.000,00 €	A decisão do TAF foi integralmente favorável à DomusSocial, absolvendo a dos pedidos. Aguarda-se informação sobre eventual interposição de recurso pela autora

- a) Foi interposto recurso pelo empreiteiro. A DomusSocial deduziu a competente contestação, aguardando-se as ulteriores tramitações processuais
- b) A 13 de Junho de 2013 foi proferida sentença, que julgou a acção parcialmente procedente e condenou a DomusSocial ao pagamento da quantia total de 12250€ (relativo às obras omissas no mapa de trabalhos, quantidades e preços para abertura e tapamento de roços), acrescida dos juros de mora.
- c) A DomusSocial deduziu a competente contestação, aguardando-se as ulteriores tramitações processuais. Neste processo em concreto, a DomusSocial deduziu reconvenção, na qual petição uma indemnização do empreiteiro.
- d) A 13 de Abril de 2009 a Fazenda Pública apresentou a sua contestação. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
- e) O valor de € 4.250.000 representa somente o preço base do procedimento de contratação e, em caso algum, o risco de decumulo da DomusSocial, dado que em caso de insucesso a entidade adjudicante responde somente em sede de responsabilidade pré-contratual e relativamente aos custos suportados pela autora com a elaboração da candidatura

Em conclusão, é convicção da Domus Social, EM que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

MAM



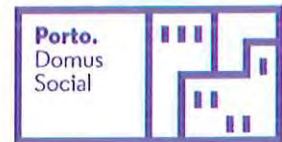
9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional no período 2016-2018 gera resultados operacionais positivos ao longo do triénio no montante de 22.237 €.

Os Instrumentos de Gestão Previsional geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES			
Liquidez geral	1,07	1,10	1,12
Autonomia financeira	16,7%	16,4%	16,6%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	189.722	182.280	181.700



B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	II-A-3	16.503.246,06
RENDAS EMITIDAS	II-A-3	8.586.062,56
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	II-A-4.1	-328.623,38
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	II-A-4.1	-21.284.418,53
GASTOS COM O PESSOAL	II-A-4.2	-3.068.842,08
IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (GASTOS/REVERSÕES)		-154.549,13
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		27.742,86
OUTROS GASTOS E PERDAS		-92.280,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		188.337,79
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	II-A-2/II-A-4.3	-180.519,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.818,25
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	I-D/II-A-5	14.717,25
Resultado antes de impostos		22.535,50
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	II-A-6	-13.333,24
Resultado líquido do período		9.202,26

42



C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	I-D/II-A-3	16.809.133,35
Rendas emitidas	I-D/II-A-3	8.431.513,43
Pagamentos a fornecedores	I-D/II-A-4.1	-22.075.789,72
Outros Estado (IVA)	II-A-3	
Pagamentos ao pessoal	II-A-4.2	-3.056.017,32
Caixa gerada pelas operações		108.839,74
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	II-A-6	-14.893,26
Outros Recebimentos / Pagamentos	II-A-3	391.594,37
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		485.540,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	II-A-2	-398.287,11
Recebimentos provenientes de:		
Aplicações financeiras e rendimentos das aplicações	I-D/II-A-5	14.717,25
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-383.569,86
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes		101.970,99
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.676.541,11
Saldo mínimo de caixa		200.922,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.778.512,10

MAN



D. BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	Unidade monetária € 31-dez-16
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	II-A-2/II-A-4.3	239.058,22
Ativos intangíveis	II-A-2/II-A-4.3	241.608,56
		480.666,78
ATIVO CORRENTE		
Inventários		106.918,71
Clientes	I-D/II-A-3 II-A-4.2/II-A-6/II-A-7.2	900.156,23
Estado e outros entes públicos	6/II-A-7.2	268.874,98
Outras contas a receber	II-A-7.4	1.923.449,01
Diferimentos	II-A-7.3	103.788,29
Caixa e depósitos bancários	II-A-7.1	1.778.512,10
		5.081.699,32
TOTAL DO ATIVO		5.562.366,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital realizado	II-A-7.6	500.000,00
Reservas legais	II-A-7.5	61.118,43
Outras reservas	II-A-7.5	38.707,28
Resultados transitados		318.199,24
		918.024,95
Resultado líquido do período	II-B	9.202,26
		927.227,21
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		927.227,21
PASSIVO		
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	I-D/II-A-4.1 II-A-4.2/II-A-6/II-A-7.2	1.204.366,62
Estado e Outros Entes Públicos	6/II-A-7.2	107.092,80
Outras contas a pagar	II-A-7.4	3.323.679,47
		4.635.138,89
TOTAL DO PASSIVO		4.635.138,89
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5.562.366,10

Porto, 9 de novembro de 2015

O Conselho de Administração,

Manuel João
Fernando Pinto

Manuel António

up



IV. ANEXO I – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2016-2018

[Handwritten signature]
MAN



CONTRATO MANDATO CMP

(Un.: euro)

Designação	2016	2017	2018
1 COESÃO SOCIAL			
1.1 Solidariedade Social	250.000	250.000	250.000
1.2 Habitação Social			
Habitação Social	3.043.639	17.213.730	17.082.167
Hab. Soc.-Reabilitar para Arrendar	11.560.111		
subtotal	14.853.750	17.463.730	17.332.167
5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1 Reabilitação / Requalificação Urbana	600.000	600.000	600.000
6 EDUCAÇÃO			
6.1 Promover e fomentar a educação	800.000	800.000	800.000
13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
13.1 Funcionamento dos serviços	500.000	500.000	500.000
Outras intervenções	100.000	100.000	100.000
subtotal	600.000	600.000	600.000
Total	16.853.750	19.463.730	19.332.167

Handwritten signature



V. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO

Handwritten signature



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, n.º 6 alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os Instrumentos de Gestão Previsional para os exercícios de 2016 a 2018, da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (DomusSocial) consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

8. Sem afetar o parecer expresso no parágrafo n.º 6 acima, chamámos a atenção para as situações seguintes:
- a) O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2015. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, o resultado líquido estimado e incluído no capital próprio está sujeito aos valores definitivos, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.
- b) Para 2016, e em virtude das alterações previstas no modelo de financiamento da atividade, cujo enquadramento contabilístico e fiscal aguarda parecer, a DomusSocial, está dependente da Câmara



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Municipal do Porto no que respeita ao financiamento das obras de reabilitação de casas devolutas e requalificação da habitação social, bem como de outras rubricas do contrato de prestação de serviços, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento desta componente da sua atividade poderão afetar significativamente as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Empresa.

- c) Em 2013, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) indeferiu um pedido de revisão oficiosa apresentado pela DomusSocial, EM, em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor no ano de 2012 o montante de aproximadamente 525.000 euros, relativo ao período de julho a dezembro de 2008. Após decisões do Tribunal Arbitral e do Tribunal Central Administrativo Sul favoráveis à DomusSocial, EM, aguardam-se outros desenvolvimentos processuais para conclusão do processo.

Em janeiro de 2014, em razão da aplicação dos mesmos procedimentos, a DomusSocial, EM, apresentou novo pedido de revisão oficiosa, de acordo com o disposto no artigo 78º da Lei Geral Tributária e do artigo 98º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, por imposto liquidado em excesso relativo aos anos de 2010 e 2011, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor em 2014 o montante de aproximadamente 1.456.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido revisão oficiosa e a Empresa decidido recorrer da decisão para o Tribunal Arbitral.

Assim, o balanço em apreciação apresenta um ativo de aproximadamente 1.981.000 euros, cuja recuperabilidade depende de decisões judiciais favoráveis à Empresa.

Porto, 12 de novembro de 2015

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por


(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)



Instrumentos de Gestão Previsional
para o Triénio 2016 - 2018

ÍNDICE

PREÂMBULO	2
I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS	5
A – ENQUADRAMENTO	6
B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	11
C – PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	14
D – PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	18
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2016	21
A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 / PRESSUPOSTOS	22
B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO	35
C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA	36
D – BALANÇO PREVISIONAL	37
III – EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO	38
ANEXO 1 – CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS E ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA O ANO 2016	41
ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	43

Gestão de Obras Públicas
Rua do Monte dos Burgos, 12
4250-309 Porto
T. +351 228 339 300
F. +351 228 339 310
www.gopcmp-em.pt



Capital Social 500.000 Euros | Registada na C. R. C. Porto | Matricula/NIPC 505 037 238

PREÂMBULO

L. Pimenta
CA
[Signature]



A *Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM*, (GOP, EM), empresa local de âmbito municipal que opera no mercado das obras públicas desde 2000, consolidou e exprime o propósito profundo que está subjacente à empresarialização da atividade pública administrativa:

- O desenvolvimento planeado, criterioso e sustentado da atividade de produção e fornecimento à autarquia – e, mediatamente, aos munícipes – de bens públicos, bens de utilização universal e em benefício coletivo;
- O suporte em recursos humanos e materiais que, de dimensão muito reduzida mas adequadamente organizados, especializados e orientados para os resultados, permite ganhos de eficiência incontornáveis que se projetam em evidentes e evidenciados benefícios para o bem público municipal.

A reduzida dimensão da equipa, aliada à sua polivalência técnica, dota a GOP, EM, de uma adaptabilidade – e, até, em certos momentos de uma verdadeira elasticidade – que lhe tem permitido abraçar diferentes tipos de desafios e dar resposta cabal às necessidades municipais de diferente envergadura, complexidade e duração.

Muito orientada para a melhoria contínua coletiva e individual, constitui preocupação primordial da empresa identificar continuamente as expectativas implícitas e explícitas da autarquia, delimitar os desafios que lhe estão subjacentes e conceber, planear e sistematizar a sua atividade, quer no plano técnico, quer no domínio organizacional, para que a resposta que oferece e os resultados que produz sejam efectivamente os pretendidos e sempre alcançados num contexto de rigor e transparência.

Assim,

Conforme resulta do estabelecido nos artigos 21.º e 23.º dos Estatutos da GOP, EM, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional para o triénio 2016-2018.

J. S. Pereira
CA

Resulta do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo:

- a) *Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;*
- b) *Projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;*
- c) *Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;*
- d) *Documento de prestação anual de contas;*
- e) *Relatórios trimestrais de execução orçamental;*
- f) *As demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da empresa local e da sua atividade.*

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos seus Estatutos, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento.

De acordo com os Estatutos da GOP, EM, a contabilidade deve respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, responder às necessidades da gestão da empresa e permitir um controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais. As demonstrações financeiras incorporadas nos instrumentos de gestão previsional foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Pessoalmente comprometidos com a GOP, EM, o Conselho de Administração apresenta nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos Estatutos da Empresa, os Instrumentos de Gestão Previsional. Do presente documento faz parte integrante o parecer do Fiscal Único, tal como determina o já citado artigo 25.º, n.º 6, alínea j), da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

D. Simões
CH
[Signature]



I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS

Q. Almeida
CA
[Signature]



A – ENQUADRAMENTO

1 – INTRODUÇÃO

O posicionamento da GOP, EM, no mercado onde opera, remete-a para a tipologia de empresas locais vocacionadas para a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas, edifícios e equipamentos urbanos. Sendo este o *core business* da empresa, os seus procedimentos assentam, com especial ênfase, na especialização e na aplicação de competências no sentido de, de uma forma rigorosa, dar corpo às exigências dos seus clientes.

Os objetivos da empresa apontam de forma inexorável para o cumprimento de prazos e controlo de custos, bem como para o rigoroso controlo de qualidade dos objetos dos diversos contratos geridos, apoiando-se para tal no *saber fazer* de um corpo técnico experiente nas áreas da engenharia, jurídica, administrativa e financeira, gestão documental e qualidade.

Tudo isto numa perspetiva evolutiva, de abertura a novas oportunidades e mercados e de melhoria contínua.

O permanente estudo, reflexão e discussão que os técnicos da empresa desenvolvem em torno da disciplina técnica e jurídica que envolve a sua atividade, em ações de coordenação periódicas e sistemáticas, contribui para a franca especialização que a empresa já evidencia, mantendo-a na linha da frente, dentro e fora do universo da Câmara Municipal do Porto, no que respeita à sua área de negócio, circunstância bem sublinhada pelos resultados materiais, jurídicos e financeiros que vem evidenciando.

2 – OBJETIVOS PARA 2016

Com a entrada em vigor do atual regime jurídico da atividade empresarial local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a GOP, EM, consolida a compaginação e compatibilização da sua atividade com o novo quadro legal, integrando o tipo de empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional, enquadrando-se a sua atividade na promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, de que a gestão integrada de obras públicas e ação de *project management* constitui processo.

Cumprido e assegurado que está, com facilidade, os requisitos de que depende a viabilidade da GOP, EM, como empresa local, a contratação da empresa pelo Município do Porto efetua-se, agora, e conforme decorre do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, através da adjudicação de serviços, e por intermédio de um contrato denominado de “contrato de gestão de empreendimentos”, normatividade que vem, aliás, como que subscrever

e reiterar o típico processo de ligação institucional/contratual que vinha a empresa, desde a sua fundação, a manter com a Câmara Municipal do Porto.

Do atual quadro legal, mais concretamente do n.º 1 do artigo 50.º, a GOP, EM, também, e paralelamente, vincular-se-á com a Câmara Municipal do Porto, ao abrigo de um contrato-programa, que definirá a missão e as obrigações e responsabilidades da GOP, EM, como empresa local de promoção do desenvolvimento local, na consecução dos objetivos, políticas e estratégias municipais.

Para 2016, continuando a estratégia em curso, a GOP, EM, em homenagem ao seu objeto social e à sua função no universo municipal, reforça a aposta na colaboração, permanente e estreita, com a estrutura autárquica na prossecução dos objetivos comuns nas diversas áreas. Para isso, continuará a privilegiar a simplificação, a eficácia e a responsabilização nas relações e comunicações entre a GOP, EM, e as diversas unidades orgânicas camarárias que tutelam os empreendimentos em curso, bem como com todas as entidades participadas pelo município.

A GOP, EM, com suporte nesta estratégia, está em condições de assumir e garantir, em 2016, o cumprimento dos contratos a celebrar com a Câmara Municipal do Porto, prossequindo e atingindo os sobreditos objetivos, sem prejuízo de outras colaborações que, de forma cabal e sustentada, lhe sejam, em qualquer momento, solicitadas pela autarquia.

A GOP, EM, continuará profundamente empenhada em rentabilizar os seus recursos e know-how, empreendendo esforços no sentido de alargar a sua atuação a outros mercados fora da esfera exclusiva da Câmara Municipal do Porto – embora sempre a ela subordinada e/ou interligada – por saber constituir essa uma oportunidade para contribuir não só para a bem público, mas também para a redução dos encargos implicados na sua estrutura.

A empresa continuará o esforço empreendido desde 2013, de consolidação da sua organização e monitorização dos resultados alcançados, mantendo a aposta na monitorização, análise e ponderação dos indicadores de desempenho estabelecido, instrumento auxiliar de gestão crítico na identificação de constrangimentos e, sobretudo, oportunidades de melhoria, roteiro que constitui uma dimensão permanente e prioritária na atividade corrente da organização.

Tendo já sido capaz de introduzir, no triénio que se completou, mecanismos e processos de trabalho que incrementaram os níveis de produtividade, através de um desafio coletivo e de propostas individuais, devidamente espelhados em objetivos (de empresa, de direção e individuais) mensuráveis e controláveis, a aposta assumida para 2016, em reforço do caminho trilhado, passará também pelo desafio da auto aprendizagem, com estudo e a criação

de soluções, mecanismos e instrumentos técnicos, jurídicos e de gestão que permitam conceber e implementar opções que tornem as obras públicas municipais cada vez mais controladas, com menos custos associados e com maiores garantias de perfeição na sua execução.

Neste específico domínio de inovação, a GOP, EM, dará plena expressão à solução técnico/contratual, já devida e adequadamente testada e verificada por instâncias jurisdicionais de controlo, que permite assegurar a adjudicação de determinada tipologia de obras públicas, independentemente do valor, com efeitos praticamente automáticos.

Neste domínio, em 2016, esta solução continuará operacional quer para a execução de obras de pavimentação da via pública que o Município decida executar, quer para a implementação de correções necessárias levar a cabo em sede de pós-construção.

No próximo ano, permanecerá a aposta da empresa na diversificação das competências afetas aos empreendimentos em função da dimensão e complexidade que eles assumirem. A GOP, EM, assegurou desde 2011 os serviços de fiscalização de diversas obras públicas que promoveu, continuando a apostar nesse método, até em concretização de parcerias com outras estruturas municipais, como forma de rentabilização de recursos.

A empresa continuará a apostar na dinamização do Observatório Municipal de Obras Públicas (OMOP), instrumento de monitorização de toda a atividade de contratação pública de empreitadas e serviços conexos realizada pelo município do Porto e pelas entidades participadas. Considerando a virtualidade que esta plataforma inovadora de transferência de conhecimento oferece para a partilha e divulgação de boas práticas no domínio da contratação e gestão contratual, a empresa, uma vez mais através de soluções de aproveitamento dos recursos internos, pretende converter o OMOP num projeto municipal de conhecimento, investigação e estudo do mercado de contratação pública (I&D), para o que procurará desenvolver um plano de ação específico neste capítulo.

3 – GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS, PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

No ano de 2016, a GOP, EM, manter-se-á atenta às necessidades que possam surgir no ajustamento ao seu modelo de gestão de empreendimentos, tarefa alicerçada na reflexão de grupo e numa estratégia de envolvimento dos colaboradores que se mostrou eficaz no decurso do triénio que se concluiu, com especial ênfase nas atualizações das suas tecnologias informáticas de controlo, monitorização e gestão.

Prosseguir-se-á ainda no sentido de preservar a Certificação de Qualidade que a empresa detém desde 2005.

A GOP, EM, em 2016, continuará a privilegiar o reforço das medidas de coordenação, controlo e monitorização interna destinadas assegurar a qualidade dos serviços prestados pela empresa. Nesse quadro inscreve-se a continuação da política de transparência e publicidade na atuação, na auditoria interna, designadamente às obras e à gestão da própria empresa, e na responsabilização dos fornecedores em caso de incumprimento censurável.

O rigor na gestão dos empreendimentos aplicados pela GOP, EM, tem sido sublinhada pela circunstância da empresa ver a sua atividade permanentemente fiscalizada, em sede preventiva, pelo Tribunal de Contas que, até hoje, quer na gestão que desenvolve para autarquia, quer para terceiros, num total de 100 contratos, nunca recusou um sequer visto prévio, confirmando, assim, uma taxa de sucesso na contratação de 100%. Esta realidade, seguramente pouco comum para não dizer singular a nível nacional, constitui um resultado manifestamente positivo do desempenho organizacional mas que tem e vai continuar a ser prosseguido.

Aliás, a regularidade da gestão pré-contratual que a GOP, EM, conseguiu imprimir permitiu-lhe obter um tempo médio para a obtenção de visto prévio (período de tempo transcorrido entre a remessa do processo para fiscalização prévia e a notificação do visto) em 43,6 dias de calendário

4 – ORGANIZAÇÃO

A GOP, EM, está organizada de forma flexível, assentando as suas competências numa base de alguma forma extensa, abarcando multidisciplinarmente as várias vertentes da engenharia aplicadas à gestão das obras públicas. Assim, a sua estrutura matricial permite com facilidade a adaptação aos vários desafios que lhe vão sendo lançados ao longo do tempo e que se traduzem em alterações quer no objeto, quer na dimensão dos empreendimentos que gere.

Assim, desde os grandes empreendimentos estruturantes até à simples intervenção de gestão de garantias de construção, a estrutura da GOP, EM, continuará a melhorar no sentido de responder com eficácia e de uma forma adequada às necessidades de gestão do processo.

Transversalmente, o Sistema de Informação da GOP, EM, está implementado no sentido de integrar as diferentes áreas da gestão de empreendimentos: Gestão dos processos de comunicação, Gestão da qualidade, Planeamento e controlo e Gestão documental, de forma a garantir um correto acompanhamento e coordenação das suas intervenções.

D. Pimenta
CP



5 – RIGOR NA SOLVABILIDADE

A GOP, EM, depende, na realização de pagamentos a terceiros, das disponibilidades de tesouraria do seu principal cliente – o Município do Porto. Exigir dos fornecedores o cumprimento rigoroso dos termos contratualizados no que respeita a prazos, custos e qualidade de execução, para, com isso, obter os resultados pretendidos de forma clara e transparente, requer o cumprimento recíproco, por parte da GOP, EM, das obrigações que assume.

Os atrasos nos pagamentos devidos aos adjudicatários têm reflexos negativos efetivos na possibilidade de monitorização, controlo e tomada de ações corretivas sobre o cumprimento dos objetivos contratuais.

Pelo que se expôs, o *rigor na solvabilidade de compromissos financeiros com terceiros* por parte da GOP, EM, é um objetivo estratégico fundamental a assegurar.

6 – SISTEMA DA QUALIDADE

O processo de certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da GOP, EM constitui um instrumento importante para monitorizar e acompanhar a evolução dos objetivos que a empresa se propõe atingir.

Também a nível organizacional o Sistema de Gestão da Qualidade tem contribuído para a evolução da empresa, promovendo uma política de melhoria contínua e a consolidação dos seus processos. A definição anual de objetivos e a sua monitorização afigura-se uma ferramenta adequada de forma a manter a empresa focada nos seus compromissos.

Neste contexto, iremos realizar a reformulação dos objetivos e indicadores, de forma a que a orientação da empresa seja cada vez mais para os resultados traduzindo-se desta forma num melhor serviço prestado à Câmara Municipal do Porto e consequentemente à cidade.

B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE ATIVIDADES

Os recursos financeiros tidos como necessários para a concretização das iniciativas a executar pela Empresa no ano de 2016 ascendem a € 14.530.175,00 (valor com IVA incluído) com origem na CMP, a € 200.522,33 (valores sem IVA incluído) com origem em outras entidades.

De acordo com o contrato de gestão de empreendimentos e acordos de colaboração em anexo, a GOP, EM, desenvolverá a gestão dos empreendimentos designadamente a contratação, em nome ou em representação dos seus clientes, de projetos, empreitadas e outras prestações de serviços associadas, bem como efetuará a supervisão e controlo dos contratos em causa.

Integrará esta atividade no seu sistema de Gestão da Qualidade e zelará pelo cabal cumprimento das exigências legais e regulamentares em matéria de licenciamento, trabalho, segurança, saúde e higiene.

Assessorará os seus clientes bem como disponibilizará em suporte adequado todos os elementos que, fazendo parte do processo de gestão do empreendimento, se revelem necessários à instrução de eventuais processos e candidaturas a financiamentos externos.

Manterá a auditabilidade em todos os estádios de desenvolvimento do empreendimento.

Para o triénio 2016-2018 os investimentos, por setor caracterizam-se da seguinte forma:

1. Habitação Social – Na área da habitação, terminar-se-ão às obras de grande reabilitação dos Bairros Sociais que transitarem de 2015, em cumprimento do Acordo de Colaboração anual que é celebrado com a Domus Social, EM.
2. Programa Mercator – Nesta área, insere-se a reabilitação do Mercado do Bolhão, incluindo a criação de um mercado provisório e a construção de acesso em túnel.
3. Dinamização da Cultura – Prevêem-se trabalhos a efetuar em diversos museus da cidade, nomeadamente, Casa Museu Guerra Junqueiro, Casa Museu Marta Ortigão Sampaio e outros, na Biblioteca Pública Municipal e no Palacete dos Viscondes de Balsemão

4. Reabilitação / Requalificação Urbana – Na área da regeneração urbana pretende-se iniciar e concluir os trabalhos de consolidação da escarpa das Fontainhas nas seções 3.2 e 5.1., bem como em outras escarpas, nomeadamente, D. Pedro V e Arrábida Nesta área, pretende-se também realizar os trabalhos de Consolidação da escarpa do Palácio de Cristal e do Arranjo Paisagístico da Escarpa do Codeçal.
5. Promover e fomentar a Educação – Estão previstas intervenções em escolas do Ensino Básico, nomeadamente, Fernão Magalhães, Fonte da Moura, Pasteleira e Vilarinha.
6. Incentivar e dinamizar o Desporto – Nesta área, prevêem-se intervenções em diversos equipamentos desportivos da cidade, com especial relevância no Parque Desportivo de Ramalde.
7. Melhoria da mobilidade e infraestruturas – Neste grupo, incluem-se as grandes intervenções na Via Pública, em coordenação com os diversos concessionários e empresas detentoras de infra-estruturas no subsolo. Relevam as intervenções na R. Constituição, Av. Fernão de Magalhães e Terminal Intermodal de Campanhã.

É de destacar a gestão das obras de infra-estruturas da Águas do Porto, EM, associadas às intervenções no espaço público geridas pela GOP, EM, para o Município do Porto.

Realce-se ainda a gestão das obras de infra-estruturas dos STCP, associadas às intervenções no espaço público geridas pela GOP, EM, para o Município do Porto, como a beneficiação da Rua Carmo.

A empresa irá ainda continuar a desenvolver os procedimentos na área da repavimentação de diversos arruamentos.

8. Qualificação dos Espaços Verdes – Além de várias intervenções em parques e jardins, prevêem-se a construção e ampliação de diversos Parques Infantis na cidade, bem como a Remodelação do edifício da DMPCASU no Parque da Cidade
9. Promoções do Ambiente Urbano – Nesta área, incluem-se os restauros das capelas dos cemitérios de Agramonte e do Prado do Repouso.
10. Direitos dos Animais – Assume relevância, nesta área, a construção de um Canil/gatil

11. Funcionamento dos serviços – Neste grupo, destaca-se a Remodelação e Ampliação do edifício do BSB.
12. Outro – Salienta-se a continuidade da gestão do projeto de construção do Centro Social “Os Girassóis” contratada com a Associação Nun’Alvares de Campanha.

C - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1 – PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2016-2018

O investimento previsto reparte-se da seguinte forma (valores em euros):

INVESTIMENTO	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Activos Fixos Tangíveis	8.500,00	8.500,00	8.500,00
Hardware	3.500,00	3.500,00	3.500,00
Equipamento Auxiliar e Administrativo	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Activos Intangíveis	22.940,00	2.500,00	2.500,00
Programas de computadores	22.940,00	2.500,00	2.500,00
Investimentos em curso	-20.440,00	0,00	0,00
Programas de computadores	-20.440,00	0,00	0,00
Total	11.000,00	11.000,00	11.000,00

O financiamento do investimento previsto no triénio de 2016-2018 será assegurado com recurso a autofinanciamento.

O investimento previsto no triénio de 2016-2018, em hardware, está relacionado com algumas necessidades anuais de atualização tecnológica dos equipamentos.

No que respeita a equipamento administrativo, o valor previsto para o triénio está diretamente relacionado com necessidades inerentes à substituição do mobiliário de escritório que deixa de estar em condições de uso.

O aumento da rubrica programas de computadores está relacionado com a aquisição de software de apoio à gestão das obras e eventuais atualizações na área financeira resultantes de imperativos legais e a conclusão do projecto do sistema integrado de gestão. Esta aquisição foi cabimentada e autorizada no ano de 2013, e desenvolvida nos anos subsequentes, prevendo-se a sua utilização durante o ano de 2016.

O. P. ...
CP

2 – PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2016-2018

A estrutura previsional de recursos humanos para o triénio de 2016-2018 é a seguinte:

	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Gabinete Jurídico	3	3	3
Sistemas de Informação e Qualidade ¹	4	4	4
Direção de Produção	9	9	9
Direção Administrativa e Financeira	3	3	3
Secretária de Administração	1	1	1
Assessor da Administração	1	1	1
Total	21	21	21

¹ Inclui o Centro Documental

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores conforme previsto nos estatutos.

Não está previsto qualquer alteração no quadro de pessoal da empresa ao longo do triénio.

Para além deste quadro de pessoal importa também referir a plataforma de partilha de serviços entre a GOP, EM, e a Domus Social, EM, com particular incidência nas funções de back-office, e cujo principal objetivo é o aproveitamento de sinergias entre as duas empresas municipais.

Constituída em 2006, começou por incidir essencialmente em funções de chefia (Diretores e Coordenadores), a partir de 2008 esta plataforma foi alargada a algumas equipas, contribuindo para uma melhor distribuição de tarefas e a uniformização de práticas.

Em 2009 esta partilha de serviços foi também alargada à área Financeira, Gestão de Frota, Arquitetura, Comunicação e Imagem e Gabinete de Estudos e Projetos.

Para o ano de 2016 prevê-se a manutenção do mesmo formato, o que significa que no total serão partilhados pela GOP, EM, e a Domus Social, EM, 23 colaboradores:

D. Pinheiro
em

Direção/ Área	Função	Quadro de Origem
Suporte à Administração	Secretaria	GOP
Gabinete Jurídico	Coordenador do Gabinete Jurídico	GOP
	Jurista	
	Administrativo	
	Jurista	DomusSocial
Sistemas e Informação e Qualidade	Coordenador de Sistemas de Informação	GOP
	Técnico Superior de S.I	
Produção	Coordenador Electricidade	DomusSocial
	Gestor de Frota	
	Eng.º Electrotécnico	
Recursos Humanos	Coordenador dos Recursos Humanos	DomusSocial
	Técnico de Recursos Humanos	
	Administrativa	
Direção Administrativa e Financeira	Director Financeiro	DomusSocial
	Técnico de Contabilidade (2)	
	Administrativo	
	Estafeta	
	Telefonista	
	Técnico de Controlo de Gestão	GOP
	Técnico Oficial de Contas	
	Tesoureira	
Comunicação e Imagem	Técnico Superior	DomusSocial

À semelhança do passado, os quadros da GOP, EM, continuarão a colaborar ativamente com a autarquia e com as suas participadas, sempre que para tal forem solicitados.

Formação

A formação profissional dos seus quadros continuará a ser uma das principais apostas da política de recursos humanos desta empresa.

D. P. ...
 097

Apesar do momento de retração económica, tentaremos manter o investimento na formação dos nossos quadros, escolhendo a especialização técnica como fator determinante para desenvolvimento da organização e dos seus profissionais.

Com o propósito de garantir que ao investimento realizado, correspondem os resultados pretendidos, a GOP, EM, continuará a aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras contratadas.

Avaliação de Desempenho

O sistema de avaliação do desempenho dos colaboradores está implementado na organização desde 2009.

Este processo, é considerado uma importante ferramenta de gestão da empresa, dado que:

- Assegura que todos os colaboradores são alvo de uma avaliação de desempenho e aconselhamento individual, por um sistema que partilha princípios análogos e é baseado no SIADAP;
- Contribui para a melhoria da gestão da organização pois alinha as atividades das Direções/Áreas com os objetivos estratégicos da empresa, funcionando como instrumento para que estes sejam atingidos;
- Promove o desenvolvimento profissional dos colaboradores, através de *feed-back* do seu desempenho e aconselhamento/acompanhamento profissional;
- Permite reconhecer e distinguir os melhores desempenhos, promovendo uma cultura de excelência e aumentando envolvimento dos colaboradores com a organização;
- Pode apoiar o processo de decisão estratégico, pois evidencia os resultados obtidos, identifica os principais obstáculos e utiliza as competências existentes.

O processo de avaliação do desempenho continuará a ser fortemente implementado e desenvolvido, pois, e apesar do cenário económico e de reduções salariais, a GOP, EM, considera que o reconhecimento do mérito, do empenho e do rigor no trabalho, é uma das principais chaves para a motivação das equipas/individual e para o sucesso da organização.

D - PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO PARA O TRIÉNIO		ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
INVESTIMENTO				
Activo Não Corrente		11.000,00	11.000,00	11.000,00
Fundo de Maneio - acréscimo das necessidades no período		2.816,71	3.936,46	5.865,02
	TOTAL	13.816,71	14.936,46	16.865,02
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO				
Autofinanciamento		13.816,71	14.936,46	16.865,02
	TOTAL	13.816,71	14.936,46	16.865,02

O plano financeiro apresentado teve por base os seguintes pressupostos para o triénio 2016-2018 (valores em euros).

PRESSUPOSTOS	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Taxa de inflação	1,30%	1,30%	1,30%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal cp	1,80%	1,80%	1,80%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de remuneração dos serviços de gestão prestados a outras entidades que não CMP	5,00%	5,00%	5,00%

Quanto à estimativa dos rendimentos, foi considerado como valor de obra a realizar em 2016 o valor previsto no 3º aditamento ao contrato de gestão de empreendimentos celebrado com a CMP para o triénio 2015-2017. O valor do contrato de gestão de empreendimentos foi inscrito no Orçamento de 2016 da CMP, como investimento municipal a realizar pela GOP, EM. Na sequência do exposto, as prestações de serviços estimadas para 2016, sem inclusão de outras prestações de serviços acessórias (vendas de processos de concurso, serviços de apoio a outras entidades, etc.), ascendem a € 14.319.977,25 (valor sem IVA).

A GOP, EM, prestará ainda serviços de gestão de obra para outras entidades no valor de € 200.522,33 (valor sem IVA). Esta prestação de serviços não será relevada nas contas da GOP, EM, dado que os fornecedores faturarão os gastos com a realização das obras diretamente à outra entidade, sendo que a GOP, EM, apenas cobrará a sua comissão de gestão, que para 2016 se estima em € 10.026,12 (valor sem IVA).



Utilizou-se como referência-padrão para estimar a atividade dos anos seguintes, o somatório das encomendas efetuadas pela Autarquia e Outras Entidades.

A estimativa do resultado financeiro deriva, fundamentalmente, da remuneração dos períodos que medeiam entre o recebimento da autarquia e o pagamento aos fornecedores.

Os tempos médios de recebimento da CMP mantêm-se, no pressuposto de que se mantém a mesma capacidade de solvência do município dos últimos períodos. Este cenário foi construído com base no pressuposto de que a resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneo será efetuada integralmente por pagamentos da autarquia, uma vez que permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais.

D. Pimenta
CA



Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
RESULTADOS			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	18.713,45	19.971,98	22.122,66
Resultado Financeiro	1.620,00	1.641,06	1.662,39
Resultado Líquido do Período	941,82	929,66	902,36
RENDIMENTOS			
Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos	14.371.867,00	19.406.794,19	21.466.000,97
Subsídio à Estrutura	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00
GASTOS			
Gastos com o Pessoal	892.793,83	892.793,83	892.793,83
Fornecimentos e Serviços Externos	14.660.191,98	19.693.857,30	21.750.908,22
BALANÇO			
Total do Activo	3.913.438,24	4.080.916,72	4.110.745,30
Total do Activo Não Corrente	28.120,32	25.113,52	20.150,86
Total do Passivo	2.608.865,82	2.775.414,65	2.804.340,86
Total do Capital Próprio	1.304.572,42	1.305.502,08	1.306.404,43
INDICADORES			
Liquidez Geral	1,49	1,46	1,46
Autonomia Financeira	33,34%	31,99%	31,78%
Autofinanciamento	13.816,71	14.936,46	16.865,02
Necessidade de Fundo de Maneio - valor acumulado	2.816,71	3.936,46	5.865,02

O resultado operacional que deriva do presente orçamento aponta para um resultado positivo em 2016 de € 18.713,45. Nos dois anos seguintes ascendem a € 19.971,98 e € 22.122,66, totalizando um resultado operacional positivo para o triénio 2016-2018 de € 60.808,09.

No triénio 2016-2018 a comissão de gestão (encargos gerais de gestão) a aplicar às outras entidades será de 5% sobre o volume de execução de obra.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente de outros rendimentos e ganhos – vendas de processos e da evolução dos resultados financeiros.

É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no contrato de gestão de empreendimentos, por forma a permitir à GOP, EM, cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para os empreendimentos, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora aos empreiteiros.

D. Pinheiro
CA



II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2016



A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 / PRESSUPOSTOS

As demonstrações financeiras utilizadas para a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional do triénio 2016-2018 foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo SNC, integrando, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2016 foi de 1,3%, como indicado nas previsões do Banco de Portugal, em outubro de 2015, nas suas projeções para a economia portuguesa.

2 – INVESTIMENTO

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Activos Fixos Tangíveis	8.500,00	8.500,00	8.500,00
Activos Intangíveis	22.940,00	2.500,00	2.500,00
Investimentos em curso	-20.440,00	0,00	0,00
Total	11.000,00	11.000,00	11.000,00

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam do Orçamento da Câmara Municipal do Porto e das receitas provenientes de serviços prestados para Outras Entidades, para o ano 2016.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 30 dias para o triénio 2016-2018.

A prestação de serviços para o ano 2016 é a seguinte:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2016	
	Montante sem IVA	Montante com IVA
Prestação Serviços à CMP		
Execução de Empreendimentos Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	14.319.977,25	14.530.175,00
total de obra e prestação de serviços CMP	14.319.977,25	14.530.175,00
Subsídio à Estrutura	1.200.000,00	1.200.000,00
sub-total	15.519.977,25	15.730.175,00
Prestação Serviços a Outras Entidades		
Serviços de Gestão Prestados		
Prestação de serviços a outras entidades	10.026,12	12.332,12
Total de serviços de gestão	10.026,12	12.332,12
Outros Serviços Prestados		
Serviços de Apoio a Outras Entidades	40.863,63	50.262,26
Outros não especificados - relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	1.000,00	1.230,00
Total de outros serviços	41.863,63	51.492,26
sub-total	51.889,75	63.824,39
TOTAL	15.571.867,00	15.793.999,39

Os valores apresentados derivam da carteira de encomendas efetuada pela CMP e por outras entidades à empresa.

No que respeita ao enquadramento em termos de IVA dos gastos e rendimentos, os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

Tipologia	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GOP, EM, sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime de Inversão
Bairros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins-de-infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões gimnodesportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Canis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de Iva	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA

As taxas médias apuradas nos instrumentos de gestão previsional, ascendem a 1,43% e 2,56%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

4 – GASTOS

4.1 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento relacionado com este tipo de gastos é de 30 dias para o triénio 2016-2018.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, excluindo a rubrica de subcontratos, assumem particular relevância as rubricas Trabalhos Especializados (30,51%), Rendas e Alugueres (32,00%) e Vigilância e Segurança (11,63%), assumindo no seu conjunto 74,14% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos.

Assim e de uma forma sintética descreve-se de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:




- A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, nomeadamente, gastos com consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria e serviços de arquivo.
- Na rubrica “Publicidade” estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação.
- A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- A rubrica “Honorários” compreende, entre outros, os gastos com revisão legal das contas.
- A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é relativa à conservação dos veículos (revisões de manutenção) bem como dos equipamentos de reprografia, ao dispor da empresa e a assistência técnica ao relógio de ponto.
- Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- A rubrica “Material de escritório” está diretamente relacionada com o número total de colaboradores previsto e com a elaboração de dossiers de obra.
- A rubrica “Combustíveis” compreende o consumo médio por quilómetro e por n.º de viaturas da Empresa.
- A rubrica “Deslocações e estadas” prevêm despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento.
- Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra alojada a sede da empresa assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware de equipamentos, de cópia e impressão contratualizados em anos anteriores.

- Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem todo o volume de correio, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, internet e as comunicações da rede móvel.
- Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações e do equipamento informático.
- Na rubrica de “Contencioso e Notariado” estão incluídos todos os custos com o pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas relativos aos contratos programa e de gestão de empreendimentos, taxas de arbitragem ao tribunal e certidões.
- O valor estimado na rubrica de “Despesas de Representação” é relativo a pequenos custos da Administração.
- O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto” é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.
- O valor estimado para “Outros fornecimentos e serviços” para fazer face a pequenos custos que pela sua natureza se efetuam dentro da Empresa num cenário de atividade normal, mas que tenham de ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.

Os Fornecimentos e Serviços Externos encontram-se resumidos no seguinte mapa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ANO 2016
GASTOS DIRECTOS DA OBRA	
FSE Obras - refaturados à câmara	14.319.977,25
Sub-total gastos de Obra / directos	14.319.977,25
GASTOS ESTRUTURA / INDIRECTOS	
Trabalhos especializados	103.790,72
Publicidade	2.400,00
Vigilância e Segurança	39.574,56
Honorários	10.243,83
Conservação e reparação	5.400,00
Livros e documentação técnica	3.377,50
Material de escritório	5.070,00
Combustíveis	5.730,00
Deslocações e estadas	1.056,00
Rendas e alugueres	108.853,86
Comunicação	9.650,00
Seguros	10.692,76
Contencioso e Notariado	24.377,50
Despesas de Representação	500,00
Limpeza, higiene e conforto	8.998,00
Outros fornecimentos e serviços	500,00
Sub-total gastos de estrutura / indirectos	340.214,73
TOTAL	14.660.191,98

J. Pereira

4.2 - GASTOS COM O PESSOAL

Começando por referir a constituição do quadro de colaboradores, apresentamos o seguinte resumo, por categorias:

CATEGORIAS	ANO 2016
Assessor da Administração	1
Diretor	1
Coordenador	2
Técnico Superior	10
Técnico	2
Técnico Profissional	1
Administrativo	4
Total	21

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles não remunerados.

A distribuição acima efetuada por categorias quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

Área Empresa	ANO 2016
Departamento Administrativo e Financeiro	3
Gabinete Jurídico	3
Assessor da Administração	1
Secretária do C.A.	1
Sistemas de Informação e Qualidade ¹	4
Gestão de Empreendimentos	9
Total	21

¹Inclui 2 colaboradores que pertencem ao Centro Documental

Os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de atualização salarial de 0 %;
- Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, ADSE e SAT) – 24,28%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Taxa anual para formação igual a 1% do valor bruto salarial com encargos sociais;

A. Simões
CA



- Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,86% do total de gastos com pessoal sem as rubricas de formação e assistência médica e medicamentosa (relevados como outros custos com pessoal);
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor de acordo com o prescrito na decisão do Tribunal Constitucional (Acórdão 413/2014, de 30 de maio), que declarou inconstitucional a norma do artigo 33.º, da Lei n.º 83-C/2013 (Lei do Orçamento de Estado 2014), de 31 de Dezembro, seguindo o princípio da prudência, dado que ainda não saiu a proposta de Orçamento de Estado para 2016.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da CMP e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

4.3-GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

As taxas de amortização e depreciações utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXA
<u>ATIVOS INTANGÍVEIS</u>	
Software	33,33%-100%
<u>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

5 – RESULTADO FINANCEIRO

Dado existir a incapacidade legal da GOP, EM, recorrer a endividamento de uma forma autónoma da autarquia, faz com que os gastos financeiros não assumam valores significativos.

Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da CMP, que entretanto aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores.

Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiço por recurso à CMP.

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERIODO

A Empresa Municipal, de acordo com o Orçamento de Estado de 2015, ficará sujeita, em 2016, a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, cujas taxas variam entre 10% e 27,5%.

Foram ainda considerados nos Instrumentos de Gestão Previsional o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores conforme o disposto no CIRC.

7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – TESOURARIA

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 3 dias do montante total de serviços prestados.

7.2 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Tendo em conta o mix dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, a qual ascendeu a 1,43%. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais. De igual modo foi calculada uma taxa média ponderada de IVA dedutível nos FSE de 2,56%.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador foi encontrada uma taxa média ponderada de 23,71% para o ano de 2016, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da CMP que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social).

A taxa média de seguro de acidentes de trabalho é de 0,57%, pelo que o total de encargos sociais obrigatórios a cargo da entidade patronal ascende a 24,28%.

A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 25,16% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2015 e a taxa adicional de solidariedade nos mesmos moldes de 2015, dado que ainda não saiu a proposta de Orçamento de Estado para 2016.

7.3 – DIFERIMENTOS

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos com apólices de seguros, rendas e alugueres de hardware e software e a renda do edifício onde se encontra alojada a sede da empresa a imputar aos anos seguintes.

7.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

A rubrica “Outras contas a receber” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na rubrica “Outras contas a pagar”, bem como o montante relevado na rubrica de fornecedores de investimento de curto prazo.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

D. Finanças
CA
[Signature]

7.5 – RESERVAS

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GOP, EM.

7.6 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por 100 000 acções nominativas de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

8 – OUTROS ASSUNTOS

A dependência financeira da Câmara Municipal do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no contrato de gestão de empreendimentos celebrado entre a Empresa e o Município do Porto, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Responsabilidades eventuais relativas aos contenciosos existentes:

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	Situação
Processo nº 29/1147/2012EPRT (1758)	Ujaino Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantes, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção das Conjuntas Habitacionais das Fontinhas 1, 2e 3, integradas no PER».	755.226,80€	O Supremo Tribunal Administrativo da Norte condenou a GOP, EM a pagar uma indemnização que vier a ser acordada em sede de execução de sentença. A GOP, EM nomeia a sentença para o Tribunal Central do Administrativo da Norte. Foi proferido o parecer do M.º P.º, que deu lugar ao improcedente recurso apresentado Sociedade, sendo desta se pronunciação. Aguarda-se decisão.
Processo nº 67/25/31EPRT (1773)	Ujaino Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantes, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	As Autoras deduziu contra a empresa um incidente de fidejussão relativo aos danos emergentes derivados de suspensão, ocorrida entre Outubro de 2002 a 14 de Março de 2014, no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção das Conjuntas Habitacionais das Fontinhas 1, 2e 3, integradas no PER».	297.718,14€	A GOP, EM, deduziu a competente contestação. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo nº 27/25/12EPRT (1752)	Ujaino Ribeiro & Filhos SA	Ação administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução da empreitada «Requalificação da Frente da Ribeira».	4.224.882,81€	Foi proferida sentença a GOP, EM, foi absolvida de parte do pedido, em montante correspondente a 0,3,725,785€ e foi condenada a pagar 0,287,592,95€. A GOP, EM, nomeia o recurso judicial adicional relativo à parte da sentença, e foi rejeitado desfavorável. Aguarda-se decisão.
Processo nº 148/20/242EPRT (188)	Domingos da Silva Teixeira, SA.	Ação administrativa comum com processo ordinário	Condenação da Empresa no âmbito da empreitada «Requalificação da Avenida da Ribeira».	1.132.994,55€	A GOP, EM, deduziu a competente contestação. Foi realizado o julgamento. Foi proferida sentença em primeira instância, sendo a GOP, EM absolvida de todos os pedidos. A autorai nomeia o recurso judicial adicional. Aguarda-se decisão.

J. Pinheiro





PROCESSO	AUTOR	TIPO DE AÇÃO	PEIDO	VALOR	Situação
Processo n.º 1541/07/21EPRT (186)	Acedo Couto Aves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Amusements» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	15.000,00€	Foi pedido, por parte da Autor, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07/21EPRT; 1071/08/22EPRT; 1081/08/44EPRT e 1087/08/22EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminadas). Foi mandada a entrega dos autos para 15 de setembro de 2014, não sendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 1087/08/22EPRT (187)	Acedo Couto Aves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum sob a forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da execução da empreitada «Ampliação Urbanização das Escolas Externas do Ramo de Habitação Social de Contumil».	31.001,00€	Foi pedido, por parte da Autor, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1087/08/22EPRT; 1087/08/44EPRT; 1087/08/22EPRT; 1087/08/44EPRT e 2827/08/22EPRT, todos relativos à Empreitada «Ramo de Contumil» (e a seguir também discriminadas). Foi defendido tal pedido e apensado ao processo n.º 1087/08/22EPRT. A GOP viu anulada duas multas contratuais aplicadas (€ 73.775,8 e € 155.080,57). A GOP viu confirmada a multa de € 110.165,52 e foi absolvida do pedido de indemnização de € 270.151,77. A GOP interpele recurso da parte da sentença que lhe foi desfavorável. Foi proferido o parecer da M.ª P.ª, que deu como improcedente ambos os recursos jurisdicionais e em consequência serem confirmadas a quer as decisões interlocutórias, quer a sentença final também impugnada.
Processo n.º 818/08/22EPRT (188)	Composto - Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum com processo ordinário contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Obras de Renovação Externo em Edifício Municipal no Ramo do Regado, Locais 1 a 7 e 11» e a execução da empreitada da 2.ª Fase «Obras de Renovação Externo em Edifício Municipal no Ramo do Regado, Locais 14 a 17 e 19 a 25».	155.422,81€	A 23 de setembro de 2014 foi proferida a sentença, que julgou improcedente a presente ação, e, consequentemente, absolveu a GOP, EM e a Domus Social dos pedidos formulados. A Autor recorreu e a GOP, EM e a Domus Social contra a legim.
Processo n.º 1087/08/22EPRT (189)	Acedo Couto Aves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ampliação Urbanização das Escolas Externas do Ramo de Habitação Social de Contumil».	155.080,57€	Foi pedido, por parte da Autor, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1087/08/22EPRT; 1087/08/44EPRT; 1087/08/22EPRT e 2827/08/22EPRT, todos relativos à Empreitada «Ramo de Contumil» (e a seguir também discriminadas). Foi defendido tal pedido e apensado ao processo n.º 1087/08/22EPRT. A GOP viu anulada duas multas contratuais aplicadas (€ 73.775,8 e € 155.080,57). A GOP viu confirmada a multa de € 110.165,52 e foi absolvida do pedido de indemnização de € 270.151,77. A GOP interpele recurso da parte da sentença que lhe foi desfavorável. Foi proferido o parecer da M.ª P.ª, que deu como improcedente ambos os recursos jurisdicionais e em consequência serem confirmadas a quer as decisões interlocutórias, quer a sentença final também impugnada.
Processo n.º 1087/08/22EPRT (188)	Acedo Couto Aves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ampliação Urbanização das Escolas Externas do Ramo de Habitação Social de Contumil».	73.775,80€	Foi pedido, por parte da Autor, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1087/08/22EPRT; 1087/08/44EPRT; 1087/08/22EPRT e 2827/08/22EPRT, todos relativos à Empreitada «Ramo de Contumil» (e a seguir também discriminadas). Foi defendido tal pedido e apensado ao processo n.º 1087/08/22EPRT. A GOP viu anulada duas multas contratuais aplicadas (€ 73.775,8 e € 155.080,57). A GOP viu confirmada a multa de € 110.165,52 e foi absolvida do pedido de indemnização de € 270.151,77. A GOP interpele recurso da parte da sentença que lhe foi desfavorável. Foi proferido o parecer da M.ª P.ª, que deu como improcedente ambos os recursos jurisdicionais e em consequência serem confirmadas a quer as decisões interlocutórias, quer a sentença final também impugnada.
Processo n.º 1071/08/22EPRT (184)	Acedo Couto Aves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Amusements» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	350.022,22€	Foi pedido, por parte da Autor, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07/21EPRT; 1071/08/22EPRT; 1081/08/44EPRT e 1087/08/22EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminadas). Foi mandada a entrega dos autos para 15 de setembro de 2014, não sendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 1081/08/44EPRT (188)	Acedo Couto Aves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Amusements» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	158.602,77€	Foi pedido, por parte da Autor, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07/21EPRT; 1071/08/22EPRT; 1081/08/44EPRT e 1087/08/22EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminadas). Foi mandada a entrega dos autos para 15 de setembro de 2014, não sendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 1071/08/22EPRT (189)	Acedo Couto Aves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Amusements» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	18.447,77€	Foi pedido, por parte da Autor, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07/21EPRT; 1071/08/22EPRT; 1081/08/44EPRT e 1087/08/22EPRT, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminadas). Foi mandada a entrega dos autos para 15 de setembro de 2014, não sendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 1087/08/22EPRT (187)	Acedo Couto Aves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor tentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ampliação Urbanização das Escolas Externas do Ramo de Habitação Social de Contumil».	110.165,52€	Foi pedido, por parte da Autor, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1087/08/22EPRT; 1087/08/44EPRT; 1087/08/22EPRT; 1087/08/44EPRT e 2827/08/22EPRT, todos relativos à Empreitada «Ramo de Contumil» (e a seguir também discriminadas). Foi defendido tal pedido e apensado ao processo n.º 1087/08/22EPRT. A GOP viu anulada duas multas contratuais aplicadas (€ 73.775,8 e € 155.080,57) e foi absolvida do pedido de indemnização de € 270.151,77. A GOP interpele recurso da parte da sentença que lhe foi desfavorável. Foi proferido o parecer da M.ª P.ª, que deu como improcedente ambos os recursos jurisdicionais e em consequência serem confirmadas a quer as decisões interlocutórias, quer a sentença final também impugnada. Aguarda-se desenvolvimento no processo.

D. Pinheiro



PROCESSO	AUTOR	TIPO DE AÇÃO	PELIDO	VALOR	Situação
Processo nº 1087/08/2EPRT (167)	Aterro Costa Avelas, SA	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autor intentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Arranjos» (também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	47733,00 €	Foi pedido, por parte da Autora, a suspensão dos diversos processos pendentes, tais como o processo nº 1541/07/4EPRT, 107/08/2EPRT, 1081/08/4EPRT e 1086/08/7EPRT, todos relativos à empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminadas). Foi mandada a leitura da resposta dos queixosos para 15 de setembro de 2010, não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo nº 2271/08/2EPRT (177)	Aterro Costa Avelas, SA	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa especial de prevenção contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Arranjo Urbanístico das Escolas Esportivas da Rainha de Habitação Social de Contumil».	77131,77 €	Foi pedido, por parte da Autora, a suspensão dos diversos processos pendentes, tais como o processo nº 1087/08/2EPRT, 1087/08/2EPRT, 1087/08/2EPRT e 2271/08/2EPRT, todos relativos à empreitada «Rainha de Contumil» (e a seguir também discriminadas). Foi defendido tal pedido e suspensão do processo nº 1087/08/2EPRT. A GOP viu anulada das muitas contratos adiadas (C 73/25,8 e C 155/20,57). A GOP viu "confirmada" a multa de C 110.165,52 e foi absolvida do pedido de indemnização de C 271.131,77. A GOP intertrou recurso da parte da sentença, e foi foi desfavorável. Foi proferido o parecer do M.º P.º, que deu como improcedente ambas as recursos jurisdicionais e em consequência serem confirmadas quer as decisões interdictórias, quer a sentença final também impugnada. Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo nº 2071/08/2EPRT (175)	Júlia Queirós Ribeiro, SA	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, sob forma de processo ordinário contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Espaço de Trabalho da Pêlota - Troço Sul».	825.150,49 €	A GOP, EM, apresentou a sua contestação a 15 de Outubro de 2009, tendo a Autora apresentado a sua réplica e a Empresa se pronunciado sobre ela. O julgamento iniciou-se no dia 2 de dezembro de 2010. Aguarda-se a sentença.
Processo nº 1227/10/2EPRT Unidade Orgânica 5	Companhia - Sociedade de Construções, SA	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, em audiência, contra a GOP, EM, e a Domus Social, V, no âmbito da execução de um conjunto de contratos de que a GOP, EM, não é parte, pedindo o pagamento de facturas regularmente vencidas e não pagas, seguras pelos montantes de facturas regularmente faturadas extemporaneamente e não pagas, de prestações custos acessórias e de estacione à título de prestações em obras.	2.025.577,16 €	Foi realizada a audiência preliminar em 20 de janeiro de 2011. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
Processo nº 2541/10/2EPRT	Ositem Empreiteiros - Sociedade de Construções, SA	Ação administrativa comum	A Autora pretende a condenação da GOP, EM, no âmbito da execução da empreitada, responsabilizando o empreiteiro pelo custo de bibelots de supressão de emendas e omissões do sistema de energia não temporariamente identificadas no montante de € 200.664,41. O empreiteiro impetrou judicialmente a sua decisão da GOP, EM.	200.664,41 €	A GOP, EM, contestou a ação. Aguarda-se o desenvolvimento do processo. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu decisão favorável à GOP, EM. O empreiteiro intertrou recurso jurisdicional e a GOP contestou a ação. Aguarda-se decisão.
Processo nº 6011/10/2EPRT	Aterro Costa Avelas, SA	Ação administrativa comum	A Autora pretende o pagamento de uma indemnização no montante de € 181.507,45, relativa a prestações custos indiretos de deslocação e faturas não cobertas da empreitada «Requalificação das Ruas de Santa Catarina, Passos Manuel e Avenida Comercial da Porto», decorrentes, essencialmente, do prolongamento da prazo de execução das obras.	281.877,00 €	A GOP, EM, apresentou a sua contestação e deduziu um pedido reconventional, pedindo, por sua vez, do empreiteiro uma indemnização no montante de € 153.726,11. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
Processo nº 972/11/2EPRT	Ositem Empreiteiros, SA	Ação administrativa comum	A Autora pretende a condenação da GOP, EM, no pagamento da quantia de € 112.110,47, a título de prestações tribuadas de supressão de emendas e omissões do sistema de energia das obras de responsabilidade.	112.110,47 €	A GOP, EM, contestou a ação. Foi proferida a sentença onde condenou a GOP, EM a pagar à Autora a quantia de € 18.867,10, acrescida de IVA e absolvia a Empresa das demais pedidas formuladas. Corre prazo para o recurso.
Processo 1541/12/2EPRT	Barranco - Construções, SA	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora pretende o reconhecimento da existência da obrigação de pagamento do valor da revisão de preços originada pela GOP, EM, assim como o reconhecimento da existência da dívida da GOP, EM, à indemnização por esta pretendida e que se reporta às prejuízos decorrentes das Votos de construção verificadas nos pavilhões gimnodesportivos da Visão de Fátima de Lousã.	124112,04 €	Foi pedido, por parte da Autora, a suspensão do processo nº 521/12/2EPRT, também referente aos pavilhões gimnodesportivos de Fátima de Lousã e Vão. A GOP, EM, apresentou a sua contestação reconventional. A decisão proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto foi totalmente favorável à GOP. Não há notícia de ter sido interposto recurso pela Autora.
Processo 2350/14/2EPRT	Comun, SA	Ação administrativa especial	A Autora pretende a condenação da GOP, EM a reembolsar a Autora da quantia de € 171.192,4), cobrada coercivamente a título de multa, e a indemnização de € 57.238,00 a título de prejuízo resultante da resolução do contrato correspondente, bem como a libertação da quantia cobrada de € 28.604,00.	74.970,40 €	A GOP, EM, apresentou a sua contestação. Aguarda-se o desenvolvimento do processo.
Processo 2130/14/2EPRT	Investiçãõ - Sociedade Empresarial, SA, e outros	Ação administrativa comum	A Autora pretende a condenação da GOP, EM a reembolsar a Autora da quantia de € 59.112,02, em virtude da indemnização, por esta, da criação e em substituição do crédito emergente da revisão de preços da empreitada a seu favor.	59.112,02 €	A GOP, EM, apresentou a sua contestação e as autoras responderam às exceções deduzidas. A decisão proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto foi totalmente favorável à GOP. Não há notícia de ter sido interposto recurso pela Autora.
Processo 2680/14/2EPRT	Luz Filipe Pessoa De G. Amato Rodrigo e Espinas	Ação administrativa comum	A Autora pretende a condenação da GOP, EM e do Município da Porto ao pagamento da quantia de € 1.082,86, referente aos danos sofridos no veículo das Autoras, ou reparação do mesmo e também a serem condenadas à reparação do caso de serem feitas as diligências do Edifício S. Pedro, propriedade das Autoras.	1.082,86 €	A GOP, EM, apresentou a sua contestação e requereu a intervenção privativa da Sociedade M. dos Santos, SA. Aguarda-se o desenvolvimento do processo.

Em conclusão, é convicção da GOP, EM, que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco,

sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional no período 2016-2018 gera resultados positivos ao longo do triénio no montante de € 2.773,84.

As obras com prazos de término imperativo, poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a CMP não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos.

Apresentamos alguns indicadores económico-financeiros no quadro seguinte:

Indicadores	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Liquidez Geral	1,49	1,46	1,46
Autonomia Financeira	33,34%	31,99%	31,78%
Autofinanciamento (valor em euros)	13.816,71	14.936,46	16.865,02

J. Pinheiro

B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	II-A -3	14.330.003,37
SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO	II-A -3	1.200.000,00
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	II-A -4.1	-14.660.191,98
GASTOS COM O PESSOAL	II-A -4.2	-892.793,83
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	II-A -3	41.863,63
OUTROS GASTOS E PERDAS		-167,74
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		18.713,45
GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÕES		-12.874,89
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	II-A -2 / II-A -4.3	5.838,56
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		1.620,00
JUROS E GASTOS SIMILARES OBTIDOS	II-D / II-A -5	0,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	II-A -5	7.458,56
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERIODO		-6.516,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	II-A -6	941,82


C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		NOTAS	ANO 2016
			Unidade monetária €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
RECEBIMENTOS			
Clientes	FD / IFA -3		14.590.134,40
Subsídio à Exploração	FD / IFA -3		1.200.000,00
PAGAMENTOS			
Fornecedores	FD / IFA -4.1		14.938.168,08
Pessoal (inclui IRS, CGA e SS)	IFA -4.2		889.736,12
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES			-37.769,79
OUTROS RECEBIMENTOS			
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas			13.611,76
OUTROS PAGAMENTOS			
Estado (IVA)	IFA -3		0,00
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	IFA -6		14.722,01
Outros			25.653,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			14.105,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS			
Juros e Rendimentos Similares	FD / IFA -5		1.215,00
PAGAMENTOS			
Activos Fixos Tangíveis	IFA -2		10.455,00
Activos Intangíveis	IFA -2		28.216,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			-37.456,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			-23.351,08
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 1 DE JANEIRO			1.983.995,62
MÍNIMO DE CAIXA			127.834,14
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 31 DE DEZEMBRO			1.960.644,55

D. Simões
 CA

D – BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2016
ACTIVO		
ACTIVO NÃO CORRENTE		
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	IFA -2 / IFA -4.3	12.826,22
ACTIVOS INTANGÍVEIS	IFA -2 / IFA -4.3	15.294,10
		28.120,32
ACTIVO CORRENTE		
CLIENTES	ED / IFA -3	4.325,75
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	IFA -4.2 / IFA -6 / IFA -7.2	469.633,85
OUTRAS CONTAS A RECEBER	IFA -7.4	1.414.967,28
DIFERIMENTOS	IFA -7.3	35.746,49
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	IFA -7.1	1.960.644,55
		3.885.317,92
TOTAL DO ACTIVO		3.913.438,24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL REALIZADO	IFA -7.6	500.000,00
RESERVAS	IFA -7.5	764.989,31
RESULTADOS TRANSITADOS	IFA -7.5	38.641,29
		1.303.630,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	IFC	941,82
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.304.572,42
PASSIVO		
PASSIVO CORRENTE		
FORNECEDORES	ED / IFA -4.1	185.369,30
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	IFA -4.2 / IFA -6 / IFA -7.2	38.639,81
OUTRAS CONTAS A PAGAR	IFA -7.4	2.384.856,72
		2.608.865,82
TOTAL DO PASSIVO		2.608.865,82
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		3.913.438,24

D. Simões
 at




III – EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Os encargos de estrutura da empresa – gastos operacionais – serão financiados com recurso à prestação de serviços a outras entidades e pela Câmara Municipal do Porto sob a forma de subsídio à exploração.

No triénio de 2016-2018 a comissão de gestão (encargos gerais de gestão) a aplicar às Outras Entidades será de 5% sobre o volume de execução de obra.

Para o ano de 2016, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte.

(Valores em M€)

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS	ANO 2016
Gastos Operacionais	
Gastos com o Pessoal	892.793,83
Fornecimentos e Serviços Externos	340.214,73
Gastos de Depreciação e de Amortizações	12.874,89
Outros Gastos	167,74
Sub-total	1.246.051,18
Tributação autónoma da estrutura subsidiada	4,839
Gastos da estrutura Subsidiada	1.250.889,75
Imposto Sobre Rendimento do Período, deduzido da tributação autónoma da estrutura subsidiada	1.678,18
Total	1.252.567,92

COMPOSIÇÃO DAS COMPENSAÇÕES	ANO 2016
Subsídio à Exploração - contrato programa CMP	1.200.000,00
Prestação de serviços a outras entidades	10.026,12
Receitas Prestação Serviços a Outras Entidade	
Empresas Municipais	10.026,12
Serviços apoio a outras entidades	40.863,63
Sub-total	1.250.889,75
Outros Rendimentos e Ganhos	1.000,00
Juros e Ganhos Similares	1.620,00
Total	1.253.509,75
Resultado Líquido do Período	941,82

Porto, 6 de novembro de 2015

O Conselho de Administração,

Luís Almeida
[Assinatura]



ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA A CMP E OUTRAS ENTIDADES PARA O TRIÉNIO 2016-2018

PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA A CMP E OUTRAS ENTIDADES PARA O TRIÉNIO 2016-2018

(un: euros)

Designação das Rubricas	2016	2017	2018
2 ECONOMIA E EMPREGO			
2.1 Programa Mercator	6.500.000	12.000.000	8.500.000
Sub-total	6.500.000	12.000.000	8.500.000
4 CULTURA			
4.1 Dinamização da Cultura	240.500	1.824.500	2.300.000
Sub-total	240.500	1.824.500	2.300.000
5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA			
5.1 Reabilitação / Requalificação Urbana	229.720	2.344.800	977.500
Sub-total	229.720	2.344.800	977.500
6 EDUCAÇÃO			
6.1 Promover e fomentar a educação	2.292.500	850.000	0
Sub-total	2.292.500	850.000	0
10 DESPORTO			
10.1 Incentivar e dinamizar o Desporto	830.000	0	0
Sub-total	830.000	0	0
11 MOBILIDADE E TRANSPORTES			
11.1 Melhorar da mobilidade e infraestruturas	2.516.754	1.580.212	8.667.500
Sub-total	2.516.754	1.580.212	8.667.500
12 AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA			
12.1 Qualificação dos espaços verdes	1.147.700	938.663	369.087
12.2 Promoção do ambiente urbano	0	237.251	0
12.3 Direito dos Animais	200.000	100.000	0
Sub-total	1.347.700	1.275.914	369.087
13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
13.1 Funcionamento dos serviços	573.001	0	1.150.000
Sub-total	573.001	0	1.150.000
TOTAL CMP	14.530.175	19.875.426	21.964.087
Acordos de Colaboração com Outras Entidades	200.522	393.197	516.322
TOTAL	14.730.697	20.268.623	22.480.409

J. Pinheiro




ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exma. Senhora
Dra. Susana Catarina Iglesias Couto Rodrigues de Jesus
R. Arq. Marques da Silva, 285 - 3º Dto
4150 – 484 Porto

Porto, 6 de novembro de 2015

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

A presente declaração é emitida, no âmbito da análise dos Instrumentos de Gestão Previsional para o triénio de 2016 a 2018, de acordo com os Estatutos da Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EM, com vista à emissão do parecer respetivo.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação e apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional, e nomeadamente quanto aos pressupostos subjacentes, por forma a que as previsões financeiras apresentem, no que de melhor é nosso conhecimento e convicção, a posição financeira, os resultados das operações, os movimentos dos fluxos de caixa e equivalentes no período previsto, refletindo a previsão o nosso juízo, baseado nas circunstâncias presentes, sobre as condições esperadas e a nossa atuação futura.

O Conselho de Administração,

Dra. Cristina Pimentel – Presidente do Conselho de Administração



Arq.ta Cátia Meirinhos – Vogal Executiva do Conselho de Administração



Arq. Manuel Correia Fernandes – Vogal do Conselho de Administração



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresento o meu parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para os exercícios de 2016 a 2018, da Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M., abreviadamente designada "GOP, EM", datado de 6 de novembro de 2015, consistindo: nos Planos anuais e plurianuais de atividades, investimento e financeiros, notas explicativas ao orçamento para o ano de 2016, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A minha responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-me emitir um relatório profissional e independente baseado no meu trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedi teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está isenta de distorções materialmente relevantes. O meu trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

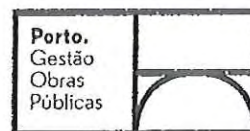
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendo que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
7. Devo contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

8. Sem afetar o parecer expresso no anterior parágrafo número 6, chamo a atenção para os seguintes factos:



8.1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2015. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, o resultado líquido estimado e incluído no capital próprio poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.

8.2. A GOP, EM, está subordinada, na sua prestação de serviços, ao grupo Câmara Municipal do Porto, procurando alargar a sua atividade a outras entidades, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros poderão afetar decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio patrimonial e financeiro da GOP, EM.

Porto, 6 de novembro de 2015

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338



2016

2018



PORTOLAZER

CMPL - PortoLazer

Empresa de Desporto e Lazer
do Município do Porto, E.M.

NIF: 507 718 640

Rua Bartolomeu Velho, 648 4150-124 Porto

www.portolazer.pt

2016

2018

**INSTRUMENTOS
DE GESTÃO
PREVISIONAL**

Lin
1.12

ÍNDICE

1. POLÍTICA E ESTRATÉGIA	6
1.1 Visão, Missão, Valores e Objetivos Estratégicos	6
1.2 Compromisso de Sustentabilidade Financeira e Organizacional	7
2. ENQUADRAMENTO E PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2016	10
2.1 Enquadramento do Orçamento para 2016	10
2.2 Pressupostos dos Instrumentos de Gestão Previsional	12
3. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES	14
3.1 Introdução	14
3.1.1 Conceção e Marketing	15
3.1.1.1 Objetivos Gerais	15
3.1.1.2 Matriz de Oferta	16
3.1.1.3 Comunicação e imagem	17
3.1.1.4 Política Comercial	17
3.1.1.5 Eventos	18
3.1.1.6 Programas de atividade física e desportiva	19
3.1.1.7 Relações institucionais e incentivos	19
3.1.1.8 Visibilidade e ativação	20
3.1.2 Infraestruturas	20
3.1.2.1 Monte Aventino	21
3.1.2.2 Rede Municipal de Grandes Campos e Espaços Exteriores	22
3.1.2.3 Rede Municipal de Pavilhões	23
3.1.2.4 Rede Municipal de Piscinas	23
3.1.2.5 Silo Auto	23
3.1.3 Produção	24
3.1.4 Logística	24
3.1.5 Projetos Âncora	25
3.1.5.1 São João do Porto	25
3.1.5.2 Festival NOS Primavera Sound	26
3.1.5.3 Verão é no Porto	27



3.1.5.4 Feira do Livro	28
3.1.5.5 Natal	28
3.1.5.6 Passagem de Ano	29
3.1.5.7 Arte Urbana	29
3.1.5.8 Eventos Especiais	30
4. PLANOS ECONÓMICO-FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	31
4.1 Plano de Investimento para o Ano 2016	31
4.2 Plano de Capital Humano para o Ano de 2016	32
4.2.1 Capital Humano	32
4.2.2 Estrutura Previsional	32
4.2.3 Custos	33
4.2.4 Desenvolvimento Pessoal	33
4.3 Plano Financeiro para o Ano de 2016	34
4.4 Demonstração dos Resultados Previsional	35
4.4.1 Rendimentos	36
4.4.2 Gastos	38
4.5 Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional	41
4.6 Balanço Previsional	42
4.7 Planos Económico-financeiros para o triénio 2016/2018	44
4.8 Fundamentação das Verbas Inscritas no Contrato Programa 2016	46
4.9 Prestação de Serviços ao Município do Porto para o ano de 2016	46
4.10 Prestação de Serviços no âmbito das AEC's para o ano de 2016	47
4.11 Prestação de Serviços no âmbito da cedência de espaço (Silo Auto)	47
4.11 Transferências Financeiras 2016 vs 2015 do Município do Porto	48
5. PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	51



12/10

1. POLÍTICA E ESTRATÉGIA

1.1 VISÃO, MISSÃO E VALORES

Consciente da missão e da visão que a norteiam, a PortoLazer identificou um conjunto de valores e objetivos estratégicos estáveis que continuarão a caracterizar a sua atuação a médio e longo prazo, entendendo como crucial e reafirmando a preservação de todos os valores e princípios a seguir identificados.

VISÃO	MISSÃO	VALORES
 <p>"Fazermos mexer o Porto..."</p>	<p>"Onde houver uma bola, uma braçada, uma onda, uma prova ganha, um rugir de motor, uma nota musical, um balão de São João, uma tradição, uma performance, nós estamos lá, por si e para si..."</p> <p>Assentes numa lógica criativa, inovadora, integradora, facilitadora, responsável e sustentável que acrescente valor à cidade..."</p>	<p>Mobilizamo-nos para diariamente construir uma oferta de qualidade, diversa, socialmente inclusiva e acima de tudo geradora de valor para a cidade e para a afirmação do Porto no contexto global. Fazendo do Porto, dia após dia, uma cidade única para viver e visitar.. Para isso privilegiamos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Trabalho de equipa• Compromisso com a organização, com a cidade e com os parceiros• Criatividade• Transparência• Eficiência• Excelência• Responsabilidade e respeito individual

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Garantir a sustentabilidade e racionalidade económica e financeira da empresa;
2. Implementar uma cultura de exigência e compromisso que mobilize e oriente os colaboradores para a sustentabilidade da empresa;
3. Orientar a oferta da PortoLazer para as reais necessidades e expectativas dos parceiros e clientes (entidades + cidadãos + turistas) e para o aumento de notoriedade da marca e do destino Porto;
4. Promover e dinamizar a atividade desportiva na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
5. Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, ao nível da operação, manutenção, bem como da maximização da utilização das diferentes instalações;
6. Aumentar o grau de envolvimento e empatia dos diferentes *stakeholders* com a atividade da PortoLazer, em particular com o universo CMP.

1.2 COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E ORGANIZACIONAL

A atual conjuntura económica do País condicionou de forma significativa o desempenho de todas as empresas e organizações, não tendo sido a PortoLazer uma exceção. Ciente das dificuldades enfrentadas, e com que se vai deparar em próximos exercícios, a PortoLazer tem vindo a desenvolver uma estratégia que, entre outros, se sustenta no seguinte princípio "...fazer mais com menos...".

O compromisso com a eficiência e com a gestão racional e criteriosa dos recursos de que dispõe é diário, prova dessa atitude são os resultados de exploração positivos desde 2011.

Hoje a PortoLazer pode afirmar que tem uma situação económico-financeira sólida e sustentável, que lhe permite olhar para o futuro com confiança. Este é um cenário que prova que a PortoLazer tem futuro e, mais do que encher de orgulho todos aqueles que fazem parte direta ou indireta da curta história da PortoLazer, traz a todos aqueles que contribuem diariamente para o resultado da PortoLazer, mais responsabilidade e compromisso.

O equilíbrio e a sustentabilidade financeira continuarão a ser um compromisso diário da nossa operação e dos nossos colaboradores. Uma efetiva mobilização dos colaboradores para uma operação mais eficiente e para a construção de uma oferta que vá de encontro às necessidades e expectativas dos nossos clientes, assente numa rede de parceiros e patrocinadores que queremos cada vez mais sólida, serão também prioridades para 2016, as quais se consubstanciam, entre outras, nas seguintes ações:

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HUMANOS

Implementar medidas de gestão integrada dos recursos humanos, através da organização da formação, avaliação de desempenho e mobilização dos colaboradores, centrada nos objetivos estratégicos, atendendo a uma otimização da estrutura presente que contribua para o crescimento sustentável da empresa, bem como para o desenvolvimento pessoal dos colaboradores, elementos que se mantêm como pedra basilar da política de recursos humanos da PortoLazer para 2016, no seguimento das políticas implementadas.



Lin
PAV

OTIMIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE PROJETO

Tendo em vista uma maior eficiência da operação da PortoLazer, continuarão a ser otimizadas as metodologias de planeamento que permitam evidenciar as diferentes fases, recursos, marcos e *timings* de cada projeto, visando sobretudo uma cada vez maior antecipação e garantia da operacionalidade mesmo em momentos críticos do desenvolvimento dos projetos, bem como uma utilização cada vez mais equilibrada do tempo e dos recursos afetos a cada um.

Gestão do âmbito, gestão de tempo, gestão de custos, garantia da qualidade, gestão de recursos humanos, gestão da comunicação, gestão de risco, gestão de compras e gestão de desperdícios, continuarão assim, a ser as áreas de reforço das competências dos colaboradores da PortoLazer, sustentando a implementação da metodologia de gestão de projetos em curso.



SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL

A otimização referida no ponto anterior será potenciada pela implementação efetiva de um sistema de gestão documental transversal a toda a empresa, possibilitando uma maior eficiência organizacional, eliminando as redundâncias e melhorando a comunicação interna da empresa. Os ganhos serão inevitáveis ao nível de eficácia e eficiência organizacionais, sendo expetável uma redução dos custos de operação, com impacto nos mais diversos níveis da empresa.





SISTEMA CENTRALIZADO DE GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATOS

A otimização do processo de gestão de compras, decorrente do processo de centralização ocorrido em 2012, e a contratualização associada a um planeamento antecipado e, por isso, mais eficaz, permitirão em 2016 alcançar economias de escala nos processos de aquisição, uma melhor negociação das condições contratuais, bem como, minimizar os picos de trabalho em épocas de maior pressão e concentração de oferta dos nossos serviços.



A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso veio introduzir melhorias adicionais aos procedimentos internos, os quais visam permitir um melhor controlo sobre a execução de despesa, complementando os procedimentos anteriormente introduzidos de cabimentação de despesa, controlando assim mais eficazmente o orçamento, a cada momento. Por outro lado esta lei veio trazer um aumento da carga burocrática, o que obrigou ao reforço dos recursos da empresa, reduzindo inevitavelmente a sua eficiência.

Para o ano de 2016, prevê-se que os procedimentos já introduzidos sejam adequados a um desempenho ainda mais eficaz e eficiente, num ano em que, devido à conjuntura e acréscimo de atividade na esfera da PortoLazer, é expectável que seja necessário um maior nível de controlo e acompanhamento do processo de execução orçamental.


 9


2. ENQUADRAMENTO E PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2016

2.1 ENQUADRAMENTO DO ORÇAMENTO PARA 2016

ORIENTAÇÕES PARA O ANO DE 2016

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) relativos ao exercício económico de 2016 tiveram por base as seguintes orientações estratégicas:

- > Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;
- > Promoção da eficiente afetação dos recursos disponíveis na esfera da PortoLazer à implementação dos seus objetivos estratégicos;
- > Prioritização estratégica dos projetos culturais e desportivos a implementar, no sentido de potenciar a maximização do retorno social, cultural e económico para a cidade. O objetivo final da intervenção da PortoLazer visa incrementar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pela autarquia, impactando assim positivamente na qualidade de vida dos munícipes e na experiência dos turistas que visitam a cidade;
- > Enfoque na gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor; (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos níveis de encargos com manutenção corretiva); (iii) segurança e preservação do património; (iv) gastos com remunerações; (v) obrigações fiscais e legais; e,
- > Assegurar a concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da PortoLazer, ou que se encontrem sob a sua gestão.

EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ASPETOS LEGAIS E FISCAIS CONEXOS

Os IGP relativos ao exercício de 2016 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, o qual parte do subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto com o intuito de financiar: (i) as despesas com a estrutura de apoio da PortoLazer; (ii) a gestão das plataformas; (iii) o diferencial entre os preços de mercado e os preços praticados pela PortoLazer no que respeita à exploração das infraestruturas desportivas municipais. De referir que o referido subsídio é não sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

De notar ainda que a regulação dos termos em que o referido subsídio é atribuído à PortoLazer se encontra prevista em contrato programa, o qual define os objetivos e os indicadores de resultado para o exercício de 2016, conforme previsto no Artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto e pela Lei n.º n.º 69/2015 de 16 de julho.

Adicionalmente, a PortoLazer desenvolve um conjunto de atividades que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto. A referida prestação de serviços abarca a organização de um vasto conjunto de eventos e atividades de natureza cultural, desportiva e de lazer. A este respeito cumpre referir que os referidos serviços são sujeitos a IVA à taxa normal.

INVESTIMENTOS PROPOSTOS PARA O TRIÉNIO 2016/2018

Atendendo à política de melhoria contínua em vigor na PortoLazer, com referência ao exercício de 2016, o investimento previsto terá como alvo as seguintes áreas: (i) requalificação das infraestruturas desportivas sob gestão da PortoLazer, com particular enfoque na área da melhoria da eficiência energética (a este respeito cumpre referir que a PortoLazer irá apresentar uma candidatura ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (POSEUR), procurando assim obter fundos comunitários para o efeito; de notar ainda que a taxa de financiamento máxima prevista para a região Norte corresponde a 95% do investimento elegível); (ii) obras no edifício sede, adaptando a infraestrutura existente às necessidades inerentes ao funcionamento das diversas áreas funcionais; (iii) *hardware* e *software* informático, com o intuito de dar continuidade à implementação de novos e melhorados procedimentos de trabalho e controlo interno; e, (iii) equipamento relacionado com a organização de eventos.

Para os exercícios de 2017 e 2018, prevê-se essencialmente dar continuidade à manutenção dos equipamentos sob gestão da PortoLazer.

CONTINGÊNCIAS FISCAIS E DE CONTENCIOSO

Relativamente ao processo de execução fiscal em IVA, apesar da resposta da Autoridade Tributária ao recurso hierárquico da decisão à reclamação graciosa ter sido favorável à PortoLazer, não se procedeu à reversão da Provisão por se encontrar pendente de decisão a dedutibilidade deste imposto.

No que respeita ao processo existente de IMT, o mesmo está em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecido pela PortoLazer a obrigação de pagamento deste imposto. Para prevenir o risco da eventual necessidade de pagamento de juros futuros, a PortoLazer decidiu efetuar o pagamento do IMT liquidado pela Autoridade Tributária e Aduaneira respeitante ao edifício sede, mantendo a não concordância com esta liquidação, tendo consequentemente prosseguido com a respetiva contestação.

Nos instrumentos de gestão previsionais para o triénio de 2016/2018 foi considerado um reforço de provisões de forma a acautelar eventuais processos judiciais.

CRITÉRIOS DE GESTÃO

Este documento considera a gestão para o triénio de 2016/2018, com base no princípio da continuidade da empresa.

Com base numa gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período em causa, sem descurar o equilíbrio das contas da PortoLazer, num esforço contínuo de ajustamento e alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos executados.

A execução do plano de intervenção da PortoLazer para o triénio visará igualmente:

- > Reforçar as parcerias, não só, com entidades do universo do Município do Porto, mas também, junto de outras entidades públicas e privadas, permitindo a dinamização da cidade numa lógica de custos otimizados; e,
- > Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas e plataformas sob nossa gestão, atendendo adicionalmente à função social da PortoLazer, a qual decorre da delegação de competências pelo Município do Porto.

PLANO DE CAPITAL HUMANO PARA O TRIÊNIO 2016-2018

A estrutura previsional de capital humano para o triênio de 2016-2018 é a seguinte:

ESTRUTURA PREVISIONAL DE CAPITAL HUMANO	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Infraestruturas Desportivas	19	19	19
Plataformas	12	12	12
Projetos	5	5	5
Estrutura de Apoio	42	42	42
TOTAL	78	78	78

Do número acima indicado, estão afetos à Liderança Estratégica da PortoLazer 2 administradores executivos. Neste quadro não está contabilizado o Presidente do Conselho de Administração, uma vez que não é remunerado pela entidade.

Para o ano de 2016, estão consideradas pequenas variações do quadro de pessoal, em relação ao existente à presente data, nomeadamente, a admissão de colaboradores com vista ao reforço das áreas estratégicas da empresa e da estrutura de apoio, com o intuito de colmatar a redefinição de funções dentro da orgânica existente.

Continua a ser objetivo para 2016 não aumentar a massa salarial orçamentada, pelo que as alterações que possam ser introduzidas ao nível salarial e prémios de desempenho, resultantes da avaliação de desempenho, terão que derivar de equivalente poupança nos gastos.

Os restantes pilares de desenvolvimento do capital humano manter-se-ão, segundo uma estratégia já descrita e definida, relativa ao desenvolvimento pessoal dos colaboradores, conforme as políticas internas, e prioridades estabelecidas para cada um dos anos.

Em 2017 e 2018, não se prevêem, alterações à estrutura base apresentada para 2016, sendo que o plano passa por prosseguir uma política de consolidação e amadurecimento da mesma.

2.2

PRESSUPOSTOS DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

a) CONTRATO PROGRAMA DE 2016

As transferências financeiras ao abrigo do contrato-programa estão enquadradas como subsídio à exploração, as quais se destinam a assegurar:

- > Gastos com a estrutura de apoio à atividade da empresa;
- > Gestão de plataformas; e
- > Gestão das redes de infraestruturas desportivas pertencentes ao Município do Porto.

b) CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM O MUNICÍPIO DO PORTO DE 2016

As transferências financeiras ao abrigo dos contratos de prestação de serviços estão enquadradas como rendimentos de exploração, as quais se destinam a assegurar:

- > Prestação de serviços da PortoLazer ao Município do Porto na área dos projetos/eventos;

- > Prestação de serviços na área das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) ao Município do Porto; e,
- > Prestação de serviços de estacionamento ao Município do Porto.

De notar que para os exercícios de 2017 e 2018 foi considerada a manutenção destes contratos.

c) ATIVIDADE NÃO COMPARÁVEL COM O ANO DE 2015

No que respeita ao exercício de 2016, a PortoLazer prevê manter a atividade nos mesmos moldes do que se registou em 2015.

Não obstante o acima referido, em 2016 a PortoLazer pretende levar a cabo novos projetos, os quais serão alvo de candidatura ao abrigo do POSEUR, nomeadamente, um programa de animação urbana e patrimonial e um plano de intervenção ao nível da eficiência energética (especificamente direcionado para as piscinas). De notar que é expectável que estes novos projetos tenham uma duração que se estenda para o exercício de 2017 e 2018. Adicionalmente, encontra-se prevista a realização de um evento desportivo de impacto internacional.

d) CRITÉRIOS/PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Na elaboração dos IGP de 2016 foram considerados os pressupostos abaixo apresentados:

PRESSUPOSTOS PARA OS IGP	2016	2017	2018
Taxa de Inflação Anual	1,2%	1,3%	1,3%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	22,5%	22,5%	22,5%
Taxa de Juro	0,8%	0,8%	0,8%
Tempo Médio de Recebimento de Clientes (n.º dias)	30	30	30
Tempo Médio de Pagamento (n.º dias)	15	15	15
Taxa Média de Progressão Salarial	0%	0%	0%

As despesas de funcionamento com a atividade operacional da PortoLazer foram projetadas para o ano de 2016 com base numa taxa de inflação de 1,2%, com exceção das despesas energéticas.

Adicionalmente, cumpre referir que para o efeito de elaboração dos IGP de 2016 foram ainda tidos em consideração os gastos e rendimentos associados, não só, aos projetos a candidatar ao abrigo do POSEUR (os quais se estima que, em caso de aprovação pelas autoridades competentes, sejam executados ao longo de 2016, 2017 e 2018), mas também, ao evento desportivo de âmbito internacional previsto para 2016. Não foram contempladas quaisquer atualizações salariais, nem nenhuma alteração significativa do quadro de pessoal.

O Concurso público internacional para a reabilitação, requalificação e exploração do Pavilhão Rosa Mota/ Palácio de Cristal foi lançado a 3 de dezembro de 2014;

O prazo para a apresentação das propostas terminou a 24 de maio de 2015; Foram apresentadas 2 propostas; A 11 de setembro de 2015 foi deliberado pelo Conselho de Administração, após proposta do júri do concurso, excluir ambas as propostas apresentadas, por não cumprirem os requisitos exigidos no caderno de encargos, e por consequência, não adjudicar.

A 19 de outubro de 2015, a PortoLazer foi notificada da ação de contencioso pré-contratual intentada por um dos agrupamentos concorrentes, encontrando-se o processo a seguir os seus trâmites no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. Presentemente, o Conselho de Administração aguarda pela decisão final do processo e pondera soluções alternativas com vista à recuperação do investimento realizado. Não foram considerados quaisquer gastos e rendimentos com a concessão no triénio 2016/2018.

3. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

3.1 INTRODUÇÃO

O Porto é uma cidade que tem sabido cimentar e diversificar a sua oferta de animação, aproximando gerações, conquistando novos públicos e conciliando dois vetores que poderiam parecer inconciliáveis: ser uma cidade cosmopolita, virada para o exterior e cada vez mais atrativa para quem nos visita; mas também uma cidade tradicional e bairrista, voltada para si e para os seus habitantes, que se orgulha das suas tradições e se revê em todas as suas festas. No fundo, uma cidade que se sabe reinventar e ajustar aos novos públicos e desafios, mas sem nunca se descaracterizar ou deixar de ser autêntica.



Com responsabilidades cada vez mais acrescidas na estratégia de animação e lazer da cidade, a PortoLazer está determinada em reforçar e potenciar esta dinâmica ao longo do ano de 2016.

A cidade merece e a PortoLazer é, sem dúvida, parte fundamental desta estratégia, quer pela sua relação privilegiada com os públicos, a cidade e os seus diversos agentes culturais, quer pela sua reconhecida capacidade de inovar, articular e construir uma oferta global, integrada e coerente com as necessidades e aspirações dos vários públicos-alvo.

Esta ambição, que nos compromete e a todos responsabiliza, é a consequência óbvia e natural do trabalho que a PortoLazer tem vindo a desenvolver no espaço público e nos vários equipamentos que estão sob a sua gestão, sempre em estreita relação e coordenação com o Executivo da Câmara Municipal do Porto.

É, pois, nosso objetivo dar a melhor sequência a esta nova forma de pensar e reinventar a cidade, captando novos públicos e reforçando uma oferta que se pretende cada vez mais qualificada e diferenciadora, mas que, simultaneamente, seja capaz de sublinhar o espírito empreendedor e cosmopolita da cidade, valorizando o que de melhor e único tem o Porto.

A diversidade e qualidade da oferta que a nossa cidade dispõe permite-nos, com pouca margem de erro, perspetivar que o potencial de crescimento não está ainda esgotado. Temos ainda muito para oferecer e ainda muito mais para crescer.

3.1.1. Conceção e Marketing

3.1.1.1 Objetivos Gerais

Para o período de 2016, os objetivos gerais são, assim:

- Manter e reforçar toda a dinâmica e diversidade que a oferta da cidade tem vindo a assumir neste novo ciclo, com base numa lógica cada vez mais seletiva, sustentada e integrada, dando resposta às efetivas necessidades e aspirações dos públicos-alvo definidos como prioritários;
- Reforçar a aposta em eventos de qualidade, que funcionem como fatores de diferenciação e atração local, mas também de impacto nacional e internacional, que se possam constituir como efetivos aceleradores da procura na cidade e promoção internacional da marca Porto.
- Continuar a assegurar a sustentabilidade financeira através da manutenção do equilíbrio financeiro global, da autossustentabilidade do maior número possível de projetos e da implementação de soluções aptas a garantir um elevado grau de rigor e de eficiência organizacional.

Em 2016, a PortoLazer pretende também continuar a reforçar o seu papel enquanto interlocutor natural e privilegiado junto das diversas entidades que participam na oferta da cidade, com o objetivo permanente de regulação, articulação e construção de uma oferta global integrada, em que o todo seja efetivamente mais valioso que a mera soma da contribuição isolada de cada um.

Nesta área, é de destacar a estreita ligação da estratégia da PortoLazer com a estratégia municipal de afirmação da cidade no panorama nacional e internacional como um destino turístico de excelência, e como uma referência na área do ensino superior, da ciência, da cultura e do lazer.

Agregar e promover a oferta da cidade nos seus momentos altos, envolvendo todos os agentes de dinamização da região, continuarão a ser aspetos determinantes para o reforço do sucesso desta estratégia de afirmação da marca Porto, dentro e fora de portas.



Lin
A. Val

3.1.1.2 Matriz de Oferta

A visibilidade e a notoriedade de muitas das iniciativas que, no ano de 2015, viram o seu sucesso reconhecido, permitem asseverar com alguma certeza que estes continuarão a ser os territórios de afirmação da marca Porto.

É nossa forte convicção que os sucessos de agenda da cidade serão aqueles em que esta tenha a capacidade de, no seu todo, e independentemente do mote principal, tocar todos estes territórios de forma transversal, gerando desta forma uma oferta única e efetivamente diferenciadora e, como tal, uma promessa e um apelo fortemente mobilizadores.

A música continuará a ser uma das fortes apostas da oferta de 2016, a par do reforço das áreas do desporto e da arte urbana.

Reforçar, inovar e diferenciar constituirão, por isso, os motes da oferta da cidade em 2016, num ano em que a força das parcerias com os restantes agentes dinamizadores desta oferta terão de ser, uma vez mais, determinantes para a viabilização e sucesso de muitos dos projetos perspectivados.

Dentro da sua dinâmica global, a PortoLazer continuará a dar um enfoque particular à Baixa portuense, articulando iniciativas, agilizando e liderando processos e incentivando privados a apostar na energia singular que o Porto tem conseguido emanar nos últimos anos. O objetivo é continuar o caminho para equilibrar a oferta nesta zona da cidade, usando o efeito dinamizador que esta aposta teve em toda a envolvente dos espaços já impactados, mas continuando a direcionar esforços para outros locais de forte atração turística, em particular os associados ao património da cidade.

O mesmo é válido para outras zonas da cidade que, tal como em 2015, continuarão a ser potenciadas e revitalizadas pelo fator “animação”.

Paralelamente, com a conquista e animação de novos espaços da cidade, a PortoLazer continuará a reforçar a inclusão do domingo na agenda de lazer dos portuenses. Este esforço visa combater a desertificação da cidade, particularmente num dia privilegiado em termos de procura turística, propondo que este exemplo seja seguido pelos agentes da cidade que mais de perto lidam com este público fazendo com que este veja nestas propostas mais uma oportunidade que o Porto lhes oferece!



3.1.1.3 Comunicação e imagem

Em 2016, continuaremos a apostar em campanhas que abranjam e promovam toda a oferta de animação, lazer e desporto, através de uma mensagem transversal a todos os públicos, locais, nacionais e internacionais, com um reforço nos momentos altos da programação da cidade.

A par da assessoria mediática, a PortoLazer continuará a marcar forte presença nos meios *online*, quer ao nível do seu *website*, quer ao nível das redes sociais. No caso do *website* da PortoLazer, cuja página foi recentemente alvo de uma profunda remodelação, quer em termos gráficos, quer em termos de conteúdos e introdução de novas funcionalidades, os resultados até agora conhecidos têm superado as melhores expectativas, tendo a página já ultrapassado o meio milhão de visualizações, registando atualmente uma média de 35.500 visitas mensais.

O objetivo para 2016 é consolidar este crescimento e transformar este canal num veículo prioritário de comunicação, particularmente ao nível da oferta cultural, de animação e desportiva da cidade.

Indissociável nesta estratégia é a página da PortoLazer no Facebook, cujo crescimento nos dois últimos anos mais do que triplicou. O objetivo traçado para o final do ano de 2015 – alcançar os 40.000 seguidores – foi superado ainda no decorrer do primeiro semestre, com a página a passar dos 31.737 seguidores em dezembro de 2014 para os 42.424 a 30 de junho de 2015, o que se traduziu num crescimento de 32 por cento só no primeiro semestre do ano. Em dezembro, foi já ultrapassada a barreira dos 48 mil seguidores.

Em termos de *reach*, a página tem hoje um alcance diário de 4.328 fãs e uma média diária de 8.652 impressões entre os seguidores. O número médio de *posts* mensais em 2015 foi de 234 *posts*, cerca de 8 *posts* por dia. Em relação à interação da página, a média mensal em 2015 foi de cerca de 36.000 (entre comentários, *likes* e partilhas), sendo que em junho a página apresentou um valor muito acima da média, com uma interação de 77.252.

3.1.1.4 Política Comercial

À semelhança do que temos procurado fazer nos últimos anos, é objetivo da PortoLazer continuar a diversificar as suas fontes de financiamento no âmbito dos projetos que tem pensados para a cidade em 2016. Esta realidade decorre da necessidade de uma gestão cada vez mais criteriosa dos fundos públicos, e será vista pela PortoLazer como uma oportunidade de qualificar cada vez mais os seus eventos sem onerar os seus custos.

A atual dinâmica da cidade e o número crescente de públicos impactados, permitem-nos acreditar que existe uma cada vez maior predisposição para o estabelecimento de parcerias comerciais que sejam valiosas para todas as partes envolvidas: entidades públicas ou equiparadas, agentes culturais e desportivos, marcas e o próprio público a quem se dirigem as iniciativas.

O sucesso de uma estratégia de patrocínios e apoios mecenáticos será assim fundamental para uma atuação mais plena e ambiciosa da PortoLazer e dos parceiros com quem habitualmente colaboramos.

Eventos como o São João, Verão é no Porto e Passagem de Ano são apenas alguns exemplos de eventos com forte visibilidade e potencial de mobilização nacional e internacional.

A dinâmica própria conseguida para a cidade do Porto e a boa imagem que esta tem vindo a assumir, nomeadamente enquanto destino turístico de eleição, são fatores geradores de valor para as propostas que se venham a realizar, sustentando a promessa de que uma associação ao Porto é cada vez mais uma associação valiosa, diferenciadora e geradora de um importante retorno emocional.



3.1.1.5 Eventos

Ao reiterado reconhecimento internacional do Porto, não será certamente alheia a atual oferta de animação da cidade a qual faz da visita ao Porto uma experiência única, que muitos querem repetir e prescrever. Este é um entusiasmo que não podemos deixar esmorecer em 2016.

Os pontos altos da oferta de eventos da cidade coincidirão novamente com as Festas de São João do Porto, com o programa “Verão é no Porto”, durante os meses de julho, agosto e setembro, e naturalmente com o Natal e Passagem de Ano.

O ano de 2016 será ainda marcado por novas edições do Primavera Sound e D’Bandada, dois eventos que irão integrar e reforçar a programação da cidade, potenciando, uma vez mais, a sua afirmação no panorama turístico internacional, com reflexos muito importantes na economia local.

A criatividade e a inovação serão também um dos princípios da oferta deste ano, nomeadamente, segundo uma lógica de regeneração urbana e social, potenciando a médio e curto prazo, as mais-valias económicas daqueles que invistam nesta nova forma de pensar e fazer a animação cultural na cidade.

Mas o Porto terá muito mais para oferecer em 2016! Manter uma oferta constante e variada ao longo de todo o ano, combatendo a sazonalidade e reforçando as iniciativas de sucesso, mas também atraindo novas realizações aptas a manter um grau de inovação adequado a uma cidade que se quer viva e convidativa, serão também objetivos a cumprir ao longo deste ano.

Na área desportiva, voltará a ser dado destaque à promoção de hábitos de vida saudáveis, conciliando a prática desportiva informal com a prática desportiva de competição, através da proposta de atividades para todos os segmentos da população.

Depois do sucesso que constituiu a estreia do Campeonato do Mundo de F1 em Motonáutica no rio Douro, é objetivo da PortoLazer garantir a organização de uma nova prova desportiva de dimensão internacional em 2016.

Paralelamente, manter-se-á uma oferta constante no centro da cidade, gerando novas sugestões de utilização da mesma e prescrevendo uma “Baixa em Boa Forma”, tal como já aconteceu em 2013, 2014 e 2015, com crescentes níveis de adesão.

3.1.1.6 Programas de atividade física e desportiva

A qualidade de vida dos cidadãos é de capital importância, exigindo profunda atenção, cuidada planificação e articulada execução.

A atividade física, nomeadamente o exercício físico moderado e regular, constitui um fator decisivo na prevenção de vários tipos de doenças ou debilidades, contribuindo, nomeadamente, para o bom equilíbrio e desenvolvimento psicomotor.

Os programas dinamizados pela PortoLazer continuarão a levar em linha de conta as especificidades e necessidades inerentes aos diferentes grupos alvo, visando, como objetivo final, a promoção de boas práticas para uma efetiva qualidade de vida dos cidadãos.

Perseguir consistentemente este objetivo exige de todos nós uma estratégia global e integrada, que seja capaz de articular várias dimensões e agentes da cidade, e que não se aprisione à ideia de que os equipamentos desportivos tradicionais são os espaços próprios e exclusivos para a atividade física regular.

Por isso, procuraremos fomentar uma nova relação dos cidadãos com o espaço público, valorizando a sua vivência e apropriação pelos portuenses, designadamente para a prática desportiva. Por isso também desenvolveremos instrumentos capazes de contribuir para a capacitação e qualificação das organizações, de modo a melhorar a sua gestão e o seu funcionamento, aumentando a sua capacidade técnica e qualidade de trabalho, tornando-as mais eficientes, eficazes, autónomas e sustentáveis. É nesse quadro que devem ser entendidos os programas que implementámos e continuaremos a dinamizar, como o Baixa em Forma, Desporto Fora do Sítio, Porto Anti Stress, Dias com Energia, Anda Porto, Missão Férias@Porto, o Centro Municipal de Marcha e Corrida, Programa de Capacitação dos Clubes e do Associativismo, entre outros.

3.1.1.7 Relações Institucionais e Incentivos

Num esforço incessante, a PortoLazer pretende continuar a reforçar o seu papel enquanto interlocutor natural e privilegiado junto dos diferentes agentes que colaboram na oferta da cidade. Esta interação reflete-se, positivamente, no reforço da programação e, conseqüentemente no incremento da atividade e animação da cidade.

No primeiro semestre de 2014 foram deferidos 110 pedidos de apoio, aumentando esse número para 154 em 2015. Prevê-se um crescente envolvimento dos diferentes promotores em 2016 - 2018, numa perspetiva cada vez mais global e única de cidade, orientada pela estratégia da PortoLazer e pelo seu posicionamento como entidade municipal e de prestação de um serviço público.

A animação de âmbito artístico-cultural, nas suas diferentes variantes como a dança, o teatro, a música e as artes plásticas, no seu recente conceito de arte urbana, continuarão a ser as áreas chave do enquadramento de toda a atividade da PortoLazer, a qual se pretende cada vez mais transversal e integradora.

A promoção da prática da atividade física e desportiva continuará também a articular-se com os diversos agentes institucionais e privados, dando resposta às necessidades de formação das camadas jovens, bem como do desporto adaptado, associando-se ao esforço autárquico de tornar a cidade cada vez mais inclusiva.

3.1.1.8 Visibilidade e Ativação

Fruto da atualização da imagem institucional da Câmara Municipal do Porto e, por consequência, desta empresa municipal, 2016 será mais um ano em que procuraremos atualizar e reforçar os suportes gerais de visibilidade, dando resposta ao número crescente de eventos organizados e/ou apoiados pela PortoLazer.

Esse esforço será particularmente visível em 2016 nos vários equipamentos geridos pela PortoLazer, como sejam as Piscinas Municipais, os Pavilhões Municipais, os Campos Sintéticos, o Complexo Monte Aventino e o Silo Auto.

De resto, e como até aqui tem acontecido, os eventos organizados ou apoiados pela PortoLazer continuarão a ser um importante veículo de promoção e divulgação da marca Porto, quer junto dos portuenses, quer junto dos turistas que nos visitam.

Em simultâneo, e nos eventos assumidos com maior potencial, quer ao nível do número de participantes, quer do ponto de vista turístico, conjugaremos também a presença de outro tipo de suportes e ações de ativação da marca Porto com a mesma linha de comunicação e mensagens positivas.

3.1.2 Infraestruturas

A melhoria da qualidade dos serviços prestados aos munícipes, assente no sistema de gestão da qualidade, e com o objetivo da melhoria contínua para assegurar uma boa performance, é o desafio para os próximos anos.

Colocar os equipamentos municipais ao serviço de todos os portuenses, seus visitantes e todos os que diariamente trabalham na cidade, salvaguardando devidamente a sua correta utilização, potenciando a sua ocupação e ajustando-os constantemente ao desafio das novas práticas e do próprio mercado, continua a ser a nossa proposta para 2016.

As medidas previstas para 2016 são:

1. Alargamento da implementação do Sistema de Gestão da qualidade NP EN ISO 9001:2008 a todas as instalações desportivas.
2. Maximização operacional do Parque Desportivo de Ramalde, capacitando o mesmo para a prática oficial de futebol de 11 e 7, atletismo e *rugby*.
3. Promover a eficiência energético-ambiental na Rede Municipal de Piscinas do Porto, através da implementação de medidas de melhoria de desempenho no decurso da auditoria energética e da qualidade do ar interior realizada e elencada nos respetivos Planos de Racionalização Energética e de Ações Corretivas da Qualidade do Ar Interior (QAI).
4. Efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização do seu potencial de utilização e rentabilização, evitando redundâncias e subutilizações que possam decorrer de uma gestão mais fragmentada, visando superar manifestas debilidades infraestruturais.
5. Participar, direta ou indiretamente, na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio.
6. Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes, potenciando os seus êxitos desportivos, enquanto elementos indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade a nível nacional e internacional;

7. Criar condições para um maior envolvimento de entidades públicas e privadas ligadas às áreas de lazer e animação cultural, valorizando a sua atividade enquanto elementos ativos no suporte ao desenvolvimento da cidade e ao bem-estar dos cidadãos;
8. Monitorizar constantemente a política comercial, garantindo a competitividade da oferta relacionada com as infraestruturas sob gestão da PortoLazer. Auscultar constantemente o estado do mercado da oferta desportiva, na qual se integra a oferta desportiva municipal, e gerando soluções aptas a gerar novidade, rentabilidade e sustentabilidade dos projetos propostos pela PortoLazer a médio e longo prazo;
9. Potenciar a rede de parceiros da PortoLazer para a dinamização comercial das suas infraestruturas desportivas.

Conscientes de que as instalações /equipamentos ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, continuarão a ser criados, nas instalações desportivas municipais atualmente disponíveis, programas específicos de desenvolvimento, atracção e fidelização da população para a prática de determinadas modalidades (natação, *rugby*, ténis, tiro com arco, *padel*, entre outras).

3.1.2.1 Monte Aventino

Situado numa zona da cidade com uma forte concentração de espaços residenciais, comerciais e escritórios, esta estrutura apresenta um forte potencial no fornecimento de uma oferta desportiva apta a servir a população que reside ou trabalha na respetiva área envolvente.

As atuais valências deste espaço compreendem as aulas de ténis e *padel* ministradas pela Escola de Ténis do Monte Aventino, bem como a utilização livre do ténis, *squash* e *padel*. Paralelamente, foram desenvolvidas algumas ações de tiro com arco. O ginásio foi direcionado para aulas de grupo, estando já a ser utilizado no âmbito do programa "No Porto a Vida é Longa". A utilização desta infraestrutura por pessoas com mobilidade reduzida está também salvaguardada ao abrigo do programa "Desporto Adaptado".

Esta instalação compreende atualmente: 6 campos de ténis (4 em terra batida e 2 sintéticos), sendo dois deles semi-cobertos e um outro designado por campo central com bancadas de betão; 4 campos de *squash*, preparados para receberem torneios internacionais; um recentemente instalado campo de *padel* e um ginásio para aulas de grupo.

A PortoLazer trabalha actualmente em conjunto com vários agentes do sector, designadamente a Associação de Ténis do Porto, no sentido de permitir qualificar a instalação desportiva e potenciar uma utilização intensiva.



3.1.2.2 Rede Municipal de Grandes Campos e espaços exteriores

PARQUE DESPORTIVO DE RAMALDE: situado na freguesia de Ramalde, tendo este espaço desportivo um campo de terra batida, destinado à prática de futebol de 11 e de 7, tem ainda uma pista de atletismo, com zona destinada aos lançamentos e saltos, e ainda um polidesportivo de exterior para a prática de futebol de 5.

CAMPO SINTÉTICO DO VISO: situado na freguesia de Ramalde, este campo é constituído por um moderno tapete de relva sintética. Está habilitado para a prática das modalidades de hóquei em campo, futebol de 7, futebol de 11, e possibilita ainda os treinos de *rugby* e futebol americano. O campo está oficializado para o hóquei em campo e futebol. Esta instalação está preparada para funcionar a qualquer hora do dia até às 23 horas, dispondo para o efeito de luz artificial. A sua utilização atual é feita tanto por clubes, como por particulares.

CAMPO FUTEBOL DE CAMPANHÃ: situado na Freguesia de Campanhã, é também constituído por um campo em relva sintética, com tratamento de borracha. Está habilitado para a prática das modalidades de futebol de 7 e de futebol de 11, mas também possibilita os treinos de *rugby* e futebol americano.

POLIDESPORTIVO DOS CHOUPOS: conta com um moderno piso de relva sintética, apto a proporcionar o treino / formação de modalidades coletivas, como futebol, hóquei em campo, *rugby* e futebol americano.

3.1.2.3 Rede Municipal de Pavilhões

A Rede Municipal de Pavilhões (REMUPA) é constituída, à data, por sete Pavilhões Polidesportivos, sendo que seis destes estão integrados em escolas públicas, designadamente: Pêro Vaz de Caminha, Nicolau Nasoni, Fontes Pereira de Melo, Irene Lisboa, Viso e Leonardo Coimbra. Estes pavilhões são explorados pela PortoLazer no horário semanal pós letivo, bem como ao fim de semana, feriados e férias escolares. Para além destes, a PortoLazer gere igualmente o Pavilhão Municipal do Lagarteiro.

Nestes espaços são atualmente praticadas diversas modalidades desenvolvidas por clubes e particulares: karaté, taekwondo, basquetebol, boccia, andebol, futsal, hóquei de sala, voleibol, lai-do, judo, desporto adaptado e defesa pessoal. Aos fins de semana, os espetáculos desportivos ocupam uma grande fatia do tempo de funcionamento deste equipamento.

3.1.2.4 Rede Municipal de Piscinas

A Rede Municipal de Piscinas (REMUPI) da cidade do Porto é composta por três piscinas, nomeadamente: Cartes, Constituição e Eng. Armando Pimentel, que apresentam uma tipologia diversificada, decorrente essencialmente da distância temporal entre os momentos de construção de cada uma e/ou das características socioeconómicas e topográficas da área de implantação.

PISCINA DE CARTES: nesta piscina desenvolvem-se aulas de natação e atividades aquáticas, bem como alguns projetos da PortoLazer para populações específicas e para instituições de solidariedade social.

PISCINA DA CONSTITUIÇÃO: esta instalação desportiva regista um elevado índice de procura, disponibilizando uma relevante diversidade de serviços na área das atividades aquáticas e atividades de grupo. Foi já objeto de uma remodelação que a aproximou, em termos de qualidade, dos padrões dos vários operadores privados. No entanto, constata-se atualmente a necessidade de a dotar esta infraestrutura de outros equipamentos, visando a diversificação das atividades disponibilizadas, reforçando a imagem positiva que já tem junto dos aderentes, constituindo uma opção para potenciais utilizadores.

PISCINA ENG. ARMANDO PIMENTEL: nesta piscina são disponibilizadas aulas de natação, atividades aquáticas e um serviço complementar de *cardiofitness*, como principais atividades acolhidas. Possui ainda um tanque de mergulho que é utilizado não só para cursos de mergulho e aulas de natação, bem como, para a preparação e manutenção da capacidade de intervenção do Corpo de mergulhadores dos BSP.

3.1.2.5 Silo Auto

O parque de estacionamento Silo Auto encontra-se sob a gestão da PortoLazer desde junho de 2014. É constituído por oito pisos, sete dos quais destinados ao estacionamento. O edifício dispõe de uma área comercial, uma estação de serviço, uma área de escritórios, além de outras áreas multifuncionais capazes de se adaptar à implantação de uma série de valências.

No plano de otimização da utilização do Silo Auto salienta-se a recuperação efetuada no piso zero, e a substituição integral do equipamento de controlo de acessos ao parque. Esta intervenção visou melhorar toda a dinâmica de acessibilidade e os padrões de acessibilidade do parque.

Ao espaço pretende-se fornecer, não apenas, uma dinâmica de estacionamento, mas também, fazer com que o mesmo atraia cada vez mais outro tipo de atividades e eventos, dos quais são exemplo: desfiles do Portugal Fashion, Fórum de Arquitetura, concertos de música, a apresentação da revista *Idiot Mag*, e a realização periódica de feiras e mercados.

Para o ano de 2016, a renovação e manutenção do edifício continua a assumir-se como uma prioridade. Pretende-se igualmente dar continuidade à introdução de novas dinâmicas, sendo que para o efeito se encontra em preparação, não só, um novo preçário para as tarifas de rotação/avença, incrementando a sua competitividade, mas também a negociação de vários protocolos com empresas sediadas na zona envolvente.

A renovação da imagem, a comunicação da nova abordagem subjacente à gestão do Silo Auto, a comercialização e aluguer de áreas ainda por explorar (as quais para além de se constituírem como fontes diretas de receita, vão permitir uma nova fluência e novos públicos ao edifício), a contínua existência de eventos musicais, de diversão e culturais, irão fazer com que este espaço ultrapasse as funcionalidades de um simples parque de estacionamento, afirmando-se como um espaço multifacetado, integrador e em constante movimento.

3.1.3 Produção

Cultura de exigência e de compromisso, de forma a estabilizar e acompanhar os desafios cada vez maiores, baseados na oferta cada vez mais qualificada e diferenciadora, promovidos na cidade. A PortoLazer, cumprindo a sua função base, tenta acompanhar as necessidades e responde com uma equipa mais adaptada a esta realidade. Planear, integrar, acompanhar e executar, são os objetivos gerais e orientadores desta área.

3.1.4 Logística

Desde 2014 que esta área funcional foi alvo de um trabalho de sistematização operacional, tendo em vista dar resposta aos pedidos de entidades externas (apoios) e às necessidades associadas aos eventos próprios da PortoLazer. O cronograma de intervenções para cada uma das iniciativas, com um processo de fichas de trabalho associadas, das quais constam todas as necessidades decorrentes de cada pedido, foi em 2015 enriquecido com uma vertente de gestão de *stocks*.

Atualmente, para além das melhorias na gestão de recursos, na afetação de meios logísticos aos eventos e gestão das equipas operacionais, o controlo de *stocks* foi bastante melhorado. Foram atribuídos códigos internos para cada material e criada uma ficha na qual constam quantidades, características técnicas e respetiva fotografia e disponibilidades. Nessa ficha, são registados os movimentos de materiais, bem como previstas saídas futuras. Esta sistematização permite-nos possuir um maior controlo de eventuais sobreposições das necessidades simultâneas e de saídas e entradas de materiais. Nas fichas de trabalho, já criadas para gerir a operação logística de cada evento, existe agora uma coluna com o código interno do material a qual nos permite diretamente acesso *online* ao *stock* atualizado.

Esta operação de controlo de *stocks* implica uma gestão de proximidade, a qual é efetuada por um colaborador com funções específicas nesta matéria tendo permitido libertar a restante equipa para funções mais operacionais, o que se tem vindo a revelar essencial para uma maior agilização nas cargas e descargas de materiais.

A logística interna apresentou um crescimento significativo no ano de 2015. Ao longo de todo o ano de 2014, entre eventos próprios e eventos externos (apoios), esta área teve interveio em 209 eventos. Em 2015, e até 4 de Novembro, temos registados 279 eventos realizados.



3.1.5 PROJETOS ÂNCORA

3.1.5.1 São João do Porto

Pelas suas características únicas, mas também pela cada vez maior qualidade e diversidade da sua programação, as Festas de São João do Porto constituem um dos eventos âncora da cidade e uma marca indissociável do Porto. De ano para ano, reforçam a sua presença no panorama turístico internacional, com iniciativas únicas que diferenciam o Porto enquanto destino. Embora tenha como auge a noite de 23 para 24 de junho, o programa oficial das comemorações sanjoaninas estende-se por um período mais alargado, entre o final de maio e o início de julho, com uma vasta agenda composta por múltiplas iniciativas de animação.

A referida projeção internacional do evento realça a importância da utilização de uma mensagem clara, que convida o público a viver esta experiência, a qual só é possível no Porto. Para tal, tem sido importante reunir toda a oferta cultural e desportiva da cidade nesse período do ano e, ao mesmo tempo, fazer a sua divulgação com uma imagem generalista e uniforme. E aí a PortoLazer desempenha um papel primordial, pois para além da conceção criativa dessa imagem, lança o desafio a todos os agentes culturais da cidade para que disponibilizem a sua programação. Tudo é depois compilado na Agenda de São João, a qual é divulgada *online* e distribuída em locais e eventos considerados estratégicos, devido à sua dimensão e afluência de público.

Em 2016, pretendemos manter esta estratégia, reforçando a aposta na preservação das tradições, da criatividade e dos eventos que ao longo dos anos têm marcado a diferença e fidelizado públicos essenciais à cidade.

Em 2015, os grandes destaques foram o regresso do São João às Fontainhas, a estreia do Caixa Ribeira (festival dedicado ao fado) e uma aposta cada vez mais forte na música portuguesa, com nomes como Rui Veloso, José Cid, Deolinda, António Zambujo e D.A.M.A a integrem o cartaz reforçado dos Concertos na Avenida, estendido por cinco noites. Os primeiros quatro juntaram mais de 200 mil pessoas nos Aliados. E na noite mais longa do ano portuense, de 23 para 24 de junho, foram mais de 500 mil pessoas a celebrar o São João, um pouco por toda a cidade, dos Aliados a Miragaia, da Ribeira às Fontainhas, passando por tantos outros locais de festa.



3.1.5.2 Festival NOS Primavera Sound

O Porto tem-se assumido cada vez mais como um destino internacional ao nível da música. A quarta edição do NOS Primavera Sound, que decorreu entre 4 e 6 de junho, é disso um bom exemplo, tendo sido considerada a melhor edição de sempre. Bateu o seu recorde de afluência, com 78 mil pessoas a passarem pelo recinto instalado no Parque da Cidade do Porto durante os três dias de festival. O público, oriundo de mais de 40 países, esgotou uma vez mais a hotelaria da cidade.

Como aquecimento, na véspera, dia 3 de junho, realizou-se o NOS Primavera nas Fontainhas, um evento gratuito que provocou a primeira enchente. Antes, a 24 de maio, a organização já tinha apresentado o Mini NOS Primavera Sound, um pequeno evento pensado para crianças e famílias, com entrada livre. Estreou-se este ano, também no Parque da Cidade, com três concertos e milhares de visitantes.

No mês de maio, que antecedeu a sua realização, o NOS Primavera Sound foi o festival de música com melhor desempenho de retorno mediático nos meios de comunicação social. Segundo um estudo realizado pela consultora Cision, essa excelente performance traduziu-se em 29 artigos noticiosos publicados e em 84 minutos de tempo de antena registado nos meios de informação nacionais.

Em 2016, o festival regressará à cidade, novamente com o apoio da Câmara Municipal do Porto, através da Portolazer. Está agendado para os dias 9, 10 e 11 de junho.



3.1.5.3 Verão é no Porto

À semelhança do que acontece na Festa de São João, os meses de verão (julho, agosto e setembro) constituem outro dos pontos altos da oferta de animação na cidade, procurando dar resposta efetiva às necessidades e aspirações dos vários públicos que vivem ou visitam a cidade durante este período de verão.

O sucesso desta estratégia de criação e concentração de momentos altos durante este período tem vindo a ser comprovada pela dinâmica que já se instalou na cidade, traduzida em momentos de excelente adesão de um público cada vez mais informado e interessado.

Em 2015, o programa Verão é no Porto concentrou mais de 400 eventos, com um claro reforço da oferta cultural, o aumento da duração da programação e o alargamento da oferta a novos espaços públicos da cidade. Houve ainda o cuidado de prolongar a programação ao longo de todo o fim de semana, incluindo os domingos, como aconteceu com as Porto Sunday Sessions, Pink Market ou Dias com Energia, entre outros.

O facto de todos estes eventos implicarem participação gratuita, levou a que este ano tivessem passado pela totalidade dos eventos de verão mais de 1 milhão e meio de pessoas, para ver e viver a cidade em cheio, e assistir a espetáculos de música, dança, cinema ao ar livre, mercados, feiras, provas desportivas, animação nas praias e várias iniciativas para os mais novos, sempre com o Porto como palco privilegiado.



3.1.5.4 Feira do Livro

A Feira do Livro do Porto é já um dos eventos marcantes no calendário da cidade e uma das grandes marcas do novo executivo da Câmara Municipal do Porto. O evento, que em 2014 passou a ser organizado pela Câmara Municipal do Porto, em parceria com a PortoLazer, nos Jardins do Palácio de Cristal, voltou a ser um sucesso em 2015, quer com o aumento do número de expositores – que passou de 106 para 130 –, quer com a forte adesão de público.

Nas duas semanas do evento, entre 4 e 20 de setembro, passaram pelos Jardins do Palácio cerca de 200 mil visitantes. Já os eventos paralelos, que se realizaram no Auditório da Biblioteca Almeida Garrett e na Galeria Municipal, receberam, aproximadamente, 32 mil pessoas, num aumento de 60% face a 2014.

Em 2016, o envolvimento desta empresa municipal mais uma vez passará pelo apoio logístico e colaboração no programa de animação exterior.

3.1.5.5 Natal

O Natal é outro dos pontos altos na programação da cidade. A programação estende-se durante todo o mês de dezembro e os primeiros dias de janeiro, numa oferta que concentra mais de 100 eventos com propostas para todos os gostos e idades: música, animação de rua, actividades infantis, exposições, dança, espetáculos de circo e novo circo, mercados e feiras de natal, desporto, entre outros, são alguns dos temas que, também em 2016, farão parte de uma programação pensada, para todos que vivem na cidade, para aqueles que se encontram de férias escolares, e também para aqueles que nos visitam nesta época do ano.

Em 2016, pretende-se uma oferta ainda mais qualificada e alargada, levada a diversos espaços públicos, tendo enfoque nas zonas de maior presença de comércio tradicional e de potencial interesse turístico.

3.1.5.6 Passagem de Ano

Tal como o Natal, a Passagem de Ano é um momento que tem permitido o reforço do posicionamento da marca Porto enquanto destino acolhedor e promotor de grandes eventos. O auge destas celebrações coincide com a noite da Passagem de Ano, quando milhares de pessoas invadem a Baixa do Porto para assistir ao tradicional fogo-de-artifício.

Os Aliados são, e continuarão a ser, o epicentro desta grande festa que tem vindo a encher por completo a principal sala de visitas da cidade. Na verdade, se o Porto era tradicionalmente um destino de Primavera, também já o é de verão, outono e também de inverno. De tal forma que, em 2015, o Porto foi mesmo o destino preferencial dos portugueses para a Passagem de Ano, ficando pela primeira vez à frente de Lisboa e do Algarve.

Para 2016, a programação será mais uma vez reforçada e alargada, algo que faz parte da nossa estratégia para continuar a afirmar cada vez mais a marca Porto, a nível nacional e internacional.



3.1.5.7 Arte Urbana

Em 2014, a PortoLazer iniciou o programa de Arte Urbana com um plano alargado de intervenções artísticas na cidade, tendo como objetivo a divulgação, sensibilização e valorização da criação artística em contexto urbano e do património edificado, incentivando a sua prática num enquadramento institucionalmente autorizado. A PortoLazer assume-se, também, como facilitador dos processos de licenciamento.

Nestes dois anos, a PortoLazer apoiou e promoveu mais de 20 projetos de Arte Urbana, tentando abranger as diferentes formas de expressão deste enquadramento artístico.

Em 2016, pretende-se consolidar o projeto com programas estruturados, alargando o campo de intervenção. Além de dar seguimento aos projetos desenvolvidos com carácter de continuidade, como as Open Call e intervenções artísticas na cidade, é intenção da PortoLazer a criação e implementação de um projeto que compreende um espaço sede da Arte Urbana do Porto, um local com âmbito expositivo, atuante nas práticas de investigação, pedagógicas e de *coworking*, a qual concilie outras áreas de expressão relacionadas com este tipo de intervenção artística.

3.1.5.8 Eventos Especiais

3.1.5.8.1 Prova desportiva internacional

A exemplo da estratégia seguida em anos anteriores, é intenção da PortoLazer apoiar a organização de um grande evento desportivo na cidade durante o ano de 2016, o qual esteja integrado no calendário de um Campeonato do Mundo. Pretende-se que seja um evento marcante na agenda da cidade e com significativo impacto direto na economia da mesma, promovendo internacionalmente a marca Porto.

3.1.5.8.2 Candidaturas a apresentar ao abrigo do POSEUR

A PortoLazer pretende, em 2016, submeter uma ou mais candidaturas a fundos comunitários no âmbito do POSEUR.

Atende-se à criação e ao desenvolvimento de projetos que empreenderão um plano de ações que objetivam a dinamização cultural e turística da área da cidade classificada como Património Mundial.

A PortoLazer entende que a boa execução deste projeto irá aumentar, exponencialmente, a notoriedade e atratividade do território. Estas terão em vista a gestão e animação da área urbana patrimonial, a promoção da atividade económica, a valorização dos espaços urbanos, a mobilização das comunidades locais e o incremento e enriquecimento da oferta turística.

4. PLANOS ECONÓMICO-FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

4.1

PLANO DE INVESTIMENTO PARA O ANO DE 2016

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para 2016 considera, não só, as necessidades de curto prazo de intervenção e requalificação das infraestruturas sob nossa gestão (promovendo a facilidade de acesso ao lazer e à prática de exercício físico), mas também, a necessidade de implementar um plano de investimento ao nível da promoção da eficiência energética na rede municipal de piscinas.

Do plano de investimento previsto para 2016, cumpre destacar o seguinte:

- > Obras de manutenção das instalações desportivas, tornando a oferta mais atrativa para os atuais utentes, potenciando igualmente a captação de novos utilizadores;
- > Obras visando o incremento da eficiência energética na rede REMUPI (projeto a candidatar ao abrigo do POSEUR);
- > Obras no edifício sede, adaptando as salas existentes às novas necessidades da equipa de trabalho, nomeadamente, através da criação de salas de reunião;
- > Obras de manutenção e pequenas requalificações nas plataformas;
- > Equipamento para a produção de eventos;
- > Aquisição de *hardware* e *software* de forma a dar continuidade à implementação de novos e melhorados procedimentos de trabalho e controlo interno.

Apresentamos de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2016:

INVESTIMENTO	ESTRUTURA DE APOIO	INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	PLATAFORMAS	PROJETOS	TOTAL
Ativos Fixos Tangíveis	49.500	705.000	80.000	30.000	864.500
Ativos Intangíveis	15.000	0	0	0	15.000
TOTAL	64.500	705.000	80.000	30.000	879.500

Valores em euros

Para a realização do investimento proposto, pretendemos utilizar as seguintes fontes de financiamento:

FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO 2016	
Autofinanciamento	357.000
Financiamento Comunitário	522.500
TOTAL	879.500

Valores em euros

4.2

PLANO DE CAPITAL HUMANO PARA O ANO DE 2016

“Coming together is a beginning; keeping together is progress; working together is success.”

Henry Ford

4.2.1 CAPITAL HUMANO

O Capital Humano continua a ser um objetivo estratégico da PortoLazer.

No decorrer do ano proceder-se-á a uma consolidação da orgânica da PortoLazer, bem como dos processos e dos métodos de trabalho, num processo contínuo de melhoria da performance organizacional da empresa e otimização do potencial dos colaboradores. Encontra-se igualmente prevista a introdução de ferramentas de suporte que permitam uma melhor gestão documental da organização.

4.2.2 ESTRUTURA PREVISIONAL

A PortoLazer apresentará uma média previsional anual de 76 colaboradores para o exercício de 2016, segundo os vários tipos de vínculos contratuais, conforme detalhado no quadro seguinte.

VÍNCULO	TOTAL
Quadro	50
Cedência Interesse Público	17
A Prazo	9
TOTAL	76

Em termos médios, manter-se-á a estrutura de recursos humanos existente em 2015, com a exceção da sub-rogação dos serviços de limpeza e respetivos trabalhadores, sendo que estão consideradas variações ao quadro de pessoal através de admissões para reforço da estrutura de apoio e comunicação.

De notar que não estão incluídos nos valores apresentados no quadro anterior, os 3 membros do Conselho de Administração, sendo que, respeitando o enquadramento vigente para o setor empresarial local, apenas dois são remunerados pela PortoLazer.

Em termos de áreas macro de atuação, a PortoLazer encontra-se estruturada conforme o apresentado, estando nesta análise incluídos os 2 administradores executivos:

TIPO	TOTAL
Estrutura de Apoio	42
Plataformas	12
Infraestruturas Desportivas	19
Projetos	5
TOTAL	78

4.2.3 CUSTOS

Nos IGP não estão considerados quaisquer aumentos salariais.

Os valores considerados em termos de custos são globais, e não têm em linha de conta as reduções de remunerações em vigor.

Comparativamente com o orçamento relativo ao exercício de 2015, regista-se uma diminuição de 0,87% nos gastos com pessoal. Esta variação decorre do trabalho de consolidação e redução de custos efetuado, bem como do compromisso assumido pela Administração de reforço da capacidade técnica e operacional das diversas áreas da empresa, sem que tal gerasse incremento dos custos orçados.

4.2.4 DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Consciente de que o êxito da gestão das pessoas depende também do modo como o mérito é reconhecido, a PortoLazer procederá à aplicação do seu sistema de avaliação de desempenho.

Aplicável à totalidade dos colaboradores, o sistema de avaliação de desempenho assenta num sistema de gestão por objetivos e competências, o qual permite, para além de, avaliar o desempenho e o contributo de cada colaborador para os resultados da sua área, clarificar os comportamentos individuais desejados e identificar pontos fortes a desenvolver.

O segundo pilar do desenvolvimento pessoal assenta na formação.

Pretende-se assim aumentar as qualificações profissionais dos colaboradores da PortoLazer, com resultados efetivos no seu desempenho profissional, valorização pessoal e inerentes benefícios à criação de valor dentro da organização. Também, e inserido no Sistema de Gestão da Qualidade implementado, pretende-se que cada formação seja avaliada quanto à sua eficácia e impacto na organização, permitindo um enfoque cada vez maior em formações produtivas e direcionadas para as necessidades da PortoLazer.

Da interligação destes processos pretende-se que haja um forte envolvimento e mobilização dos colaboradores, no sentido de atingir os objetivos estabelecidos, apesar das condicionantes desfavoráveis exógenas à empresa que se têm verificado.

4.3

PLANO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2016

	Valores em euros
AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	2016
Resultados	
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	381.189
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	38.369
Resultado Líquido do Período	20.344
Rendimentos	
Vendas e Serviços Prestados	4.276.064
Subsídios à Exploração	3.447.024
Outros Rendimentos e Ganhos	195.179
Gastos	
Gastos com o Pessoal	1.805.630
Fornecimentos e Serviços Externos	5.638.633
Depreciações e Amortizações do Período	342.820
Balanço	
Total do Ativo	5.198.088
Total dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	3.449.809
Total do Passivo	2.170.235
Total do Capital Próprio	3.027.853
Fluxos de tesouraria	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	220.291
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	- 365.755
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	—
Indicadores	
Liquidez Geral (não considerando a rubrica de Diferimentos)	211%
Autonomia Financeira	58%
Cobertura do Ativo não Corrente (não considerando Impostos Diferidos)	122%

O Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos estimado para 2016 ascende a 381.189 euros.

Decorrente do efeito líquido das depreciações e amortizações no valor de 342.820 euros e dos juros obtidos, o Resultado Líquido esperado para 2016 é positivo em 20.344 euros.

Mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Capital Próprio ascenderá a 3.027.853 euros, equivalente a 138% do Capital Social da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente que se perspetivam para o ano de 2016 demonstram que a PortoLazer apresenta boas condições financeiras para a sua continuidade.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAL	2016
Rendimentos e gastos	
Vendas e Serviços Prestados	4.276.064
Subsídio à Exploração	3.447.024
Fornecimentos e Serviços Externos	-5.638.633
Gastos com o Pessoal	-1.805.630
Imparidade de Dívidas a Receber	-27.069
Provisões	-60.225
Outros Rendimentos e Ganhos	193.579
Outros Gastos e Perdas	-3.921
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	381.189
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-342.820
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	38.369
Juros e rendimentos similares obtidos	1.600
Resultado antes de Impostos	39.969
Imposto sobre o rendimento do período	-19.625
Resultado Líquido do Período	20.344

Valores em euros

4.4.1 RENDIMENTOS

O valor global de rendimentos orçamentado para 2016 é de 7.918.266 euros, repartido pelas áreas de GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS, PROJETOS, PLATAFORMAS e ESTRUTURA DE APOIO.

RENDIMENTOS TOTAIS	7.918.266
Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Plataformas	1.311.248
Inscrições / Anuidades	60.001
Aulas diversas modalidades	350.186
Utilização livres REMUPI	51.196
Utilização livre CDMA	47.403
Utilização de Espaços (Líquido de Descontos e Abatimentos)	802.462
Prestação de Serviços na Área de Projetos Recreativos, Culturais e Desportivos	1.025.725
Patrocínios	737.725
Inscrições / Anuidades	68.000
Concessão de Espaços em Eventos	220.000
Prestação de Serviços ao Município do Porto	1.939.090
Projetos Recreativos, Culturais e Desportivos	1.714.531
Prestação de Serviços - Cedência de Espaço (Silo Auto)	189.659
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	34.900
Subsídios à Exploração	3.447.024
Município do Porto	2.612.321
Outras Entidades	834.703
Outros Rendimentos	193.579
Cedência de Espaço	40.185
Rendas	9.048
Cedência de Luz e Água	9.073
Subsídio ao Investimento	66.273
Almoços Campos de Férias/Missão Verão	15.000
Outros	54.000
Juros	1.600

Valores em euros

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela PortoLazer decorrentes da sua atividade:

> **Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Plataformas**

Os rendimentos auferidos que resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da PortoLazer, bem como da utilização livre das referidas infraestruturas, do Queimódromo, do Silo Auto e do Pavilhão Rosa Mota. O valor destes rendimentos representa aproximadamente 17% dos rendimentos totais da PortoLazer.

> **Prestação de Serviços na Área de Projetos Recreativos, Culturais e Desportivos**

Os rendimentos associados à captação de patrocínios conexos com os diversos eventos organizados pela PortoLazer, à concessão de espaços e inscrições nos programas disponibilizados aos cidadãos, este agregado representa, no seu conjunto, 13% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2016.

> **Prestação de Serviços ao Município do Porto**

Os rendimentos decorrentes de espetáculos e outros divertimentos públicos, atividades de caráter desportivo de frequência anual ou periódica, eventos constantes do contrato anual celebrado com o Município do Porto, e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área de desporto prestadas nas diversas escolas EB1 da cidade do Porto, consideradas como atividade independente. Adicionalmente, encontra-se prevista a prestação de serviços na área de cedência de espaço para estacionamento relativo ao Silo Auto. Relativamente ao exercício de 2016, espera-se que estes rendimentos representem cerca de 24% dos rendimentos totais da PortoLazer.

> **Subsídios à Exploração**

Nas subvenções consideradas para 2016, que se prevêem no valor de 3.447.024 euros, estão incluídas as verbas atribuídas pelo Município, que não a título de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com as plataformas, infraestruturas e para a estrutura de apoio, no montante global de 2.612.321 euros. Adicionalmente, cumpre relevar a comparticipação financeira comunitária, num montante estimado de 826.200 euros, destinada a projetos de natureza cultural, cuja candidatura se estima apresentar ao abrigo do POSEUR ao longo de 2016. A restante verba respeita ao programa de estágios PEPAL.

> **Outros Rendimentos**

Os rendimentos obtidos com a cedência de espaços, de energia, limpeza, e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela PortoLazer por entidades terceiras. Cumpre ainda destacar a imputação da proporção de subsídio ao investimento associado às depreciações de investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis subsidiados em períodos passados, em função da taxa de subsídio obtida em cada momento.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando sujeitos a IVA na sua maioria. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA.

4.4.2 GASTOS

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, os quais são necessários ao normal funcionamento da PortoLazer.

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	2016
Trabalhos Especializados	2.864.205
Publicidade e Propaganda	240.719
Vigilância e Segurança	116.665
Honorários	562.250
Conservação e Reparação	166.325
Serviços Bancários	14.986
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	21.819
Material de Escritório	9.882
Eletricidade	313.560
Combustíveis	58.165
Água	43.117
Gás	169.000
Deslocações e Estadas	14.653
Rendas e Alugueres	731.951
Comunicação	27.975
Seguros	42.517
Contencioso e Notariado	8.760
Despesas de Representação	82.222
Limpeza, Higiene e Conforto	5.300
Outros Serviços	144.562
TOTAL	5.638.633

Valores em euros

> Honorários e trabalhos especializados

Os honorários e trabalhos especializados representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 61% do total), e referem-se essencialmente à contratação de serviços para a organização dos projetos, contratação de prestadores de serviços (especificamente direcionados para as atividades físicas e desportivas) e outras entidades.

> Rendas e alugueres

A este respeito, cumpre destacar as despesas relacionadas com a organização de eventos, como sendo o aluguer de equipamentos (palcos, som, imagem, etc.), bem com a locação operacional das viaturas. Esta rubrica de gastos representa cerca de 13% dos gastos com FSE da PortoLazer.

> Água, eletricidade e gás

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações, e que se prevê que em 2016 representem cerca de 9% do total dos gastos com FSE da PortoLazer.

> Conservação e reparação

Os gastos com conservação e reparação decorrem das iniciativas de manutenção dos equipamentos municipais sob gestão da PortoLazer, orçamentados em 166.325 euros para 2016, representando cerca de 3% dos custos com FSE. A verba considerada para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridas e/ou exploradas pela PortoLazer respeita apenas a pequenas manutenções de carácter urgente, a qual se não for executada obstaculiza o normal funcionamento dos mesmos.

> Seguros

Esta rubrica inclui os gastos estimados com o seguro multirrisco associado aos equipamentos sob a gestão da PortoLazer, o seguro de acidentes pessoais relativo aos utentes dos equipamentos e aos participantes em eventos, o seguro de responsabilidade civil relativo a eventos, bem como os seguros com as viaturas utilizadas na esfera da PortoLazer. O valor estimado para os gastos com seguros para 2016 ascende 42.517 euros.

> Publicidade e Propaganda

Os gastos com a rubrica publicidade e propaganda visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da PortoLazer. Estima-se que em 2016 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 4% do total dos FSE.

> Vigilância e Segurança

Os gastos com vigilância e segurança respeitam aos encargos com a contratação de uma entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão e nas plataformas.

> Outros serviços

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços que respeitam a gastos com saneamento e resíduos relacionados com o consumo de água, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

Gastos com o pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2016
Remunerações dos órgãos sociais	101.444
Remunerações do pessoal	1.126.686
Encargos sobre remunerações	268.752
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	24.839
Gastos de ação social	6.317
Outros gastos com o pessoal	47.962
Custos c/ pessoal duodécimos (subsídios incluindo encargos patronais)	229.630
TOTAL	1.805.630

Valores em euros

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- > Taxa média nominal de progressão salarial de 0%;
- > Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- > Valor anual para formação: 12.250 euros;
- > Taxa anual para gastos de ação social com base no histórico;

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise com base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, com vestuário apropriado ao desempenho das funções e Saúde e Medicina no Trabalho.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2015 prevendo-se um gasto total com o pessoal de 1.805.630 euros.

Os gastos com pessoal representam cerca de 23% do total de custos orçamentados.

Depreciações

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

TAXAS DE DEPRECIACÃO	2016
Ativos Intangíveis	33,33%
Ativos Fixos Tangíveis	
Edifícios e Outras Construções	5% - 16,66%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	10% - 33,33%
Bens de Valor Reduzido	100%

A estimativa para os gastos com depreciações, em 2016, ascende a 342.820 euros.

Imposto sobre o rendimento

A PortoLazer está sujeita a Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21% para o ano de 2016, e derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2016, estimou-se um IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, no valor de 19.625 euros.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Recebimentos de clientes	5.333.941
Pagamentos a fornecedores	-6.742.691
Pagamentos ao pessoal (b)	-1.819.969
Caixa gerada pelas operações	-3.228.719
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-2.406
Outros recebimentos/pagamentos (a)	3.453.417
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	222.292
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-871.405
Ativos intangíveis	-18.450
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios ao investimento	522.500
Juros e rendimentos similares	1.600
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-365.755
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	0
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	-143.463
Efeito das diferenças de câmbio	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.199.929
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.056.466

Valores em euros

Notas:

(a) Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período

(b) Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal

Para a atividade projetada para o ano de 2016, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 222.292 euros nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 30 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 15 dias.

Perspetiva-se o recebimento em 2016 de subsídios à exploração no montante de 3.447.024 euros, e de clientes de 5.333.941 euros. Por sua vez, os pagamentos a fornecedores ascenderão a 6.742.691 euros.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 365.755 euros, os quais serão cobertos pelos fundos próprios da PortoLazer.

4.6 BALANÇO PREVISIONAL

Valores em euros
31.12.2016

RUBRICAS	
ATIVO	
Ativo Não Corrente	
Ativos fixos tangíveis	3.386.847
Ativos intangíveis	62.962
Outros activos financeiros	2.606
Ativos por impostos diferidos	19.604
	<u>3.472.019</u>
Ativo Corrente	
Inventários	26.831
Clientes	442.746
Estado e outros entes públicos	150.950
Outras contas a receber	49.076
Caixa e depósitos bancários	1.056.466
	<u>1.726.069</u>
Total do Ativo	<u>5.198.088</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital Próprio	
Capital estatutário realizado	2.200.000
Reservas legais	14.614
Resultados transitados	258.607
Outras variações no capital próprio	534.288
	<u>3.007.509</u>
Resultado líquido do período	20.344
Total do Capital Próprio	<u>3.027.853</u>
PASSIVO	
Passivo Não Corrente	
Provisões	1.185.335
Outras Contas a Pagar - Impostos Relacionados com Subsídios	155.116
	<u>1.340.451</u>
Passivo Corrente	
Fornecedores	272.863
Estado e outros entes públicos	63.106
Outras contas a pagar	480.815
Diferimentos	13.000
	<u>829.784</u>
Total do Passivo	<u>2.170.235</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo	<u>5.198.088</u>

Resultante do exercício de orçamentação para o exercício de 2016, o balanço previsional da PortoLazer em 31 de dezembro de 2016 totaliza 5.198.088 euros, sendo que cerca de 58% respeita a Capital Próprio.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as rubricas que apresentam maior relevância:

> ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

O Ativo não corrente, líquido de depreciações e amortizações (342.820 euros) e impostos diferidos (19.604 euros) a 31.12.2016, ascende a 3.452.415 euros. Neste montante, estão incluídos os investimentos a realizar em 2016, de 879.500 euros (nos quais se incluem 550.000 euros relativos ao projeto a candidatar no âmbito do POSEUR).

> ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Esta rubrica apresenta o montante de 19.604 euros, referente ao imposto diferido respeitante aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente e provisões.

> CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio previsto para 31.12.2016, ascende a 3.027.853 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o ano de 2016, no montante de 20.344 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 273.221 euros.

Nas Outras Variações do Capital Próprio, no montante de 534.288 euros, encontram-se relevados os subsídios a fundo perdido relacionados com o investimento em ativos fixos tangíveis depreciáveis, a reconhecer em exercícios futuros em função das depreciações dos bens objeto de apoio, líquido dos impostos implícitos conexos.

> PROVISÕES

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 1.185.335 euros, prevendo o possível gasto com os processos fiscais e judiciais em curso.

> OUTRAS CONTAS A PAGAR

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2017 e respetivos encargos, dívidas a fornecedores de investimento e outros gastos com projetos, no montante de 480.815 euros.

> COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Mantém-se ativa uma garantia bancária prestada para cessar os efeitos do processo de execução fiscal de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

4.7 PLANOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO 2016/2018

INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO

	2016	2017	2018	TOTAL
Ativos Fixos Tangíveis	864.500	175.000	135.000	1.174.500
INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS	705.000	75.000	65.000	845.000
PLATAFORMAS	80.000	40.000	10.000	130.000
ESTRUTURA DE APOIO	49.500	30.000	30.000	109.500
PRODUÇÃO	30.000	30.000	30.000	90.000
Ativos Intangíveis	15.000	10.000	10.000	35.000
ESTRUTURA DE APOIO	15.000	10.000	10.000	35.000
TOTAL	879.500	185.000	145.000	1.209.500

Valores em euros

Para 2017 e 2018, pretende-se dar continuidade aos trabalhos de manutenção nos equipamentos sob gestão.

O investimento a realizar totaliza 185.000 euros em 2017 e 145.000 euros em 2018, financiado por fundos próprios.

Com a atividade projetada para o triénio, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte:

Valores em euros

AGREGADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS	2016	2017	2018
RESULTADOS			
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	381.189	434.426	447.966
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	38.369	37.837	30.692
Resultado Líquido do Período	20.344	21.704	16.054
RENDIMENTOS			
Vendas e Serviços Prestados	4.276.064	4.260.088	4.268.259
Subsídios à Exploração	3.447.024	3.232.824	3.095.124
Outros Rendimentos e Ganhos	195.179	230.267	238.429
GASTOS			
Gastos com o Pessoal	1.805.630	1.805.630	1.805.630
Fornecimentos e Serviços Externos	5.638.633	5.417.895	5.297.928
Depreciações e Amortizações do Período	342.820	396.589	417.274
BALANÇO			
Total do Ativo	5.198.088	5.091.538	5.008.873
Total dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	3.449.809	3.245.729	2.980.964
Total do Passivo	2.170.235	2.119.253	2.102.832
Total do Capital Próprio	3.027.853	2.972.285	2.906.041
FLUXOS DE TESOURARIA			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	222.292	329.771	314.487
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-365.755	- 275.795	- 180.120
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-
INDICADORES			
Liquidez Geral (não considerando a rubrica de Diferimentos)	211%	241%	268%
(Ativo Corrente - Diferimentos Ativos)/(Passivo Corrente-Diferimentos Passivos)			
Autonomia Financeira	58%	58%	58%
(Total do Capital Próprio/Total do Ativo)			
Cobertura do Ativo não Corrente (não considerando impostos diferidos)	122%	129%	139%
(Total do Capital Próprio + Provisões)/Ativo não Corrente			

Perspetiva-se para o triénio a obtenção de resultados líquidos positivos.

Os fluxos de tesouraria geram variações positivas no cômputo global, em que o investimento será pago, não só, pelas variações positivas resultantes das atividades operacionais, mas também com o recurso a fundos comunitários.

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem a continuidade da PortoLazer no triénio.

4.8 FUNDAMENTAÇÃO DAS VERBAS INSCRITAS NO CONTRATO PROGRAMA 2016

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à PortoLazer, é celebrado anualmente um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento da Estrutura de Apoio, Gestão das Plataformas e Gestão das Infraestruturas Desportivas, bem como são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2016, a PortoLazer pretende contratualizar com o Município as seguintes componentes financeiras :

CONTRATO PROGRAMA (SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO)	Valores em euros
Subsídio à Exploração - Estrutura de Apoio ⁽¹⁾	1.598.484
Subsídio à Exploração - Plataformas ⁽¹⁾	24.459
Subsídio à Exploração - Infraestruturas Desportivas ⁽¹⁾	989.378
TOTAL	2.612.321

NOTA:

⁽¹⁾ Rendimento não sujeito a IVA

Na relação com o Município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.

4.9 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO DO PORTO COM A ORGA- NIZAÇÃO DE PROJETOS RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS PARA O ANO DE 2016

No ano de 2016, a PortoLazer irá prestar serviços ao Município do Porto com a organização de projetos recreativos, culturais e desportivos, no montante de 1.714.531 euros.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Projetos Recreativos, Culturais e Desportivos	1.714.531	2.108.873
TOTAL	1.714.531	2.108.873

Valores em euros

4.10 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS AEC

Esta verba respeita aos serviços de coordenação das AEC disponibilizados pela PortoLazer, à organização da festa do sarau de encerramento e ao fee de gestão e utilização dos equipamentos desportivos.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AEC	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Coordenação	5.900	7.257
Festa de Encerramento	5.000	6.150
Fee de Gestão e Utilização dos Equipamento Desportivos	24.000	29.520
TOTAL	34.900	42.927

Valores em euros

4.11 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA CEDÊNCIA DE ESPAÇO (SILO AUTO)

Esta verba respeita aos serviços prestados no âmbito da cedência de espaço no Silo Auto ao Município do Porto.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR S/ IVA	VALOR C/ IVA
Silo Auto Estacionamento	189.659	233.280
TOTAL	189.659	233.280

Valores em euros

4.12 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2016 VS 2015 DO MUNICÍPIO DO PORTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2015		PREVISÃO 2016	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Projetos Recreativos, Culturais e Desportivos ⁽¹⁾	1.178.750	1.449.863	1.714.531	2.108.873
Subtotal	1.178.750	1.449.863	1.714.531	2.108.873
CONTRATO PROGRAMA (SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO)				
Subsídio à Exploração - Estrutura de Apoio ⁽²⁾	1.508.986	1.508.986	1.598.484	1.598.484
Subsídio à Exploração - Plataformas ⁽²⁾	177.459	177.459	24.459	24.459
Subsídio à Exploração - Infraestruturas Desportivas ⁽²⁾	924.151	924.151	989.378	989.378
Subtotal	2.610.596	2.610.596	2.612.321	2.612.321
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA E AEC				
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de serviços da atividade física e desportiva	150.550	153.636	-	-
Prestação de Serviços AEC	11.633	14.309	34.900	42.927
Subtotal	162.183 ⁽³⁾	167.945	34.900 ⁽¹⁾	42.927
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SILO AUTO				
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Silo Auto Estacionamento ⁽¹⁾	63.220	77.760	189.659	233.280
Subtotal	63.220 ⁽⁴⁾	77.760	189.659	233.280
TOTAL	4.014.749	4.306.164	4.551.411	4.997.401

Valores em euros

LEGENDA:

⁽¹⁾ Valores sujeitos a IVA

⁽²⁾ Valores não sujeitos a IVA

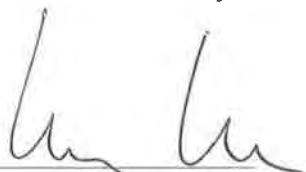
⁽³⁾ Valores parcialmente sujeitos a IVA

⁽⁴⁾ Valor respeita à utilização do Silo Auto relativamente ao período compreendido entre 4 de setembro e 31 de dezembro de 2015

Com a alteração da Lei que regula o setor local, ocorrida em 31 de agosto de 2012, procedeu-se ao enquadramento das transferências financeiras do Município do Porto, em conformidade com as disposições legais em vigor.

Porto, 13 de novembro de 2015.

O Conselho de Administração



Rui Moreira
Presidente

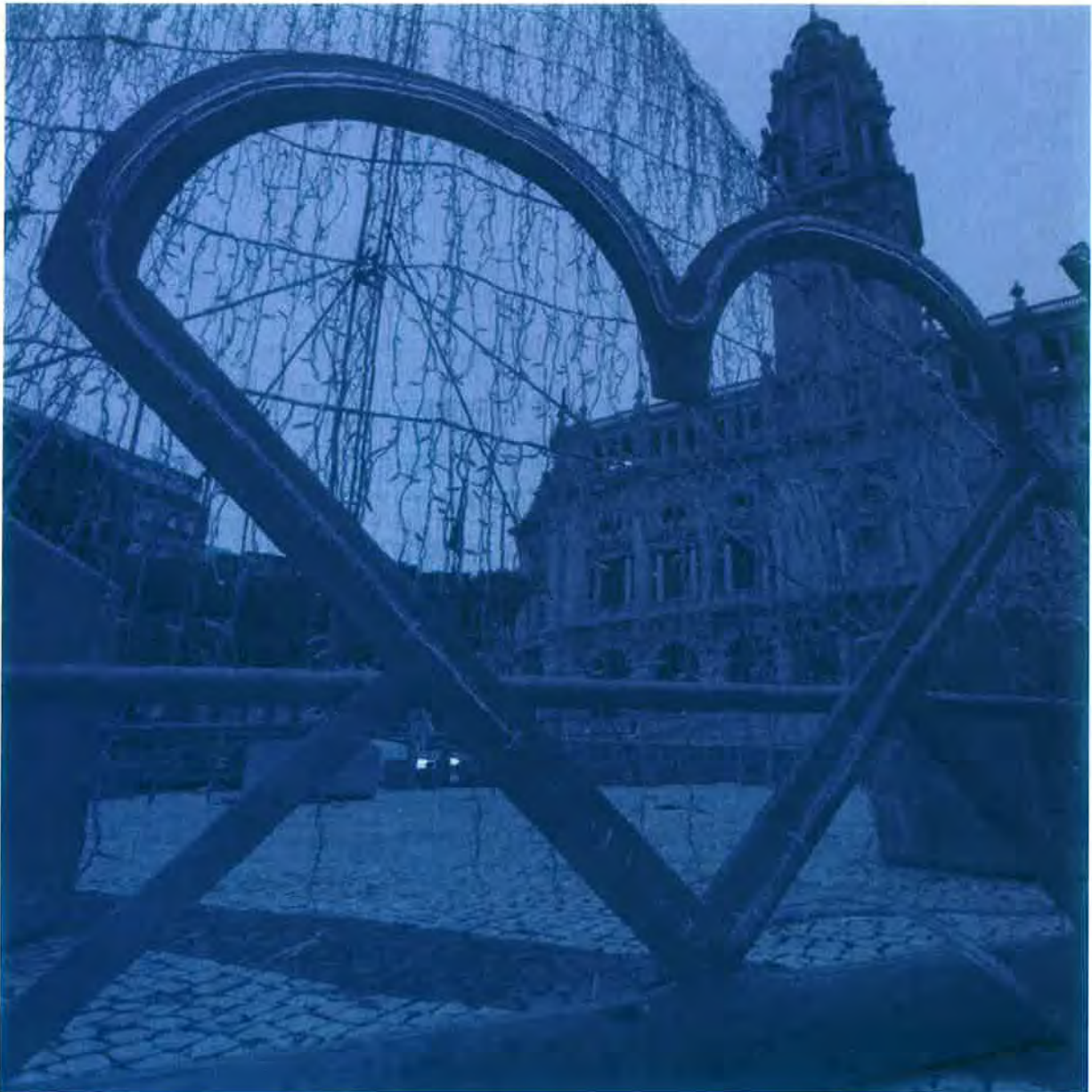


Luís Alves
Administrador Executivo



Nuno Lemos
Administrador Executivo

5. PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL





PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, n.º 6 alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os Instrumentos de Gestão Previsional para os exercícios de 2016 a 2018, da CMPL – PortoLazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, E.M. (PortoLazer), consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiro, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:



- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

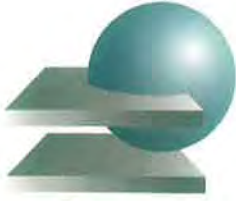
6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

8. Sem afetar o parecer expresso no parágrafo n.º 6 acima, chamamos à atenção para as seguintes situações:



- a) O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2015. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) estimados e incluídos nos capitais próprios, poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.
- b) Relativamente à situação judicial, e conforme mencionado na nota 2.1 dos instrumentos de gestão previsional, existem ações judiciais em curso e em pré-contencioso contra a PortoLazer, assim como riscos relativos a outros acontecimentos passados de montante e ocorrência incerta, e cujos desfechos o Conselho de Administração acredita que serão essencialmente favoráveis à PortoLazer. No entanto e porque o risco não pode ser integralmente mitigado, o balanço em apreciação inclui provisões de aproximadamente 1.185.000 euros, para fazer face a eventuais decisões desfavoráveis à PortoLazer.
- c) No que respeita ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e em resultado das decisões da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) é intenção da PortoLazer, logo que possível, desenvolver todos os esforços com vista ao esclarecimento cabal do enquadramento das operações da PortoLazer em sede deste imposto.
- d) Relativamente à requalificação do Pavilhão Rosa Mota, a PortoLazer, investiu aproximadamente 1.050.000 euros neste projeto até à presente data. Em 2014 foi celebrado um Contrato Programa, entre o Município do Porto e a PortoLazer, o qual atribui à PortoLazer todos os poderes necessários ao cumprimento e execução deste contrato, com



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

vista à renovação/requalificação e exploração do Pavilhão a efetuar através de um contrato de concessão, cuja concretização permitirá a integral recuperação deste ativo. O concurso público internacional promovido pela Empresa chegou a seu termo sem que existisse uma decisão de adjudicação. No entanto, esta decisão foi objeto de ação de contencioso pré-contratual, requerendo a readmissão da proposta e avaliação de acordo com os critérios do procedimento. Presentemente, o Conselho de Administração aguarda pela decisão final do processo e pondera soluções alternativas com vista à recuperação do investimento realizado. Adicionalmente, face à indecisão conforme acima referido, os IGP em apreciação não incluem qualquer rendimento ou gasto relacionado com este ativo no âmbito da sua requalificação.

- e) Conforme referido em documentos anteriores, a PortoLazer tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros em 2016, poderão afetar o equilíbrio financeiro da Empresa.

Porto, 13 de novembro de 2015

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por

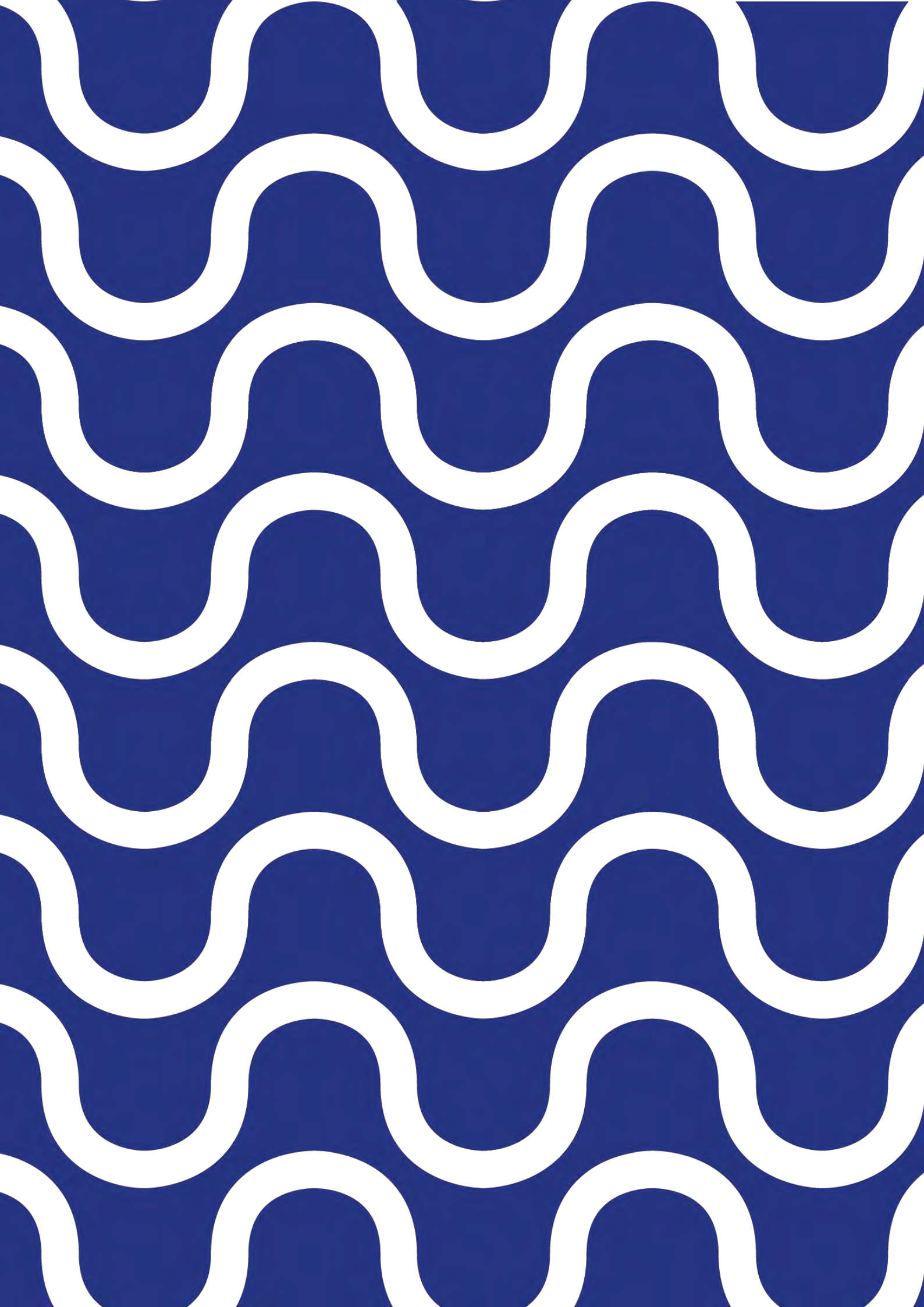

(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)



Instrumentos de Gestão Previsional

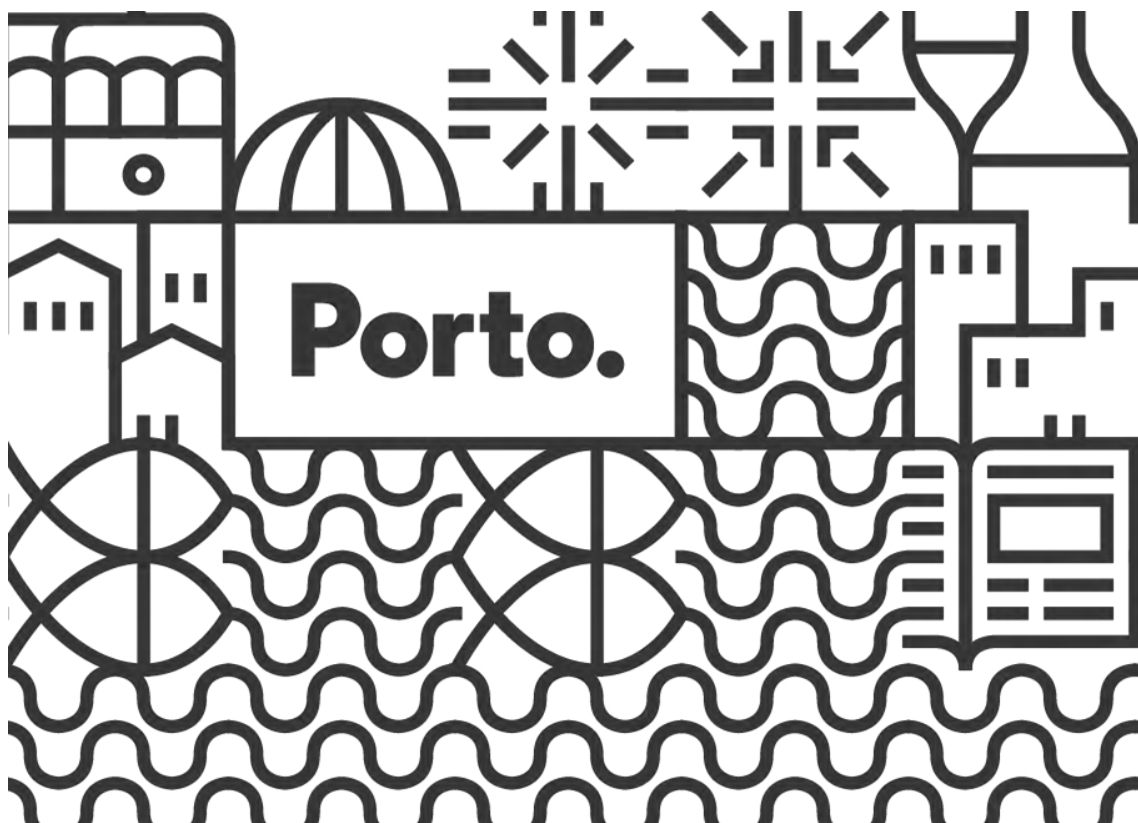


2016-2018





Instrumentos de Gestão Previsional



2016-2018

CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E M

Pessoa Coletiva: 507 718 666

Capital Social: 80.000.000 €

Matriculada na 1.^a Conservatória do Registo Comercial do Porto

Sede:

Rua Barão de Nova Sintra, 285

4300-367 Porto

Tel: 22 519 08 00

Fax: 22 519 08 28

Correio eletrónico: geral@aguasdoporto.pt

Sítio na internet: www.aguasdoporto.pt


Índice

1. Preâmbulo.....	7
2. Mensagem do Conselho de Administração	8
3. Introdução.....	11
4. Governo da Sociedade	13
4.1. Órgãos Sociais	14
4.2. Estrutura Organizacional	14
4.3. Orientações Estratégicas.....	15
5. Plano de Atividades e Investimento Anual e Plurianual	18
5.1. Objetivos Operacionais	18
5.2. Perspetiva Clientes	19
5.3. Perspetiva Económico-Financeira	22
5.5. Perspetiva Aprendizagem e Desenvolvimento.....	29
6. Plano de Investimento Anual e Plurianual	32
6.1. Abastecimento de Água	32
6.2. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	36
6.3. Drenagem de Águas Pluviais	39
6.4. Gestão de Ribeiras	40
6.5. Gestão da Frente Marítima	41
6.6. Edifícios e outras construções	42
7. Plano Financeiro Anual e Plurianual	43
A. Notas explicativas dos pressupostos para 2016	46
1. Macroeconómicos.....	46
2. Investimentos	46
3. Rendimentos e Ganhos	46
3.1. Vendas e Prestações de Serviços.....	46
3.2. Rendimentos e Ganhos	46
4. Gastos e Perdas	47
4.1. Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.....	47
4.2. Fornecimentos e Serviços Externos	47
4.3. Outros Gastos e Perdas.....	48
4.4. Gastos com Pessoal	48
4.5 Depreciações e Amortizações	48
5. Rubricas do Balanço.....	48
5.1. Tesouraria	48
5.2 Estado e Outros Entes Públicos.....	49
5.3. Outras Variações no Capital Próprio	49
5.4. Outras Contas a Receber.....	49
5.4.1. Devedores por acréscimos de rendimentos.....	49
5.4.2 Outros devedores	50
5.5. Outras Contas a Pagar.....	50
5.5.1. Impostos relacionados com subsídios ao investimento.....	50
5.5.2 Credores por acréscimos de gastos	50
5.5.3. Outros credores	50
5.6. Diferimentos.....	50
6. Provisões e Passivos Contingentes	51
6.1. Provisões.....	51
6.2 Passivos Contingentes	51
7. Compromissos financeiros e outras contingências não incluídas no balanço	52



B. Orçamento de Investimento	53
C. Orçamento Anual de Exploração.....	54
D. Orçamento Anual de Tesouraria.....	55
E. Balanço Previsional	56



1. Preâmbulo

No cumprimento do disposto no Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, o Conselho de Administração da CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, elaborou os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP), para o período entre 2016 e 2018.

Os IGP procuram dar sentido prático à estratégia definida para a empresa em termos de investimento, de financiamento e de exploração no horizonte dos próximos três anos, sendo constituídos pelos seguintes documentos:

- a) Planos de atividades e investimento anual e plurianual;
- b) Plano financeiro anual e plurianual;
- c) Orçamento anual de exploração;
- d) Orçamento anual de tesouraria;
- e) Balanço previsional.

Dando cumprimento à alínea e) do n.º 1 do Artigo 15.º dos Estatutos da CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, o Conselho de Administração elaborou os Instrumentos de Gestão Previsional 2016-2018.

Os presentes documentos previsionais, para além de respeitarem a experiência dos últimos anos de atividade, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, consistência, custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma, materialidade e da especialização, segundo o qual os rendimentos e ganhos e os gastos e perdas são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

2. Mensagem do Conselho de Administração

O Orçamento para 2016 e os Instrumentos de Gestão Previsional para o próximo triénio traduzem o esforço da **Águas do Porto, EM**, de valorização da importância dos seus clientes, a aposta por ocupar um papel central no bem-estar dos Portuenses, a dignificação das instalações e do património físico que lhe está afeto, bem como a gestão mais eficiente das redes e equipamentos de que a empresa é proprietária.

Como principais condicionantes ao documento que ora se apresenta têm que se destacar o aumento da tarifa da água em alta fornecida pela Águas do Norte, S.A. e o atraso na disponibilização dos fundos comunitários no novo ciclo de financiamento.

A tabela seguinte pretende evidenciar o esforço na gestão e consequentes resultados nos anos de 2014 e 2015, sem aumento de tarifas, e a posição de partida para superar parcialmente o brutal aumento de tarifa provocado pela fusão das empresas em alta. O aumento dessa tarifa já para o ano de 2016 é de 8%, prevendo-se igual aumento nos anos seguintes.

RENDIMENTOS E GASTOS	2013	2014	2015 (Estimativa de Fecho)	2016	2017	2018
Vendas e serviços prestados	37.503.724	36.795.981	37.604.297	38.718.766	39.707.953	40.780.120
Subsídios à exploração	60.887	216	375.463			
Trabalhos para a própria entidade	0	62.997	151.637	100.436	107.968	113.367
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(9.135.924)	(8.575.345)	(8.917.989)	(9.552.370)	(10.268.399)	(10.929.387)
Fornecimentos e serviços externos	(8.594.266)	(7.881.295)	(8.060.988)	(8.084.227)	(8.264.227)	(8.278.313)
Gastos com o pessoal	(10.405.380)	(10.122.481)	(9.826.842)	(10.140.038)	(10.247.776)	(10.287.796)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(587.492)	(461.729)	(752.086)	(771.632)	(791.444)	(812.915)
Provisões (aumentos/reduções)	(1.083.324)	(673.137)	(25.000)	(44.526)	(48.978)	(53.876)
Outros rendimentos e ganhos	4.312.094	3.375.246	4.087.154	2.956.677	3.093.970	3.132.570
Outros gastos e perdas	(681.482)	(565.732)	(651.876)	(588.692)	(596.050)	(599.913)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	11.388.837	11.954.721	13.983.771	12.594.394	12.693.017	13.063.856
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	(7.424.198)	(7.039.494)	(7.298.115)	(6.896.217)	(7.930.047)	(8.735.386)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3.964.639	4.915.226	6.685.656	5.698.177	4.762.970	4.328.470
Juros e rendimentos similares obtidos	558.152	261.337	202.341	164.444	166.418	168.028
Juros e gastos similares suportados	(5.712)	(17.854)	(2.914)	0	0	0
Resultado antes de impostos	4.517.080	5.158.710	6.885.083	5.862.621	4.929.388	4.496.498
Imposto sobre o rendimento do período	(909.102)	(1.398.504)	(1.744.498)	(1.465.163)	(1.227.189)	(1.116.802)
Resultado líquido do período	3.607.978	3.760.206	5.140.585	4.397.458	3.702.199	3.379.696

Descrição	2013	2014	2015 (Estimativa de Fecho)	2016	2017	2018
EBITDA	11.388.837	11.954.721	13.983.771	12.594.394	12.693.017	13.063.856
Taxa de EBITDA	30,37%	32,49%	37,19%	32,53%	31,97%	32,03%

A proposta de aumento de tarifa aos nossos clientes é de 3,3% para o ano de 2016, admitindo-se nos anos seguintes um aumento de 2,4% (valores que já incluem a inflação). Esta decisão leva necessariamente à redução das margens de EBITDA nos anos vindouros. Permitimo-nos destacar que em apenas dois anos, de 2013 a 2015, essa margem aumentou de 30% para 37%.

O esforço na redução de água não faturada mantém-se como um dos primordiais objetivos da empresa, estimando-se para o próximo ano uma taxa de 21% que chegará aos 20% no ano de 2018.

A cobertura de custos exigida por lei está garantida nestes Instrumentos de Gestão Previsional sendo que, inevitavelmente, ela se reduzirá paulatinamente ao longo do tempo. Cobrir os custos de abastecimento de água em 130%, valor previsto para o ano de 2016, corresponde à margem necessária para assegurar os gastos na rede de águas pluviais e na manutenção de praias e ribeiras, partes integrantes do nosso objeto social mas desprovidas de uma receita consignada.

Durante o ano de 2016 deve começar-se por destacar a previsão de adjudicação do concurso para a gestão das duas ETAR da cidade do Porto, que poderá implicar uma despesa máxima, ao longo de sete anos, de 29 milhões de euros. No ano de 2016 será feito um investimento significativo, com um *payback* previsto de quatro anos, na eficiência energética destas ETAR.

No que respeita a novas obras merecem destaque o início da empreitada para a despoluição do rio Tinto, em conjunto com Câmara Municipal de Gondomar, a conduta adutora de Nova Sintra/Pasteleira, as redes de infraestruturas no Bairro Regado e de mais uma empreitada para a substituição de condutas na cidade do Porto.

Ainda neste domínio, assinalam-se, pela sua materialidade, a obra da Rua de Santos Pousada e as duas empreitadas, já em curso, de substituição de condutas de água. No final do ano de 2016, início de 2017, estaremos em condições de assegurar que 100% dos arruamentos da cidade do Porto terão concluída a sua rede de efluentes residuais. Para completar o conhecimento das redes afetas à empresa foi lançado concurso público para o levantamento cadastral da rede de águas pluviais que produzirá resultados ao longo do ano de 2016.

Com a obra em curso do renovado edifício para atendimento ao público, a **Águas do Porto, EM**, passará a ter um moderno e eficiente espaço para atender os seus clientes, com um parque de estacionamento dedicado, e com um horário alargado de funcionamento que incluirá os sábados. Tudo isso, em conjunto com o reforço dos meios informáticos para o atendimento dos clientes por via remota, incluindo uma *App*, para já em período experimental, para informação aos clientes.

As instalações da sede da empresa, na freguesia do Bonfim, necessitam de várias intervenções, incluindo nestas a recuperação da mata e jardins. No ano de 2016 serão iniciadas, e em alguns casos concluídas, as empreitadas de renovação das oficinas, das compras e armazéns, da Quinta de Baixo, da mata e desenvolvido um projeto para a renovação do Laboratório.

A gestão das redes e equipamentos da **Águas do Porto, EM**, necessita de um forte impulso no domínio dos sistemas de informação que garantam a otimização da sua gestão em tempo real. Para isso, foi criada uma nova direção no organograma da empresa designada Direção de Sistemas de Informação que terá a seu cargo os projetos nesta área e na da inovação, em



estreita cooperação com a Câmara Municipal do Porto. A estruturação de uma Plataforma Tecnológica para a gestão do ciclo urbano da água é o principal projeto para o ano de 2016.

Gestora do ciclo urbano da água, a **Águas do Porto, EM**, pretende desenhar um “circuito urbano da água” o qual, respeitando três tempos (passado, presente e futuro), pretende renovar e modernizar o património que tem na cidade. Os principais projetos para o ano de 2016 são a refuncionalização do antigo reservatório da Pasteleira, a criação de um percurso visitável no rio de Vila e a renovação do Pavilhão da Água. Os dois últimos projetos indicados estender-se-ão pelo ano de 2017.

Por fim, a motivação e o alinhamento estratégico dos nossos colaboradores. Revela-se difícil a gestão da motivação do quadro de pessoal de uma empresa com resultados crescentemente positivos mas que está impedida por lei de os poder partilhar internamente. Por este motivo foi criado o Programa MAIS (Motivar, Alinhar, Inovar e Superar) que concebe um conjunto de incentivos para o conjunto diverso dos trabalhadores da empresa.

3. Introdução

O presente documento de gestão previsional da **Águas do Porto, EM**, enquadra-se nas linhas orientadoras do Mapa Estratégico aprovado para 2016. Este instrumento de gestão pretende viabilizar o alcance da visão de futuro delineada para a empresa, bem como o acompanhamento sistemático da execução da estratégia.

Desta forma, para o triénio 2016-2018, foram definidos 13 objetivos estratégicos, que se desdobram em 39 objetivos operacionais, agrupados nos seguintes princípios orientadores:

- Orientação para o cliente através da simplificação das formas de relacionamento, da melhoria das condições físicas de atendimento e da redução das razões de contacto direto com a empresa.
- Reforço das condições de segurança no consumo da água e criação de novos hábitos de consumo da água de torneira como bebida de excelente qualidade para moradores e turistas;
- Afirmação da empresa enquanto imagem de marca do Porto e da água como elemento estruturante do desenvolvimento da cidade, através de ações de parceria, organização de conferências, reforço da responsabilidade social e valorização do seu património em prol da comunidade;
- Reforço da gestão completa do ciclo urbano da água, numa perspetiva de *smart water grids* que envolvam a disponibilização de informação remota e em tempo real aos clientes;
- Desenvolvimento de novas competências técnicas e de gestão, com aposta clara nas novas tecnologias, o que se traduz na redução de funções de apoio sem afetar o número de horas/homem trabalhadas na rua.
- Sustentabilidade ambiental e social através da gestão completa do ciclo urbano da água, minimizando o impacto ambiental das suas atividades e melhorando os ecossistemas aquáticos, promovendo a coesão social e valorizando os colaboradores.
- Criação de valor para o acionista (Câmara Municipal do Porto), remunerando o valor investido e procurando não aumentar as tarifas, fazendo o melhor aproveitamento dos fundos disponíveis no próximo ciclo de financiamento comunitário.

O orçamento de 2016, elaborado pelo segundo ano consecutivo de forma participada, tem subjacente o aumento de 3,3% nas tarifas cobradas aos clientes, repercutindo apenas cerca de 40% do aumento suportado na compra de água que se cifrou nos 7,8%, o que apenas é possível devido à sólida situação económico-financeira da empresa.

O volume de investimento projetado para o próximo ano ascende a 16,3 milhões de euros, dos quais 81,8% serão financiados por fundos próprios. Os restantes 18,2% correspondem a uma estimativa de obtenção de 2,6 milhões de euros de fundos comunitários, através da aprovação de novas candidaturas no âmbito do Portugal 2020.

De referir que a concretização de dois dos principais projetos previstos para 2016, nomeadamente a construção do Intercetor de rio Tinto e a substituição de condutas (Grupo 5),

está dependente da atribuição de fundos comunitários. No caso de não se verificar a abertura de avisos e/ou a aprovação dos projetos já candidatados, estas obras terão de ser adiadas.

A tabela seguinte apresenta a desagregação do investimento previsto para o próximo ano por áreas de atividade.

Tabela 1 | Plano de investimento para 2016

Rubrica	Investimento (€)
Abastecimento de Água	5.659.599
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	4.698.233
Águas Pluviais	3.698.364
Edifícios e outras construções	1.195.000
Sistemas de Informação	698.130
Outros Investimentos	418.383
Total	16.367.709

O maior destinatário deste investimento global é a área de abastecimento de água, que irá absorver 34,6% das verbas consignadas para 2016, designadamente no que respeita à substituição de condutas, dando continuidade aos projetos de redução das perdas de água e de aumento da fiabilidade do sistema. Neste sentido, a empresa elaborou o Plano de Remodelação da Rede de Abastecimento de Água, que identificou as infraestruturas mais problemáticas e dividiu os trabalhos a executar em cinco empreitadas.

No segundo lugar posicionam-se os investimentos associados à drenagem e tratamento de águas residuais, com um peso de 28,7%. As intervenções em causa reportam-se, por um lado, à remodelação da rede de drenagem de águas residuais do Município do Porto e, por outro, à sua extensão em todos os arruamentos da cidade ainda sem esta tipologia de infraestruturas, numa perspetiva de melhoria da qualidade das massas de água (ribeiras e águas balneares).

Por sua vez, a remodelação da rede de águas pluviais capta 22,6% do investimento total, com a finalidade de prevenir a concentração de águas da chuva nas zonas de cotas mais baixas, eliminando o risco de inundações, sobretudo nas épocas de maior pluviosidade. Contempla também o levantamento cadastral de grande parte da rede de águas pluviais e o consequente registo em SIG.

Destaca-se, ainda, a cabimentação de 7,3% do investimento na rubrica “Edifícios e outras construções”, que tem por objetivo melhorar as relações laborais, criando condições de trabalho adequadas, através da reformulação de alguns edifícios na Sede. Prevê-se que o ano de 2016 fique marcado pela reformulação do edifício das Compras, incluindo os armazéns, a recuperação da Quinta de Baixo e a reabilitação dos jardins e mata de Nova Sintra, todos situadas na envolvente do edifício Sede, na rua Barão de Nova Sintra.

4. Governo da Sociedade

A **Águas do Porto, EM**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída em outubro de 2006, cujo capital social (€ 80.000.000) é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social corresponde à gestão integrada e sustentável de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, englobando as seguintes atividades: abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, drenagem de águas pluviais, despoluição e reabilitação de rios e ribeiras, gestão da frente marítima e promoção da educação ambiental.

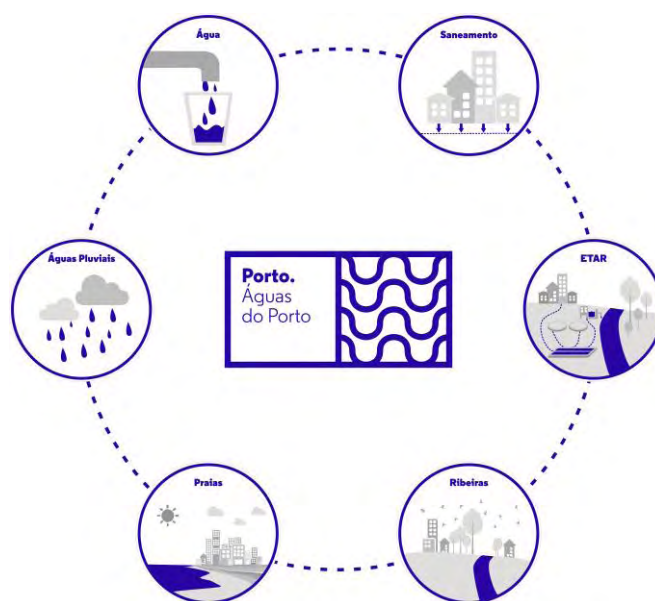


Figura 1 | Gestão integrada do ciclo urbano da água

O processo de planeamento estratégico da empresa encontra-se alicerçado na visão, missão, e valores descritos na Figura 2.

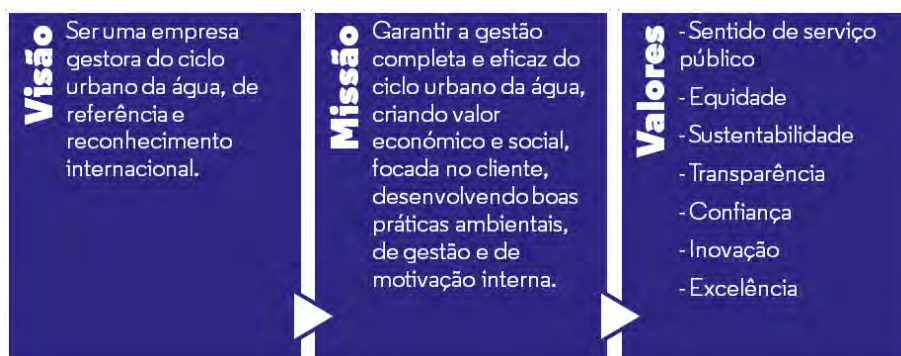


Figura 2 | Missão, visão e valores

4.1. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da **Águas do Porto, EM**, são constituídos pelo Conselho de Administração, Assembleia Geral e o Fiscal Único, sendo os seus membros apresentado na tabela seguinte.

Tabela 2 | Órgãos sociais

Assembleia Geral
Representante da CMP: A designar
Presidente da Mesa: Pedro Manuel Martins dos Santos
1.º Secretário da Mesa: Anabela Moutinho Monteiro
2.º Secretário da Mesa: Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
Conselho de Administração
Presidente: João Pedro Soeiro Matos Fernandes
Administrador Executivo: Frederico Vieira Martins Fernandes
Administradora Não Executiva: Adriana Maria Bento Aguiar Branco
Fiscal Único
João Araújo & António Oliveira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representa por António Gerardo Pinheiro de Oliveira

4.2. Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica da **Águas do Porto, EM**, é a que se apresenta no organograma da Figura 3, dividindo-se em três áreas operacionais e seis áreas de suporte.

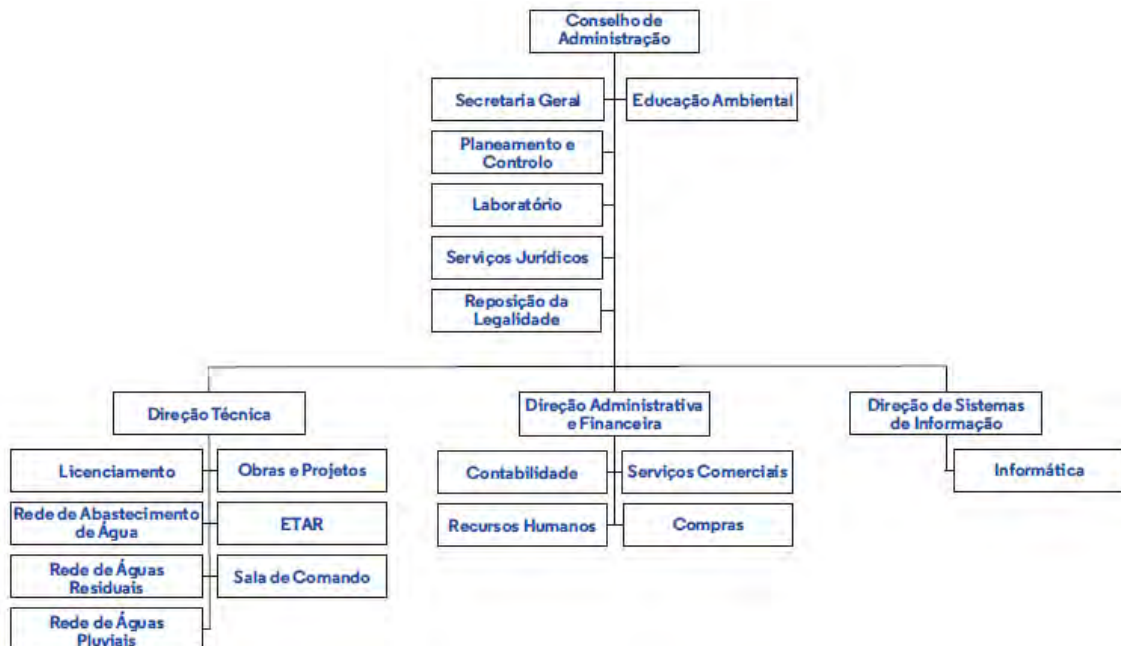


Figura 3 | Organograma em vigor

Constituem áreas operacionais a Direção Técnica, que agrupa sete unidades orgânicas (Licenciamento, Rede de Abastecimento de Água, Rede de Águas Residuais, Rede de Águas

Pluviais, Obras e Projetos, ETAR e Sala de Comando), a Direção Administrativa e Financeira, que engloba quatro unidades orgânicas (Contabilidade, Recursos Humanos, Compras e Comercial) e a Direção de Sistemas de Informação constituída por uma unidade orgânica (Sistemas de Informação).

Nas áreas de suporte incluem-se a Secretaria-Geral, o Planeamento e Controlo, os Serviços Jurídicos, o Laboratório, a Reposição da Legalidade e a Educação Ambiental.

A competência dos membros do Conselho de Administração na coordenação direta das áreas de gestão está distribuída da seguinte forma:

- **Presidente | João Pedro Matos Fernandes:** Secretaria-Geral, Planeamento e Controlo, Serviços Jurídicos, Laboratório, Reposição da Legalidade e Direção Técnica (Licenciamento, Rede de Abastecimento de Água, Rede de Águas Residuais, Rede de Águas Pluviais, Obras e Projetos, ETAR e Sala de Comando);
- **Administrador Executivo | Frederico Vieira Martins Fernandes:** Direção Administrativa e Financeira (Contabilidade, Recursos Humanos, Compras e Comercial), Direção de Sistemas de Informação e Educação Ambiental.

4.3. Orientações Estratégicas

Tendo por base a metodologia do BSC (Balanced Scorecard), e tendo em vista o alinhamento do planeamento estratégico com as ações operacionais, a empresa segue as orientações explicitadas no seu Mapa Estratégico para 2016, tal como demonstrado na Figura 4.

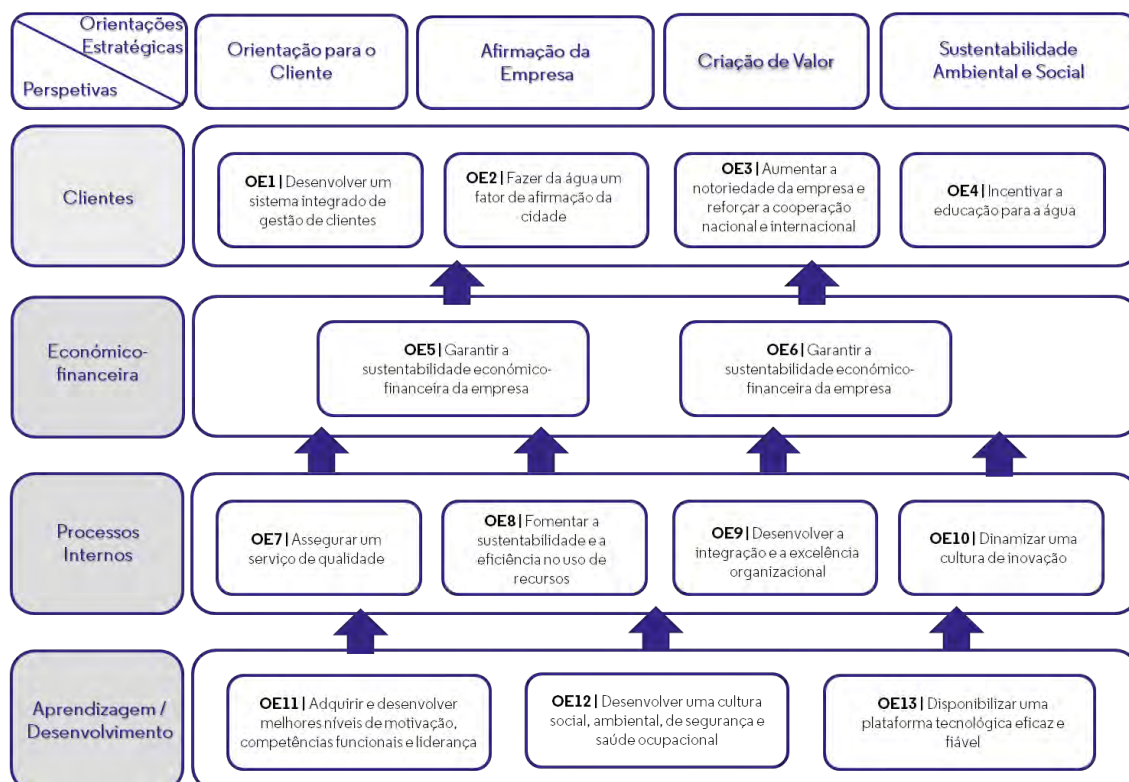


Figura 4 | Mapa Estratégico para 2016



Os objetivos estratégicos da empresa estão posicionados numa matriz, orientados na horizontal por quatro perspetivas – Cliente, Económico-financeira, Processos internos e Aprendizagem e Desenvolvimento –, relacionando-se entre si através de relações de causa-efeito.

O Mapa Estratégico traduz-se no mapeamento dos principais indicadores de gestão e das suas metas, permitindo, a cada mês, que os seus responsáveis prestem contas à empresa sobre o seu cumprimento e apresentem as ações previstas para corrigir os desvios relativamente às metas estabelecidas.



Planos Plurianuais



2016-2018

5. Plano de Atividades e Investimento Anual e Plurianual

5.1. Objetivos Operacionais

O Mapa Estratégico aprovado pela **Águas do Porto, EM**, para 2016 é constituído por um conjunto de 13 objetivos estratégicos, que se subdividem em 39 objetivos operacionais, tal como exposto na Tabela 3.

Tabela 3 | Objetivos Operacionais

Perspetiva	Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
Clientes	OE1 Desenvolver um sistema integrado de gestão de clientes	OP1.1 Melhorar o atendimento e a disponibilidade de serviços aos clientes
		OP1.2 Reduzir os motivos das reclamações e ponderar as sugestões dos clientes
		OP1.3 Garantir a acessibilidade económica dos serviços
		OP1.4 Aumentar o nível de satisfação dos clientes
	OE2 Fazer da água um fator de afirmação da cidade	OP2.1 Melhorar a qualidade das massas de água
		OP2.2 Reabilitar as linhas de água da cidade
		OP2.3 Obter Bandeira Azul em toda a frente marítima
		OP2.4 Reabilitar o património e os edifícios adstritos ao ciclo urbano da água
	OE3 Aumentar a notoriedade da empresa e reforçar a cooperação nacional e internacional	OP3.1 Reforçar a presença em organizações e grupos de trabalho nacionais e internacionais
		OP3.2 Integrar grupos nacionais e internacionais de <i>benchmarking</i>
		OP3.3 Desenvolver uma estratégia de sustentabilidade, promover a transparência empresarial e incrementar o envolvimento dos <i>stakeholders</i>
	OE4 Incentivar a educação para a água	OP4.1 Aumentar o número de visitantes do Pavilhão da Água
		OP4.2 Incentivar o consumo de água da torneira
Económico-Financeira	OE5 Garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa	OP5.1 Garantir o equilíbrio entre rendimentos e gastos
		OP5.2 Diminuir os gastos operacionais
		OP5.3 Reduzir a dívida dos clientes
		OP5.4 Reduzir a água não faturada
		OP5.5 Aumentar a eficiência energética das instalações e equipamentos
	OE6 Promover a gestão eficiente dos ativos	OP6.1 Garantir a sustentabilidade e integridade infraestrutural
	OP6.2 Cumprir os planos de manutenção das infraestruturas	
Processos Internos	OE7 Assegurar um serviço de qualidade	OP7.1 Assegurar níveis de excelência na qualidade da água fornecida
		OP7.2 Assegurar os níveis de eficiência máxima na recolha e tratamento dos efluentes pelas ETAR
	OE8 Fomentar a sustentabilidade e a eficiência no uso de recursos	OP8.1 Reduzir as perdas reais de água
		OP8.2 Prevenir e controlar as descargas de águas residuais
		OP8.3 Controlar as infiltrações e as aflúncias indevidas
		OP8.4 Reduzir a pegada carbónica da empresa
	OE9 Desenvolver a integração e a excelência organizacional	OP9.1 Tornar os processos de compras mais eficientes
		OP9.2 Instituir a gestão sustentável da cadeia de fornecedores (conformidade social, ambiental e ética)
		OP9.3 Executar os investimentos dentro dos prazos e dos orçamentos previstos
	OE10 Promover uma cultura de inovação	OP10.1 Implementar serviços inovadores
OP10.2 Promover a gestão inteligente das redes		
Aprendizagem e Desenvolvimento	OE11 Adquirir e desenvolver melhores níveis de motivação, competências funcionais e liderança	OE11.1 Desenvolver um plano de motivação dos colaboradores
		OE11.2 Estabelecer e desenvolver um Plano de Formação adequado
		OE11.3 Proceder à avaliação da satisfação dos colaboradores
	OE12 Desenvolver uma cultura social, ambiental, de segurança e saúde ocupacional	OE12.1 Aumentar a produtividade e reduzir o absentismo
		OE12.2 Diminuir os acidentes de trabalho e as doenças profissionais
		OE12.3 Implementar um programa interno de sensibilização ambiental
	OE13 Disponibilizar uma plataforma tecnológica integrada, eficaz e fiável	OP13.1 Otimizar as redes de comunicações e telecomunicações
		OP13.2 Maximizar a eficiência e integração dos sistemas de informação

5.2. Perspetiva Clientes

Tendo em conta que o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a drenagem de águas pluviais são serviços públicos essenciais, a **Águas do Porto, EM**, coloca o seu foco no cliente com o intuito de atingir a excelência na sua satisfação. Neste sentido, o Mapa Estratégico da empresa é encimado pela Perspetiva Clientes, devendo as outras três perspetivas ser interpretadas como potenciadoras da primeira.

5.2.1. Desenvolver um sistema integrado de gestão de clientes

O desenvolvimento de um sistema integrado de gestão dos clientes afigura-se como um dos objetivos estratégicos da empresa. Uma estratégia operacionalizada através da promoção de uma cultura de serviço ao cliente, traduzida na rápida e eficaz capacidade de resposta às solicitações e na disponibilização de novas e melhores soluções adequadas às suas necessidades, tendo em vista a melhoria contínua dos serviços prestados.

Em prol de um atendimento de excelência, a **Águas do Porto, EM**, define como objetivos minimizar a necessidade de deslocação dos clientes aos balcões de atendimento, assim como reduzir os tempos de espera e de atendimento. Uma das medidas estruturantes corresponde à concentração do atendimento presencial em dois locais: Sede, situada na rua Barão de Nova Sintra, e Gabinete do Município, localizado na Avenida dos Aliados.

A intenção da empresa é promover o novo espaço de atendimento na Sede, utilizando, para o efeito, um *spot* publicitário de divulgação das vantagens para o cliente: tempo médio de espera, condições físicas de espera, estacionamento gratuito e o acesso fácil às instalações por via do Metro, com um horário alargado que inclui os sábados.

O novo edifício comercial da Sede, em fase final de reformulação e ampliação, será constituído por uma área de receção e atendimento, que vai funcionar a partir de uma zona de triagem, controlada por um balcão. A zona de espera, com capacidade para 40 lugares sentados, irá dispor de nove postos de atendimentos: três postos de atendimento rápido, no qual o cliente é recebido de pé e seis postos de atendimento normal, nos quais o cliente é recebido sentado.

Paralelamente, a empresa procura reduzir os motivos para reclamações, sobretudo aquelas que se relacionam com faturação e leitura, atendimento e qualidade de serviço, assim como ponderar as sugestões apresentadas pelos clientes.

A adoção de uma política tarifária sustentável é outros dos vetores fundamentais na qualidade da relação com os clientes. Por um lado, os encargos tarifários devem permitir a recuperação total dos gastos associados aos serviços prestados e, por outro, devem ser adequados ao rendimento familiar disponível. Assim, os consumidores têm direito ao acesso físico dos serviços de águas, mas também é necessário garantir o seu acesso económico através da definição e implementação de tarifários adequados aos custos de cada serviço.

5.2.2. Fazer da água um fator de afirmação da cidade

No entanto, a Perspetiva Clientes não se cinge aos utilizadores finais dos serviços, dado que o recurso “água” é entendido numa perspetiva mais ampla enquanto fator de afirmação da

cidade do Porto. A **Águas do Porto, EM**, assume o envolvimento dos *stakeholders* como uma prioridade estratégica para a manutenção de um diálogo aberto e transparente com as suas partes interessadas. Os seus objetivos são construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar desafios e identificar novas oportunidades de cooperação com os stakeholders.

Uma cidade centrada água procura a melhoria do estado das massas de água, no contexto dos objetivos ambientais previstos na Diretiva Quadro da Água, dos quais se destaca, para as águas superficiais, o de alcançar o bom estado de todas as massas de água até 2015, o que compreende o bom potencial ecológico e o bom estado químico. Este prazo foi prorrogado, em Portugal e noutros Estados-Membro da União Europeia, para 2021 e 2027.

A melhoria da qualidade das massas de água potencia a reabilitação das linhas de água que atravessam a cidade do Porto. Dado que 76% dos rios e ribeiras se encontram entubadas, impõe-se proceder à verificação da segurança estrutural e da capacidade de escoamento dos troços entubados, bem como optar pelo seu desentubamento sempre que possível.

Fazer da água um fator de afirmação da cidade do Porto passa, ainda, pela obtenção da Bandeira Azul em toda a frente marítima. A melhoria significativa da qualidade das águas balneares levou à atribuição deste galardão a três zonas balneares (Homem do Leme, Gondarém e Foz), englobando nove praias urbanas, numa faixa contínua que se estende desde a foz do rio Douro até à praia do Homem do Leme.

De fora deste lote fica a Zona Balnear do Castelo do Queijo, cuja qualidade da água ainda não se adequa aos critérios da Bandeira Azul, assim como as praias do Aquário e Internacional que não se encontram oficialmente designadas pelas autoridades competentes. Inverter este cenário, nos próximos anos, pressupõe a adoção de medidas robustas e permanentes no que respeita à interceção das águas pluviais e das ribeiras afluentes à orla costeira.

Por último, uma cidade centrada na água realiza uma gestão adequada do seu património. Os edifícios afetos às redes, como por exemplo os reservatórios e centrais, em funcionamento ou desativados, encontram-se num estado de conservação longe de transmitir uma imagem afirmativa na cidade. Mais problemática é, ainda, a situação de abandono do património histórico adstrito ao ciclo urbano da água.

Nesta perspetiva, a **Águas do Porto, EM**, realizou o Estudo de Valorização de Bens Patrimoniais, que corresponde a uma inventariação e caracterização do património existente, estudos prévios de arquitetura para os subterrâneos, reservatório da Pasteleira e outros reservatórios em uso, definição de regras de imagem para intervenções da empresa para valorização dos ativos existentes, elaboração do plano de ação para as intervenções e avaliação dos instrumentos de financiamento disponíveis em candidaturas a fundos comunitários.

Este trabalho culminou na abertura da empresa à comunidade potenciando e valorizando o património existente, prevendo-se o arranque de dois projetos em 2016: a musealização do rio da Vila, entre a Estação de São Bento e o Largo de São Domingos, e a reabilitação do reservatório da Pasteleira no sentido da sua reconversão num espaço polivalente para atividades de caráter cultural. Outro desiderato é tornar a empresa mais atuante nas práticas e estratégias de afirmação urbana em vários domínios, tais como a cultura e o turismo.

5.2.3. Aumentar a notoriedade da empresa e reforçar a cooperação nacional e internacional

O número e o âmbito de iniciativas em que a **Águas do Porto, EM**, está envolvida, quer como parceira, quer como entidade organizadora, é demonstrativo da notoriedade que a empresa pretende atingir junto dos seus congéneres do setor das águas e do público em geral. O estreitamento dessas relações pressupõe a submissão de comunicações e *papers*, a preleção de palestras, a participação em exposições, a apresentação de candidaturas a prémios ou outras formas de associação técnica e comercial.

A empresa integra diferentes associações do setor tendo em vista aumentar o relacionamento e envolvimento interempresarial, promover o posicionamento e competitividade empresarial, usufruir de ações de acompanhamento, sensibilização e formação e, ainda, permitir o acompanhamento do setor e o acesso a informação e procedimentos sectoriais.

O Plano Estratégico de Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água no Município do Porto, cuja conclusão está prevista para o próximo ano, tem de ser coerente com a visão da empresa, ou seja, definir metas para os objetivos estratégicos e operacionais que tornem o desempenho da empresa numa referência internacional, com o intuito que daí advenha o devido reconhecimento a nível externo.

Para o efeito, é necessário criar condições para que a **Águas do Porto, EM**, venha a integrar grupos ou associações internacionais de *benchmarking* para as redes de abastecimento de água, de águas residuais e de águas pluviais e de avaliação do recurso “água” na gestão do meio urbano, atingindo gradualmente resultados dignos de reconhecimento internacional.

No âmbito da promoção da cooperação nacional e internacional, é importante investir no desenvolvimento e consolidação de redes e parcerias de conhecimento e *know how*, para aquisição de escala e alargamento de competências, no intercâmbio de boas práticas e de exemplos de excelência e no aproveitamento das sinergias e analogias existentes entre os setores da água e da energia elétrica (ex.: *smart grids* e *smart metering*).

Em paralelo, é fundamental definir a política de sustentabilidade da empresa, tendo em vista a integração dos princípios éticos, da responsabilidade social e das boas práticas ambientais na sua gestão e no seu modelo económico-financeiro, fomentando ativamente o envolvimento dos *stakeholders*. Para o efeito, é necessário definir os compromissos gerais e específicos da empresa nas áreas consideradas chave na sua atuação e o modelo de governo para a gestão da sustentabilidade.

Neste alinhamento, o envolvimento dos *stakeholders* será privilegiado em todas as decisões estratégicas da **Águas do Porto, EM**, através da existência de vários canais de comunicação abertos para que seja possível alinhar as prioridades da empresa com os *inputs* e experiências das entidades externas. Neste seguimento, o Plano de Envolvimento dos Stakeholders ficará concluído durante o ano de 2016.

5.2.4. Educação para a água

A água é um bem precioso que tem de ser usado e visto como tal. A atitude positiva em relação à água começa na infância, especialmente em contexto escolar. A educação e consciencialização sobre o valor e importância da água devem ser promovidas desde o ensino básico até ao secundário, em coordenação com o setor de educação, através da introdução de conhecimentos básicos no currículo, publicações especialmente preparadas, palestras, experiências e atividades similares. Este é, precisamente, o papel desempenhado pelo Pavilhão da Água.

O Pavilhão da Água é um museu interativo que conta já com 16 anos de existência. A sua exposição permanente tem um espólio muito antigo de experiências, algumas das quais se encontram desenquadradas da atualidade. De forma a desempenhar melhor o seu papel na sensibilização da população para a temática dos recursos hídricos e estimular a competitividade com outros museus e parques temáticos, as experiências existentes necessitam de ser reformuladas e adaptadas à realidade atual.

A desenvolver nos próximos dois anos (2016 e 2017), esta remodelação assenta em vários aspetos, nomeadamente a otimização das infraestruturas, o reenquadramento de espaços, a criação de uma área para loja e a introdução de novas experiências interativas. As propostas a solicitar junto de empresas especializadas nestas intervenções prendem-se essencialmente com duas vertentes: conceção (enquadramento arquitetónico e espaço interior, desmontagem das atuais experiências libertando o espaço para novas estruturas) e construção (criação de novos espaços e introdução de novas experiências).

Os *stakeholders* deverão também ser parte deste processo de educação para a água. Informação para o público em geral constituirá uma prioridade, quer para aumentar o conhecimento e sensibilidade sobre o potencial e os problemas da água, quer para advogar a necessidade do seu uso sustentável, quer ainda para promover e criar condições para uma gestão mais participativa e integrada envolvendo utentes e partes interessadas.

Destaca-se, em 2016, a continuidade do programa de alteração comportamental para o incentivo ao consumo de água da torneira, conhecido pela *slogan* “Beba Água do Porto. É boa todos os dias!” Este projeto assenta num processo de mudança com quatro grandes momentos: informação, formação, alteração de atitudes e perceções e indução de novos comportamentos.

5.3. Perspetiva Económico-Financeira

A Perspetiva Económico-Financeira relaciona-se com as medidas financeiras com o propósito de avaliar as consequências económicas das diversas ações desenvolvidas ou da estratégia adotada. Trata das necessidades de satisfação do acionista (Câmara Municipal do Porto), através da criação de valor sustentável, e dos clientes e de geração de *cash-flow*.

5.3.1. Garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa

A **Águas do Porto, EM**, desenvolve as suas atividades com o intuito de compaginar três vetores: o equilíbrio entre a sustentabilidade económica dos sistemas, a qualidade dos serviços prestados e a salvaguarda dos interesses e direitos dos cidadãos no fornecimento de bens e serviços essenciais.

A empresa procura o equilíbrio entre rendimentos e gastos no sentido de racionalizar todos os recursos existentes, de modo a que a atividade possa decorrer com a máxima eficiência e um mínimo de gastos. Neste aspeto tem-se feito um significativo esforço de gestão para conseguir esse equilíbrio financeiro. Por isso, é de assinalar a atuação realizada em duas áreas fundamentais, designadamente a redução de água não faturada e o aumento da eficiência energética das instalações e dos equipamentos.

Estes são os suportes necessários para garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa, sendo fatores importantes para reduzir o custo real dos serviços e, consequentemente, controlar e minimizar aumentos dos preços que possam vir a ser necessários e assegurar também a sustentabilidade social dos serviços prestados.

Com efeito, os tarifários dos serviços de águas, aplicados aos utilizadores finais, devem permitir a recuperação gradual dos custos económicos e financeiros incorridos pelas entidades prestadoras dos serviços de águas e resíduos, num cenário de eficiência produtiva, em condições de assegurar a qualidade do serviço prestado, a sustentabilidade económico-financeira dos operadores e, simultaneamente, o acesso económico dos serviços à totalidade da população servida.

Os consumidores têm direito ao acesso físico, tendencialmente universal, dos serviços de águas, em condições de continuidade e de qualidade na provisão desses serviços, mas têm, naturalmente, o dever de pagar o preço da sua prestação, calculado em condições de desempenho eficiente e que incentive comportamentos ambientalmente mais favoráveis por parte dos consumidores.

A eficácia desta estratégia depende, ainda, da redução da dívida dos clientes, tanto ativa como inativa. Transitado de 2015, o projeto em curso consiste, numa primeira fase, na depuração da dívida com períodos de tributação superiores a oito anos, prosseguindo com a caracterização do cadastro de falecidos e de clientes em situação de insolvência e a identificação de casas vagas/devolutas. Esta etapa será concluída com uma caracterização detalhada do tipo de dívida sob diversos critérios: valor em dívida, antiguidade da dívida, clientes ativos/inativos, clientes domésticos/não domésticos e clientes com/sem planos de pagamentos.

A segunda fase contempla a definição de linhas de ação para arrecadação da dívida legalmente exigível em função dos diferentes tipos de perfis de devedores traçados. Está, igualmente, planeado sistematizar critérios e automatismos internos e *workflows* bem definidos, para os vários tipos de atuação, seja por emissão de avisos de corte, suspensão do fornecimento de água ou efetivação de penhoras/diligências.

5.3.2. Promover a gestão eficiente dos ativos

O aumento substancial de ativos do setor devido ao esforço de infraestruturização das últimas décadas obriga a que se dê muito mais atenção à preservação desses ativos para maximizar o seu período de vida útil, utilizar a sua capacidade de uma forma otimizada e controlar os custos de exploração. Efetivamente, a otimização e a gestão eficiente dos recursos constituem o suporte necessário para garantir a sustentabilidade económico-financeira do setor, sendo fatores importantes para reduzir o custo real dos serviços.

O bom desempenho funcional das infraestruturas depende da implementação de políticas de gestão de ativos, também designadas por gestão patrimonial de infraestruturas (GPI), que otimizem o trinómio custo, desempenho e risco. Por conseguinte, o Plano de Gestão de Ativos da **Águas do Porto, EM**, está a ser desenvolvido tendo por base duas componentes: o Plano de GPI e a Aplicação de Gestão de Ativos.

A primeira componente refere-se à gestão patrimonial das infraestruturas lineares, como sejam as redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais. Por sua vez, a segunda componente consta de uma aplicação de gestão de ativos fixos tangíveis, que se encontra em desenvolvimento, tendo-se realizado, até à data, a estruturação da informação e o carregamento de dados de inventário.

Dado que estas ferramentas ainda se encontram em desenvolvimento, a empresa irá, no próximo triénio, seguir os critérios definidos no Plano de Remodelação da Rede de Abastecimento de Água, que prevê a substituição de 60,4 km de condutas, contribuindo para a redução das perdas reais.

Na rede de drenagem de águas residuais, o plano de obras contempla também intervenções de remodelação de troços mais problemáticos, nomeadamente na Rua Santos Pousada e no coletor geral da zona norte, com repercussões positivas nas aflúências indevidas às redes de coletores através de infiltrações.

Com o intuito de manter uma rede municipal de drenagem de águas pluviais que assegure boas condições de escoamento da via pública, a **Águas do Porto, EM**, prevê centrar os seus esforços na manutenção preventiva das infraestruturas e na reparação e substituição de coletores e outros órgãos do sistema, sempre que tal se justifique.

5.4. Perspetiva Processos Internos

Esta perspetiva centra-se nos processos internos que produzem maior impacto na satisfação do cliente e na consecução dos objetivos financeiros da empresa para que ela seja considerada excelente. Para oferecer valor aos clientes é necessário que os processos internos sejam otimizados, de modo a baixar os custos para tornar a empresa mais competitiva.

5.4.1. Assegurar um serviço de qualidade

A segurança é, atualmente, uma questão central consagrada na legislação em vigor (art.º 8.º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto). Para além disso, é necessário que a população servida tenha uma opinião favorável sobre a qualidade do serviço prestado de modo a que

esteja predisposta a pagar um preço justo que cubra o seu custo sem pôr em causa a acessibilidade económica ao serviço.

Na linha do Plano de Segurança da Água, é necessário apostar na reparação e remodelação de todos os edifícios, instalações e equipamentos afetos à rede de abastecimento de água. Por outro lado, uma maior garantia de “água segura” deverá ser alcançada através de sistemas inteligentes para controlo do tratamento da água em modo remoto e de alerta para alterações da qualidade da água, disponibilizando essa informação aos clientes através das novas tecnologias. Refira-se que, no primeiro semestre de 2015, a qualidade da água para consumo humano atingiu um patamar de excelência, que se traduz num nível de cumprimento dos parâmetros legais de 99,75%,

Outro dos objetivos operacionais prende-se com a necessidade de assegurar os níveis de eficiência máxima na recolha e tratamento dos efluentes pelas ETAR. No âmbito do Projeto Porto Saneamento 100%, o objetivo traçado é a conclusão da rede de drenagem, promovendo a gestão integrada por bacias hidrográficas urbanas, e a consequente condução das águas residuais recolhidas para as ETAR da cidade.

Desta forma, a **Águas do Porto, EM**, tem vindo a eliminar as descargas indevidas de águas residuais no meio natural e no sistema de águas pluviais e, consequentemente, a melhorar os níveis da qualidade da água das ribeiras e das águas balneares da cidade.

No que concerne à gestão das ETAR, para além da adjudicação do contrato de prestação de serviços de exploração, até meados de 2016, serão privilegiadas as ações de manutenção preventiva em detrimento das ações de manutenção curativa.

As medidas a implementar na ETAR de Sobreiras incluem a conclusão da reformulação da rede de água industrial, o projeto de emergência e medidas de autoproteção e a reformulação do caminho de pontes rolantes dos decantadores secundários. No caso da ETAR do Freixo, a ação mais relevante está associada à recuperação do sistema de cogeração com a produção de biogás.

5.4.2. Fomentar a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos

Este objetivo estratégico da **Águas do Porto, EM**, pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resistência face aos riscos climáticos e às catástrofes naturais.

A primeira frente de atuação prende-se com a diminuição das perdas reais de água, de modo a que atinjam níveis correspondentes aos valores de referência de uma boa qualidade de serviço. Em 2014, no âmbito do sistema de avaliação de qualidade de serviço promovido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), a empresa registou uma qualidade de serviço mediana (132 litros/ramal.dia).

No sentido de atingir uma boa qualidade de serviço neste indicador (até 100 litros/ramal.dia), a empresa continuará a desenvolver o programa de gestão de pressões, através da sua

otimização nas diversas Zonas de Medição e Controlo, com o intuito de reduzir o número de roturas e de permitir uma melhor gestão dos consumos, bem como a impulsionar o controlo ativo de perdas e a qualidade e rapidez na reparação de roturas e avarias. Fundamental é, igualmente, a remodelação da rede de abastecimento de água.

A prevenção e controlo da poluição nos meios recetores é outro dos objetivos operacionais conducentes à sustentabilidade ambiental. O esforço de melhoria do estado das massas de água depende do incremento da qualidade de serviço dos sistemas de águas residuais e pluviais, através da sua reabilitação, beneficiação e/ou construção, e do controlo dos efluentes industriais, eliminando os focos de poluição urbana das massas de água.

No domínio do controlo de aflúncias indevidas, as equipas operacionais continuarão a atuar no sentido de minimizar ou eliminar a entrada de caudais pluviais nos sistemas de saneamento, aumentando a eficiência operacional das ETAR e racionalizando os custos associados. Complementarmente, o trabalho desenvolvido visa garantir a não contaminação das águas pluviais que descarregam diretamente nos meios hídricos devido a interligações indevidas de águas residuais.

A sustentabilidade e o uso eficiente de recursos deverão traduzir-se também no aumento a eficiência energética das instalações e equipamentos. No setor de abastecimento de água, no âmbito do sistema de avaliação de qualidade de serviço da ERSAR, a eficiência energética da única estação elevatória em funcionamento (Congregados) cifra-se em 0,45 kWh/(m³.100m), o que corresponde a uma qualidade de serviço mediana. A mesma classificação é obtida pelas instalações elevatórias afetas à área do saneamento na medida em que, no seu conjunto, apresentam uma eficiência energética de 0,67 kWh/(m³.100m).

A racionalização dos consumos energéticos através de processos de melhoria da eficiência energética das instalações e equipamentos (*design-to-energy*), através do conhecimento dos respetivos perfis de consumo, e o aumento da autonomia energética do setor das águas através do aproveitamento de energias renováveis, em particular nas ETAR, tem consequências positivas na redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Trata-se da abordagem “nexus água-energia”, que permite aumentar a eficiência na utilização de energia nos serviços de água por duas vias: por um lado, a redução do consumo de água com a conseqüente diminuição da energia consumida por m³ de água captada, tratada e distribuída; e, por outro, o aumento da produção de energia, o que reduz a intensidade hídrica da energia produzida e aumenta a recuperação dos recursos endógenos e a utilização das diversas fontes de energias renováveis.

Através da melhoria da eficiência das atividades operacionais é possível baixar o consumo de energia e reagentes pela introdução de novas tecnologias, procedimentos e conceitos de gestão processual. Ao mesmo tempo, o desiderato é transformar as instalações de locais de consumo em locais de produção de energia (*energy neutral design*), aumentando o nível de autossuficiência energética das ETAR, através da recuperação da energia das águas residuais e da utilização de mais energia renovável como substituto de energias fósseis sem alterar a fiabilidade e eficiência dos processos.

Na sequência do estudo de viabilidade técnica e económica da adoção de medidas de eficiência energética e produção de eletricidade através de energias renováveis, realizado pelo INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial, a **Águas do Porto, EM**, centraliza os seus investimentos, no triénio 2016-2018, nas ETAR do Freixo e de Sobreiras pelo fato de serem instalações consumidoras intensivas de energia, ou seja, com consumos energéticos anuais superiores a 500 tep.

Assim, um dos objetivos do plano de ação definido é o cumprimento das obrigações legais no que respeita às instalações/edifícios abrangidos pelo Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), que tem por objeto a promoção da eficiência energética e a monitorização dos consumos energéticos, e pelo Sistema de Certificação Energética de Edifícios (SCE), que visa assegurar e impulsionar a melhoria do desempenho energético dos edifícios.

No que respeita à incorporação de energias renováveis, o estudo do INEGI aponta para a geração de energia elétrica através da instalação de 4.900 m² de painéis solares na ETAR de Sobreiras, apontando para a produção anual de energia de 413,16 MWh, que será utilizada para autoconsumo. Na ETAR do Freixo, além da valorização energética do biogás produzido, está planeado o aproveitamento da energia solar fotovoltaica, numa área de aproximadamente 11.00 m², o que servirá para alimentar 19,5 % do consumo anual desta instalação.

Intimamente ligado ao objetivo operacional de redução do consumo energético da empresa encontra-se, por último, o desiderato de redução da pegada carbónica associada ao ciclo urbano da água. Após um esforço de infraestruturação para aumentar o nível de cobertura da população feito ao longo das últimas décadas, que será seguido pela otimização dos ativos construídos e a gestão eficiente dos sistemas, o setor deverá preparar-se para responder ao novo desafio que se põe à sua resiliência decorrente das alterações climáticas.

Neste domínio, a questão mais premente prende-se com o impacto das alterações climáticas no escoamento das bacias hidrográficas da cidade e na capacidade do sistema de drenagem de águas pluviais, minimizando as inundações decorrentes de fenómenos climáticos extremos, designadamente períodos de precipitação intensa e concentrada.

5.4.3. Desenvolver a integração e a excelência organizacional

A atual conjuntura impõe às empresas, incluindo aquelas que prestam serviços na área do ciclo urbano da água, uma focalização na satisfação do cliente, mobilizando-as para a melhoria contínua, para a eliminação de desperdícios e para a otimização dos seus processos, para a qualidade dos seus produtos e serviços, de modo a garantirem a sustentabilidade dos seus negócios. Neste contexto, tornar o serviço de compras e logística mais eficiente é a finalidade da implementação da metodologia *lean* neste setor da **Águas do Porto, EM**.

Em desenvolvimento desde 2015, este sistema caracteriza-se pela filosofia de melhoria contínua e de criação de valor, centrada na redução do desperdício através do envolvimento e participação de todos (pessoas e trabalho em equipa), tendo como objetivos melhorar a qualidade e a segurança, diminuindo os custos e os tempos de processos (*lead time*).

A integração e a excelência organizacional no setor das Compras serão também atingidas através do desenvolvimento de um Sistema de Qualificação e Avaliação de Fornecedores. Este projeto pretende estabelecer critérios uniformes para a análise de propostas apresentadas aos procedimentos de contratação pública, promover o desenvolvimento de fornecedores para níveis de desempenho superior e obter maior controlo da cadeia de fornecimento.

O Sistema de Qualificação permitirá aos candidatos que se qualifiquem como fornecedores da **Águas do Porto, EM**, a possibilidade de serem convidados a apresentar proposta no âmbito dos concursos que vierem a ser lançados, potenciando o estabelecimento de relações de cooperação e parceria, enquadrados por padrões ético-profissionais exigentes, dentro do cumprimento rigoroso da legislação em vigor e alinhados com políticas de sustentabilidade de médio e longo prazo exigentes.

Outras Unidades Orgânicas da empresa irão beneficiar de projetos centrados na definição e aplicação de procedimentos destinados a contribuir para a qualidade e excelência organizacional. É o caso do Sistema de Avaliação e Acompanhamento de Empreitadas, cuja abordagem incide no ciclo de contratação de empreitadas (contratação e execução), visando a implementação de um sistema de qualificação das empresas concorrentes, a definição de um modelo padrão de avaliação de propostas, no critério da proposta economicamente mais vantajosa, a atualização das peças de procedimento, com especial ênfase na elaboração dos projetos e a definição de procedimentos de fiscalização da obra até à sua receção definitiva.

Tal como este projeto, também a gestão de auditorias à contratação pública no âmbito do novo ciclo de financiamento comunitário (Portugal 2020) abrange várias Unidades Orgânicas. O seu propósito consubstancia-se na definição e implementação de um instrumento de acompanhamento e monitorização interno da regularidade material, procedimental e documental dos procedimentos de contratação pública na perspetiva do seu cofinanciamento, ao nível da pré-contratação e da execução, tendo como objeto a definição de uma *check list* e da metodologia de verificação interna, quer ao nível das responsabilidades pelo seu preenchimento, quer ao nível das responsabilidades da verificação subsequente da regularidade desse preenchimento.

5.4.4. Promover uma cultura de inovação

A inovação é uma prioridade para o setor do ciclo urbano da água, seja nas soluções técnicas, ambientais, comerciais ou na qualidade dos serviços prestados. A prossecução dos objetivos relacionados com a inovação permitirá não só a adoção de soluções mais eficientes e económicas como também de qualidade mais elevada e maior fiabilidade e resiliência.

Neste alinhamento, a Plataforma Tecnológica para o Ciclo Urbano da Água assume-se como um dos projetos estruturantes da empresa em 2016. Trata-se de um sistema de monitorização e controlo de todas as etapas o ciclo urbano da água no Município do Porto (abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, drenagem de águas pluviais, ribeiras e praias), com informação remota e em tempo real baseada nos dados medidos (sensores, deteção remota) e nos dados modelados (por exemplo, distribuição de água, águas residuais, meio recetor, meteorologia, entre outros).

Este sistema de monitorização, alerta e informação permitirá uma análise eficiente da informação e a apresentação de resultados de apoio à tomada decisão em tempo real.

Considerando a gestão integrada de todo o ciclo urbano da água numa única empresa, a aplicação do conceito de vanguarda *Water Sensitive Urban Design* e a promoção de uma cultura de inovação e de gestão inteligente das redes, a **Águas do Porto, EM**, dará continuidade ao projeto Smart Water Grids de Aldoar que visa monitorizar e controlar todas as redes que integram as diferentes etapas do ciclo urbano da água da bacia piloto de Aldoar. Para o efeito têm sido estudadas as diferentes redes desta bacia (bacia hidrográfica, drenagem de águas pluviais e águas residuais domésticas e abastecimento de água).

Esta iniciativa consiste, assim, na incorporação de novas tecnologias para conhecimento e monitorização, remota e em tempo real, do comportamento das várias redes do ciclo urbano da água, tendo como objetivo final melhorar a qualidade das massas de água, quer as águas superficiais da ribeira de Aldoar, quer as águas balneares do Castelo do Queijo.

A informação provém dos dados medidos nos vários equipamentos de monitorização instalados ou em fase de instalação nas diferentes redes, tais como o sistema *online* multiparamétrico de controlo da qualidade da água da ribeira e águas pluviais, caudalímetros e sensores de nível.

Estes dados servirão de *input* a uma Plataforma Tecnológica, ferramenta de gestão integrada do ciclo urbano da água, que permitirá recolher e sistematizar toda a informação registada nos diferentes equipamentos de medição, antecipar episódios de poluição e inundação através de modelação numérica e implementar um sistema de controlo remoto e informação ao público.

Acresce, ainda, a gestão dos clientes em tempo real através do aproveitamento das funcionalidades do *smart metering*. Pretende-se desenvolver ações para medição e monitorização do consumo de água em tempo real, através da instalação de contadores de telemetria, permitindo a redução de perdas, uma faturação rigorosa, redução de gastos e deteção de anomalias e ilícitos.

Em simultâneo, este projeto compreende a disponibilização ao cliente de uma *App* capaz de fornecer informação automática e em tempo real sobre os seus consumos de água e um serviço de alertas enviados sempre que se verifique um consumo de água diferente do habitual, permitindo identificar anomalias, consumos não autorizados, consumos excessivos, incluindo potenciais roturas.

5.5. Perspetiva Aprendizagem e Desenvolvimento

A Perspetiva Aprendizagem e Desenvolvimento assenta na visão de investimento para o futuro, ou seja, em áreas como os recursos humanos, sistemas e procedimentos, como condição necessária ao sucesso financeiro a longo prazo. Trata-se de indicadores relacionados com os colaboradores, avaliando a sua motivação e satisfação, o plano de formação profissional e as questões de segurança e saúde ocupacional. É esta perspetiva que oferece fundações para que as restantes perspetivas do *Balanced Scorecard* tenham êxito. Por isso, é necessário manter e desenvolver estruturas básicas da organização como pessoas e tecnologias.

5.5.1. Adquirir e desenvolver melhores níveis de motivação, competências funcionais e liderança

Para além do Sistema de Avaliação de Desempenho dos colaboradores, em vigor desde 2014, este objetivo operacional é sustentado sobretudo por duas iniciativas: a implementação do Sistema de Gestão de Carreiras e a aplicação do Programa MAIS.

Os colaboradores da **Águas do Porto, EM**, estão, na sua maioria, vinculados por um regime especial de cedência de interesse público. No entanto, nestes últimos anos, o número de efetivos do quadro próprio da empresa tem vindo a aumentar, sendo esta uma tendência que se manterá no futuro. Para além desta circunstância, importa integrar os colaboradores da empresa num sistema que seja motivador e que potencie o desenvolvimento profissional. Qualquer sistema de gestão de carreiras define os critérios de evolução profissional, potencia o desenvolvimento e reconhece os contributos individuais de cada um.

No presente ano, foi constituído, um grupo de trabalho interno que definiu, em articulação com o Conselho de Administração, um conjunto de medidas para promover a motivação dos colaboradores e o seu alinhamento com o quadro estratégico da empresa, designado por Programa MAIS, sob o lema “Motivar, Alinhar, Inovar e Superar”.

5.5.2. Desenvolver uma cultura social, ambiental, de segurança e saúde ocupacional

Encontra-se já em elaboração o Plano de Prevenção e Gestão de Riscos de Segurança e Saúde da **Águas do Porto, EM**, através da realização de um diagnóstico da situação atual, da aplicação da matriz de riscos e da definição de um conjunto de ações, metas e datas, cujo âmbito abrange as fases de projeto, construção, exploração e manutenção, a gestão de pessoal, a relação com os clientes, a relação com os fornecedores e o público em geral.

Do mesmo modo, a empresa está a preparar um Plano de Emergência Interno, que consiste na sistematização de um conjunto de procedimentos destinados a controlar as situações na origem e a limitar as suas consequências, em especial para as pessoas presentes nas instalações, gerindo, de uma forma otimizada, os recursos humanos e materiais disponíveis. Constitui-se, assim, como um importante instrumento preventivo e de gestão operacional, uma vez que, ao identificar os riscos, estabelece os meios para fazer face ao acidente e, quando definida a composição das equipas de intervenção, atribuir-lhes missões.

Independentemente da dimensão e tipologia de atividade, a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, prevê a obrigação de o empregador garantir três áreas de atuação transversal: primeiros socorros, combate a incêndios e evacuação de pessoas. Mais especificamente, o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, referente ao regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, define a obrigatoriedade de implementação de medidas de autoproteção, por tipologia de utilização de edifícios e de local de risco (plano de prevenção e combate a incêndios).

A par da preocupação com as questões da segurança no trabalho e da saúde ocupacional, a empresa ambiciona implementar uma nova cultura organizacional, com vista à

consciencialização de todos os seus colaboradores para a otimização dos recursos, para o combate ao desperdício e para a procura de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho.

Pretende, ainda, pautar a sua atuação por critérios de ecoeficiência, mobilizando todos os colaboradores para a promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a par da racionalização de custos e da redução do impacto ambiental. Para o efeito, prevê-se a elaboração de um Plano Interno de Sensibilização dos Colaboradores para as Questões Ambientais.

5.5.3. Disponibilizar uma plataforma tecnológica integrada, eficaz e fiável

No próximo ano está planeada a atualização e a integração de várias aplicações informáticas que sustentam o funcionamento de áreas fundamentais da **Águas do Porto, EM**, nomeadamente do Multi, do CRM, do Navision e do iPortalDoc.

No caso do Multi, o programa informático responsável pela gestão operacional das redes e sistemas, prevê-se a criação de um mapa de ocorrências que permita representar de uma forma gráfica a distribuição dos serviços pelas várias equipas, bem como de aplicações para *tablet* que permitam a receção e o envio das notas de serviço entre a Sala de Comando e as equipas que atuam no terreno.

O *upgrade* do Sistema Integrado de Gestão dos Clientes (CRM) corresponde à introdução de novas funcionalidades que permitam disponibilizar informação complementar relativa à relação comercial com o cliente, sendo de destacar as desobstruções e cortes do piquete, as agendas de licenciamento, ligação à rede e contadores, o cadastro do prédio e a informação dos ramais de água e águas residuais.

No atual universo empresarial saber decidir da melhor forma e no mais curto espaço de tempo é fundamental. O conhecimento estruturado da atividade da organização assume-se como um fator crucial no processo de tomada de decisão para que, de uma forma pró-ativa, consciente e atempada, sejam efetuadas as opções que mais beneficiam a empresa.

As soluções de Business Intelligence (BI) são reconhecidas como uma das principais fontes de vantagem competitiva nas organizações, transformando conjuntos de dados extensos e geralmente dispersos em conhecimento consolidado, pronto a ser analisado e manipulado de forma efetiva. Estes sistemas constituem a base para a definição das estratégias orientadoras do negócio, atuando como catalisadores para a tomada de decisão.

Neste domínio, a **Águas do Porto, EM**, traçou como uma das prioridades implementar uma ferramenta de BI para o controlo de gestão dos indicadores de desempenho constantes da Matriz Estratégica. Os *dashboards* constituem atualmente o meio preferencial de acesso simplificado à informação da organização, comunicando o estado dos indicadores de negócio de forma evidente, incisiva e visualmente apelativa.

6. Plano de Investimento Anual e Plurianual

O plano de investimento da **Águas do Porto, EM**, para o triénio 2016-2018, corresponde a um valor global superior a 41 milhões de euros. O maior volume de investimento será realizado no ano de 2016, com a aplicação de 16,3 milhões de euros, o que representa 39,8% do orçamento total da empresa para o triénio em questão.

O setor do abastecimento de água absorve a maioria do investimento orçamentado para o triénio 2016-2018, com um peso de 44,1%. As verbas consignadas para a drenagem e tratamento de águas residuais representam 24,8% do valor total, seguindo-se a área da drenagem de águas pluviais com 21,1%. A rubrica “Edifícios e outras construções” acumula 5% do plano de investimento e os Sistema de Informação 3,9%.

Na tabela seguinte, apresentam-se os volumes de investimento inscritos nas principais rubricas.

Tabela 4 | Plano de investimento para o triénio 2016-2018

Rubrica	Investimento (€)			
	2016	2017	2018	Total
Abastecimento de Água	5.659.599	7.823.155	4.647.499	18.130.253
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	4.698.233	3.344.120	2.157.926	10.200.279
Águas Pluviais	3.698.364	3.048.327	1.915.603	8.662.294
Edifícios e outras construções	1.195.000	877.000	0	2.072.000
Sistemas de Informação	698.130	600.000	300.000	1.598.130
Outros Investimentos	418.383	0	0	418.383
Total	16.367.709	15.692.602	9.021.029	41.081.340

6.1. Abastecimento de Água

Uma vez que o nível de atendimento à população, em termos de abastecimento de água, é de 100%, os desafios que, atualmente, se colocam à **Águas do Porto, EM**, prendem-se com a garantia da sustentabilidade infraestrutural e a gestão eficiente dos ativos, com vista ao aumento da eficiência técnica e económica e à melhoria da qualidade de serviço prestada aos clientes.

Entre 2016 e 2018, prevê-se investir 18,1 milhões de euros na área do abastecimento de água, dos quais 5,6 milhões de euros (31,2%) deverão ser aplicados no próximo exercício.

O valor previsto para o abastecimento de água destina-se, na maior parte, à renovação e reabilitação da rede de distribuição, com destaque para a prática continuada de substituição de condutas, uma vez que a empresa assume uma política de gestão preventiva das infraestruturas. Assim, estas intervenções irão absorver, nos próximos três anos, 7,8 milhões de euros, o que representa 43,4% do montante global destinado a esta área de atividade.

Em termos estruturais, esta medida traduz-se no aumento da fiabilidade do sistema e dos seus componentes, com a ocorrência de um menor número de avarias e de interrupções de abastecimento de água e, conseqüentemente, de uma diminuição de perdas reais. Em termos operacionais, a melhoria destes indicadores de desempenho traduz-se em menores custos, maior produtividade dos recursos humanos e maior conforto para os consumidores.

Tabela 5 | Plano de investimento no abastecimento de água (2016-2018)

Rubrica	Investimento (Euros)			
	2016	2017	2018	Total
Remodelação da Rede	3.475.564	2.578.715	1.815.910	7.870.189
Execução/Substituição de Ramais	1.190.331	832.440	461.589	2.484.360
Substituição de Contadores	330.000	300.000	300.000	930.000
Reservatórios	233.000	567.000	0	800.000
Outros	430.704	3.545.000	2.070.000	6.045.704
Total	5.659.599	7.823.155	4.647.499	18.130.253

6.1.1. Plano de Remodelação da Rede de Abastecimento de Água

Com vista à melhoria da eficácia e eficiência da exploração da rede de abastecimento de água ao nível da fiabilidade do serviço, garantia da qualidade da água, rentabilidade das infraestruturas e diminuição do índice de água não faturada, e numa perspetiva de gestão dos ativos da empresa ao nível da renovação da rede, a **Águas do Porto, EM**, analisou as necessidades de intervenção infraestruturais.

O ponto de partida consistiu na realização de uma análise multicritério para hierarquizar as necessidades prioritárias de substituição de condutas, tendo em consideração a informação disponível na base de dados de ocorrências na rede, a idade das condutas e os materiais constituintes, compatibilizando essa análise com a inferência estatística do pessoal operacional.

Tendo em consideração as condutas com registo de avarias entre 2011 e 2014, a evolução dessas avarias ao longo do tempo e os materiais constituintes, o Plano de Remodelação da Rede de Abastecimento de Água estabelece três graus de prioridade de intervenção, concretamente: a prioridade 1 (máxima ou muito urgente), a prioridade 2 (urgente) e a prioridade 3 (a monitorizar). Este último grau de prioridade não infere uma necessidade urgente de intervenção nas infraestruturas, mas implica uma monitorização mais atenta das mesmas, com o intuito de controlar o seu comportamento relativamente ao número e tipo de avarias que poderá apresentar e o seu progresso no futuro.

No seguimento deste estudo, foi efetuada uma compatibilização destas prioridades com os resultados do Balanço Hídrico por ZMC, tendo sido definidas três fases de atuação que perfazem o total de 60,4 km de condutas com prioridade muito urgente e urgente de intervenção.

Foi também verificada a necessidade de intervenção nas redes de águas residuais domésticas e águas residuais pluviais e, por fim, foi compatibilizada com as necessidades de requalificação dos arruamentos da Câmara Municipal do Porto, tendo sido dividida a intervenção em cinco empreitadas distintas.

No ano de 2016 irão concluir-se as empreitadas dos Grupos 1 e 4 e iniciar-se a empreitada do grupo 3. Prevê-se que as intervenções contempladas nos Grupos 2 e 5 arranquem nos anos de 2017 e 2019, respetivamente. O investimento total associados a este lote de empreitadas ascende a 8,8 milhões de euros.

Estas obras destinam-se essencialmente a remodelar a rede de abastecimento de água. Contudo, os Grupos 3 e 4 contemplam também, em alguns arruamentos, trabalhos de

infraestruturas de águas residuais domésticas e pluviais necessários na mesma zona de intervenção.

Tabela 6 | Empreitadas de substituição de condutas

Empreitadas	Extensão (km)
Substituição de condutas – Grupo 1	11,754
Substituição de condutas – Grupo 2	15,451
Substituição de condutas – Grupo 3	6,620
Substituição de condutas – Grupo 4	18,236
Substituição de condutas – Grupo 5	22,948
Total	75,009

Com estas intervenções a **Águas do Porto, EM**, pretende melhorar substancialmente as redes existentes, o serviço prestado à população e diminuir a intervenção das equipas de manutenção e reparação das infraestruturas.

6.1.2. Plano de Redução da Água Não Faturada

Trata-se de uma estratégia de médio prazo (quatro anos) de redução da água não faturada, tendo por base o cálculo do balanço hídrico e a identificação e análise das suas componentes mais significativas, através da definição de objetivos e ações para perdas reais, perdas aparentes e consumo autorizado não faturado.

No âmbito deste Plano, a gestão operacional da rede de abastecimento de água, tendo em vista a redução das perdas reais, continuará a centrar-se no controlo ativo de perdas, vocacionado para a deteção precoce de fugas e para a sua rápida reparação. Outra aposta prende-se com a definição de novas zonas de medição e controlo (ZMC) de locais de pressões elevadas onde seja possível instalar válvulas redutoras de pressão.

A maior fatia do investimento da **Águas do Porto, EM**, na área de abastecimento de água está afeta ao programa de remodelação da rede de distribuição, dando prioridade às condutas que, nos últimos anos, apresentaram mais roturas e deficiências no seu funcionamento.

No que concerne às perdas aparentes, a estratégia adotada consiste na renovação do parque de contadores através da substituição dos equipamentos mais antigos para garantir o controlo metrológico, bem como na implementação do sistema de telecontagem nas zonas de difícil leitura e nos grandes consumidores. Paralelamente, a empresa dispõe de um plano de prevenção e monitorização de ilícitos para a inibição da propagação dos mesmos e para a garantia do tratamento equitativo de todos os clientes.

Destaca-se, ainda, a consolidação dos sistemas de monitorização e de telegestão da rede para controlo em tempo real da água entrada no sistema, dos níveis de água armazenada nos reservatórios, dos caudais distribuídos e das pressões.

6.1.3. Conduta Adutora Nova Sintra-Pasteleira

No âmbito das intervenções de exploração da rede de água, a empresa identificou a necessidade de reformular/substituir a conduta Nova Sintra-Pasteleira. O projeto de execução da intervenção ficou concluído em 2015 e prevê-se lançar o procedimento concursal e iniciar a empreitada em 2016, absorvendo um investimento de 1,7 milhões de euros.

A intervenção prevista divide-se essencialmente nos quatro troços seguintes:

- 1.º Troço: Entre o reservatório de Nova Sintra e a rua de Nova Sintra/Travessa da China, cerca de 250m de conduta de 500mm em aço instalada em galeria. A degradação do estado atual da conduta leva à necessidade de substituição por uma nova tubagem em ferro fundido dúctil (FFD).
- 2.º Troço: A conduta de DN 600mm instalada na linha da Alfândega, entre a rua Barão de Nova Sintra e o túnel da Alfândega, com pequenas intervenções de proteção mecânica pois está instalada à superfície e, como tal, sujeita a ser danificada por ações externas.
- 3.º Troço: Cerca de 1500m de conduta de 560mm em PEAD, instalada no interior do túnel da Alfândega, que será substituída por tubagem de DN 500mm em FFD, devido às frequentes roturas que tem registado.
- 4.º Troço: No interior da galeria técnica, entre a rua Nova de Alfândega e o Cais das Pedras, foi instalada uma conduta provisória de DN350mm em PEAD. Será instalada uma nova tubagem de DN 500mm FFD em cerca de 1000m.

Para além dos trabalhos descritos, a intervenção contempla a telegestão e automação das válvulas existentes e a instalar e a colocação de medidores de caudal nas derivações para a rede de distribuição da linha Nova Sintra-Pasteleira.

6.1.4. Requalificação dos Reservatórios

De modo a reforçar a segurança e fiabilidade do sistema de abastecimento de água da cidade, estão planeadas obras de requalificação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim, implicando um investimento total de 800 mil euros.

Os reservatórios dos Congregados e do Bonfim são duas importantes infraestruturas de armazenamento de água da rede de distribuição do Porto que estão em funcionamento desde 1950 e 1960, respetivamente.

O reservatório dos Congregados situa-se num maciço rochoso na Rua da Alegria, na freguesia do Bonfim. É constituído por quatro células circulares distintas, sendo a estrutura mais antiga a célula elevada (Torre), cuja construção terminou em 1938. As células circulares de menores dimensões foram instaladas em 1955 e 57 e a célula circular com maior dimensão (interligada com a estação elevatória) foi concluída em 1965.

Com uma capacidade máxima total de 13.500 m³, o reservatório dos Congregados abastece atualmente duas ZMC (Congregados-Alta e Congregados-Superior), funcionando de forma distinta: a primeira totalmente gravítica e a segunda por bombagem, através da estação

elevatória dos Congregados associada (única estação elevatória ativa do sistema de abastecimento de água do Porto).

O reservatório do Bonfim localiza-se na Rua de Barros Lima, na freguesia do Bonfim. É composto por quatro células, duas circulares e duas retangulares, com uma capacidade máxima total de 30.000 m³. Este reservatório abastece a ZMC Média Central, em conjunto com o reservatório de Santo Isidro, que foi alvo de reabilitação em 2013.

As obras de reabilitação previstas para estes reservatórios abrangem a recuperação estrutural dos edifícios e a reformulação dos respetivos circuitos hidráulicos associados, melhorando a sua operacionalidade através da instalação de válvulas motorizadas e de novos caudalímetros de entrada e saída, com vista ao aumento da fiabilidade de medição das ZMC associadas.

6.2. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

O esforço empreendido pela **Águas do Porto, EM**, para a melhoria da saúde pública e da qualidade de vida da população tem vindo a ser, em grande medida, materializado no reforço sistemático das infraestruturas de saneamento de águas residuais.

A estratégia delineada para esta área de atividade visa, no contexto dos princípios da universalidade, continuidade e qualidade do serviço, prosseguir a melhoria dos níveis de atendimento, de integração e eficiência no sistema de saneamento público do concelho do Porto, de acordo com um modelo de gestão integrada dos recursos “território” e “água”.

Tal como ilustra a tabela seguinte, o saneamento de águas residuais absorve um montante global que ascende aos 10,2 milhões de euros nos próximos três anos, destinados sobretudo à remodelação da rede de drenagem, o que representa 68,3% do investimento total afeto a este setor de atividade.

Tabela 7 | Plano de investimento no saneamento de águas residuais (2016-2018)

Rubrica	Investimento (Euros)			
	2016	2017	2018	Total
Remodelação da Rede	2.152.753	2.944.616	1.873.904	6.971.273
Instalação de Coletores	429.454	0	0	429.454
Execução/Substituição de Ramais	434.342	299.504	234.022	967.868
Outros	1.681.684	100.000	50.000	1.831.684
Total	4.698.233	3.344.120	2.157.926	10.200.279

A segunda parcela mais significativa diz respeito às obras de conclusão da rede de drenagem de águas residuais do concelho, incluindo a instalação e substituição de coletores e a execução de ramais domiciliários. A empresa prevê canalizar para estas intervenções aproximadamente 1,4 milhões de euros, ou seja, 13,7% do investimento global.

6.2.1. Remodelação da Rede

Apostada na prestação de um serviço regular e contínuo aos utilizadores, com elevados padrões de qualidade, a **Águas do Porto, EM**, segue um plano de manutenção preventiva

geral da rede de saneamento, designadamente coletores, estações de bombagem, ejetores e tanques shone, com o intuito de evitar a ocorrência de avarias e de inundações.

No âmbito da manutenção corretiva, a capacidade infraestrutural e operacional é assegurada pela substituição de coletores, selecionados com base numa análise criteriosa, garantindo-se, assim, a adequada renovação da rede.

Um dos projetos mais importantes diz respeito à remodelação da rede de águas residuais da Rua de Santos Pousada, integrada na empreitada de requalificação e beneficiação das redes de Santos Pousada e Campo 24 de Agosto, cujo custo total corresponde a mais de três milhões de euros. As obras iniciaram-se no final mês de julho de 2015 e têm uma duração aproximada de 16 meses, a realizar por troços, com duração parcelar de três meses cada, para evitar transtornos. A única exceção é o troço da rua Fernandes Tomás, cuja obra durará cinco meses.

No âmbito das prioridades de intervenção na rede de águas residuais pluviais, a empresa pretende também substituir e/ou reabilitar parte do coletor geral da zona norte. O mau estado de conservação, a diversidade de materiais e a necessidade de localizar esta infraestrutura em arruamentos/locais públicos, que facilitem o acesso para exploração e manutenção, reflete a necessidade da intervenção proposta.

Assim, com vista ao lançamento de uma empreitada para substituição do coletor geral da zona norte, entre a Avenida da Boavista e a Rua da Pasteleira, numa extensão de cerca de 1,1 km, encontra-se em desenvolvimento o projeto de execução da intervenção. Estima-se que esta empreitada terá início em 2017 e implicará um investimento de 2,3 milhões de euros.

6.2.2. Conclusão da Rede de Drenagem

O plano de investimento associado ao encerramento do Projeto Porto Saneamento 100% contempla cerca de 1,4 milhões de euros. Com a concretização deste projeto, iniciado no final de 2006, o nível de acessibilidade física ao serviço de águas residuais domésticas passará a ser de 99,5% em 2016.

Para além da infraestruturização, este projeto assenta em dois pilares: por um lado, a realização de campanhas porta-a-porta por parte de técnicos da empresa no sentido de prestar apoio técnico aos proprietários dos prédios não ligados na adaptação das redes prediais; e, por outro lado, a fixação de um preço reduzido como incentivo à ligação efetiva das redes prediais ao sistema público de águas residuais.

As obras realizadas viabilizam a ligação de todos os prédios da cidade do Porto à rede de drenagem de águas residuais e a condução desses esgotos às ETAR do Freixo e de Sobreiras, assegurando o seu correto tratamento e a qualidade do efluente final compatível com a descarga em meio natural.

Consequentemente, tem vindo a assistir-se a uma diminuição significativa das descargas indevidas de águas residuais no meio natural e no sistema de águas pluviais, pondo fim a situações de insalubridade e de risco para a saúde pública e assegurando uma melhoria da qualidade da água das ribeiras e das águas balneares.

6.2.3. Construção do Intercetor de Rio Tinto

A **Águas do Porto, EM**, em parceria com a Câmara Municipal de Gondomar, apresentou, em agosto de 2015, uma candidatura ao PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos para a construção do Intercetor de Rio Tinto, num investimento global de 9,2 milhões de euros. No caso desta empresa municipal prevê-se que sejam canalizados para esta obra 3,7 milhões de euros, aguardando-se o parecer da Autoridade de Gestão em relação à candidatura apresentada.

O projeto pode ser dividido, fundamentalmente, em quatro partes:

1. A execução do intercetor a partir da descarga da ETAR de Rio Tinto (Meiral) até à ETAR do Freixo, implantado nos concelhos de Gondomar e do Porto, no diâmetro 800 mm, bem como instalação de equipamentos de monitorização do caudal e qualidade do efluente;
2. Trabalhos para a reunião das duas descargas da ETAR do Freixo e ligação à câmara de reunião das descargas, no diâmetro 1000 mm. Alteração do trecho final das águas pluviais na ETAR do Freixo, que atualmente liga ao bypass do tratamento primário da estação de tratamento, para ligação ao rio Tinto;
3. Execução do intercetor a partir da reunião das descargas das ETAR de Rio Tinto e do Freixo, junto ao recinto desta última, e descarga final do efluente tratado no rio Douro, no diâmetro 1400 mm;
4. Reabilitação do intercetor existente entre a rotunda do Centro de Saúde de Rio Tinto e a ETAR de Rio Tinto, no Município de Gondomar.

O intercetor proposto desenvolve-se desde a rotunda do Centro de Saúde de Rio Tinto até ao rio Douro, recebendo as descargas de águas residuais das ETAR de Rio Tinto e do Freixo, garantindo, assim, a plena salubridade do efluente lançado nesta massa de água, a proteção ambiental da zona envolvente e o pleno cumprimento da Diretiva 91/271/CEE, de 21 de maio de 1991, posteriormente alterada pela Diretiva 98/15/CE da Comissão Europeia, de 27 de fevereiro de 1998, ou seja, a Diretiva e Águas Residuais Urbanas (DARU).

Embora as ETAR do Rio Tinto e do Freixo respeitem os parâmetros legais de descarga no rio Tinto, o caudal insuficiente deste curso de água não permite a diluição necessária das águas residuais rejeitadas, inviabilizando que esta massa de água superficial consiga atingir um Bom Estado global. Esta é, precisamente, uma das principais causas para o facto de o rio Tinto, classificado como uma massa de água fortemente modificada, obter a classificação “Mau” no que concerne ao Estado/Potencial Ecológico e “Insuficiente” no que diz respeito ao Estado Químico, com base na informação apresentada no projeto do Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Douro 2016-2021.

Perante esta situação de pré-contencioso com as autoridades europeias por futuro incumprimento da DARU, a solução encontrada prende-se com a construção de um emissário destinado a transportar os efluentes tratados das ETAR de Rio Tinto e do Freixo para o rio Douro.

Acresce, ainda, que este projeto implica, por razões inerentes à construção do interceptor, a regularização fluvial, o controlo de cheias e a requalificação ambiental do leito e margens do rio Tinto, no troço que atravessa os concelhos de Gondomar e do Porto, contribuindo para a despoluição e renaturalização desta linha de água em consonância com as exigências estabelecidas na Diretiva Quadro da Água, transposta para a legislação nacional através da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), e no PGRH do Douro.

6.2.4. ETAR do Freixo e de Sobreiras

Em outubro de 2015, a **Águas do Porto, EM**, lançou um concurso público internacional para a prestação de serviços de operação e manutenção das ETAR do Município do Porto (Freixo e Sobreiras), com um preço base de 29,5 milhões de euros.

Com este contrato, que deverá iniciar-se em julho de 2016 e terá a duração de sete anos, prevê-se uma poupança de 4,5 milhões de euros. O Caderno de Encargos determina que a empresa que ganhar o concurso terá de investir 1,2 milhões de euros na renovação de equipamentos das duas ETAR.

A **Águas do Porto, EM**, têm previsto um investimento de 1,4 milhões de euros na implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente através da instalação de painéis fotovoltaicos, nas ETAR do Freixo e de Sobreiras, esperando recuperá-lo em quatro anos com a poupança de consumo energético prevista.

6.3. Drenagem de Águas Pluviais

Nesta área de atividade, destaca-se a abertura de um concurso público internacional, em outubro de 2015, para o levantamento e registo cadastral da rede de águas residuais pluviais de toda a cidade do Porto, prevendo-se um investimento global de 580 mil euros. Os trabalhos começam em 2016, devendo ficar concluídos em 2017.

Este projeto tem como objetivo concentrar numa base de dados SIG informação gráfica e alfanumérica considerada importante para apoio à exploração e gestão deste sistema público, possibilitando a integração desta informação com outras bases de dados. A informação recolhida servirá de *input* à identificação e desenvolvimento das ações de manutenção e reabilitação mais adequadas.

Encontram-se planeadas obras de reabilitação e reformulação da rede de águas residuais pluviais, ascendendo o investimento global a 7,6 milhões de euros. Em meados do presente ano foi adjudicada a empreitada que prevê a remodelação das infraestruturas de abastecimento de água, saneamento e águas pluviais na rua de Santos Pousada, no Bairro Fernão Magalhães (norte e sul), em parte das ruas Fernandes Tomás, Santo Ildefonso, Morgado Mateus e na rua Duque da Terceira até ao cruzamento com a rua Rodrigues de Freitas.

As redes existentes nestes locais são antigas, estão em mau estado de conservação e, em certos casos, têm falta de capacidade de drenagem. A rede de águas pluviais a construir vai permitir desviar parte dos caudais afluentes ao Campo 24 de Agosto e aumentar a atual capacidade de drenagem.

Deste modo, a **Águas do Porto, EM**, vai melhorar substancialmente o serviço prestado à população, nomeadamente os graves problemas de drenagem existentes no Campo 24 de Agosto, que afetam o funcionamento da estação de metro, diminuindo a necessidade de intervenção das equipas de manutenção e reparação.

No âmbito das prioridades de intervenção na rede de águas pluviais, foi identificada a necessidade de substituir o coletor da Rua de Monsanto. O mau estado de conservação deste coletor e a necessidade de o deslocalizar do manancial de Arca d'Água para os arruamentos limítrofes, por questões de salubridade e segurança e para facilitar o acesso para operações de manutenção, justificam a intervenção proposta.

O projeto de execução desta empreitada foi elaborado em 2015, procurando compatibilizar as intervenções nas redes de águas residuais e de águas pluviais na referida zona. Foi também contemplada a reformulação da rede de águas pluviais da Praça Nove de abril, uma vez que foram observadas dificuldades de escoamento para chuvadas mais intensas, originando periodicamente o transbordo da rede e a inundação do arruamento.

Em suma, prevê-se um investimento na ordem dos 8,6 milhões de euros nesta área de atividade até 2018, dos quais 42,7% serão aplicados durante o ano de 2016 (ver Tabela 8).

Tabela 8 | Plano de investimento em águas pluviais (2015-2017)

Rubrica	Investimento (Euros)			
	2015	2016	2017	Total
Remodelação da Rede	2.946.972	2.848.327	1.865.603	7.660.902
Outros	751.392	200.000	50.000	1.001.392
Total	3.698.364	3.048.327	1.915.603	8.662.294

A empresa investe, ainda, na manutenção preventiva da rede, através da intervenção periódica em zonas críticas de inundação, designadamente ao nível dos coletores, sarjetas, sumidouros e grelhas. Em simultâneo, as equipas técnicas e operacionais dedicam-se à eliminação das ligações indevidas, quer de águas pluviais à rede de águas residuais (rede pública e privada), minimizando o volume de águas residuais tratadas nas ETAR, quer de águas residuais ao sistema de drenagem de águas pluviais, reduzindo a poluição das linhas de água.

6.4. Gestão de Ribeiras

Em 2016 a **Águas do Porto, EM**, pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos ao nível da reabilitação das linhas de água do Município do Porto, bem como promover ações que visam melhorar a qualidade das massas de água e a monitorização das ribeiras em tempo real. Neste âmbito, foram estabelecidos os seguintes objetivos gerais:

- Desenvolvimento de ações com o propósito de promover a melhoria da qualidade das águas interiores das ribeiras costeiras e a implementação de sistemas de monitorização, alerta e informação sobre a qualidade da água e a ocorrência de inundações nas ribeiras costeiras;
- Conclusão do levantamento cadastral das ribeiras costeiras;

- Conclusão do projeto Smart Water Grids na ribeira de Aldoar;
- Elaboração do projeto de desentubamento e reabilitação da ribeira de Aldoar, na Avenida da Boavista, e início da respetiva empreitada;
- Reabilitação da ribeira da Granja, na rua de Manuel Pinto de Azevedo.

O projeto Smart Water Grids de Aldoar consiste na incorporação de novas tecnologias e equipamentos para conhecimento e monitorização, remota e em tempo real, do comportamento das várias redes do ciclo urbano da água da bacia piloto de Aldoar, promovendo uma cultura de inovação e de gestão inteligente das redes.

A sua concretização concorre para o desenvolvimento de outro projeto estruturante da empresa para o triénio 2016-2018: a Plataforma Tecnológica do Ciclo Urbano da Água. Consiste num sistema de monitorização e controlo das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e de águas pluviais, bem como das ribeiras e das praias, com base em informação remota e em tempo real assente nos dados medidos (sensores, deteção remota) e nos dados modelados.

A Plataforma Tecnológica será, igualmente, responsável pela geração de alertas e pela integração dos diferentes sistemas de controlo remoto já implementados ou a implementar. Este projeto estará plenamente funcional no final de 2017 mas, em outubro de 2016, a empresa terá já operacionalizada uma zona piloto na bacia de Aldoar e na frente marítima.

6.5. Gestão da Frente Marítima

Reconhecendo a importância da valorização do património marítimo, a **Águas do Porto, EM**, definiu o projeto "Porto Bandeira Azul" como um dos seus projetos estratégicos para o triénio 2016-2018. Este projeto tem como objetivo a requalificação das zonas balneares, bem como a reabilitação da sua envolvente, criando infraestruturas de apoio para os banhistas e condições de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida.

Esta iniciativa contempla diversas atividades: a melhoria da qualidade das águas balneares e respetiva monitorização, a requalificação das zonas balneares e da sua envolvente, a valorização dos ecossistemas marítimos, a criação e reforço das infraestruturas de apoio, e a promoção de ações de educação ambiental e de participação pública.

A cidade do Porto tem quatro zonas balneares, constituídas por nove praias: Zona Balnear do Castelo do Queijo (Praia do Castelo do Queijo); Zona Balnear do Homem do Leme (Praia do Homem do Leme); Zona Balnear de Gondarém (Praia do Molhe e Praia de Gondarém) e Zona Balnear da Foz (Praia da Luz, Praia dos Ingleses, Praia do Ourigo, Praia do Carneiro e Praia das Pastoras).

Toda a frente marítima entre a Praia do Homem do Leme e a Praia das Pastoras ostenta o galardão Bandeira Azul, um certificado da qualidade ambiental que distingue o esforço de diversas entidades, no sentido da melhoria do ambiente marinho, costeiro, fluvial e lacustre e implica o cumprimento de diversos critérios nas áreas de educação ambiental e informação, gestão e segurança, qualidade da água e meio costeiro.

Em 2016, o objetivo é manter a Bandeira Azul nas zonas balneares do Homem do Leme, de Gondarém (Molhe e Gondarém) e da Foz (Luz, Ingleses, Ourigo, Carneiro e Pastoras) e a classificação “Praia Acessível – Praia para Todos” na zona balnear do Homem do Leme. Na perspetiva da melhoria contínua, pretende-se desenvolver um conjunto de ações com vista à classificação da qualidade da água balnear do Castelo do Queijo como “Excelente” e à avaliação da situação e potencialidades da Praia Internacional.

A implementação de sistemas de monitorização, alerta e informação da qualidade das águas balneares irá contribuir para uma das componentes da Plataforma Tecnológica do Ciclo Urbano da Água. No mesmo sentido, a melhoria da qualidade da água balnear do Castelo do Queijo e da Internacional será um dos resultados decorrentes da concretização do projeto Smart Water Grids de Aldoar.

6.6. Edifícios e outras construções

No próximo triénio, o investimento da **Águas do Porto, EM**, na gestão do capital humano tem uma tradução física em várias obras destinadas a melhorar as condições de trabalho dos colaboradores, designadamente a construção dos novos armazéns, a reformulação das oficinas e o restauro, requalificação e reconstrução da Quinta de Baixo.

Atendendo à localização privilegiada da Quinta de Baixo, a empresa tem como objetivo a recuperação deste património (edificado e logradouro), atualmente em ruínas, para aumentar a oferta de áreas de trabalho para acolher algumas Unidades Orgânicas, num investimento que ascende a 630 mil euros. O edifício recuperado irá integrar um pequeno auditório para colmatar uma falha nas atuais instalações, onde não existe um espaço adequado para a realização de reuniões alargadas ou para o acolhimento de ações de formação.

O montante de 468 mil euros será aplicado, em 2016, nas obras dos armazéns, que visam recuperar o edificado existente criando boas condições de trabalho para a Unidade Orgânica Compras, tanto ao nível do conforto espacial, como das condições ambientais, térmicas, acústicas e de iluminação.

Durante o próximo ano serão reformuladas as oficinas da empresa e elaborado o projeto para a renovação do Laboratório, cuja obra terá início em 2017.

Na Sede da empresa, importa, também, referir a recuperação dos jardins e bosque da Quinta de Nova Sintra, cujo investimento se cifra em 650 mil euros, para se poder devolver à cidade do Porto um espaço emblemático, onde o lazer, a cultura ou a simples curiosidade possam acontecer, deixando no espírito do visitante a necessidade de voltar.

Para o ano de 2016 está, ainda, planeado o início do processo de remodelação do Pavilhão da Água, que cada vez mais se assume como o *pivot* das ações de educação ambiental da empresa. Construído no âmbito da Expo 98, o Pavilhão da Água continua a funcionar no mesmo modelo e com algumas das suas experiências originais, pelo que a sua modernização e enquadramento com temáticas atuais afigura-se inevitável e com potencial de retorno.

Pretende-se que este equipamento se torne uma referência nacional e internacional, através da incorporação de experiências inovadoras, sobre os recursos hídricos, que modernizem a estrutura e reforcem o seu caráter interativo.

7. Plano Financeiro Anual e Plurianual

Plano de Financiamento	2016	2017	2018
Investimentos			
Ativos fixos	16.367.709	15.692.602	9.021.029
IVA liquidado	489.293	452.247	207.484
	16.857.002	16.144.849	9.228.513
Financiamento dos Investimentos			
Fundos Próprios	11.834.763	8.931.217	8.626.785
Subsídios a Fundo Perdido	2.633.097	2.895.814	2.161.893
Pagamentos do ano	14.467.860	11.827.031	10.788.678
Valores em dívida no final do ano	3.974.940	8.242.841	6.682.675

O Plano de Financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

Descrição	2016	2017	2018
Taxa de inflação	1,20%	1,30%	1,30%
Taxa de IRC	22,50%	22,50%	22,50%
Tempo médio de recebimento (em dias)	27	27	27
Tempo médio de pagamento operacional (em dias)	36	36	37
Aumento salarial nominal	0%	0%	0%
Taxa de Distribuição de Dividendos	39%	17%	20%
Taxa de imparidade de dívidas a receber	1,88%	1,88%	1,88%

Assim, os agregados económico-financeiros são os seguintes:

Agregados Económico-Financeiros Para o Triénio 2015-2017	2016	2017	2018
Resultados			
Resultado Operacional	5.698.177	4.762.970	4.328.470
Resultado Antes de Impostos	5.862.621	4.929.388	4.496.498
Resultado Líquido do Período	4.397.458	3.702.199	3.379.696
Rendimentos e Ganhos			
Venda e Serviços Prestados	38.718.766	39.707.953	40.780.120
Gastos e Perdas			
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-9.552.370	-10.268.399	-10.929.387
Fornecimentos e Serviços Externos	-8.084.227	-8.264.227	-8.278.313
Gastos com o Pessoal	-10.140.038	-10.247.776	-10.287.796
Gastos de Depreciação e de Amortização	-6.896.217	-7.930.047	-8.735.386
Balanço			
Total do Ativo	156.497.578	164.771.701	164.587.628
Total do Passivo	37.243.075	40.876.850	38.406.667
Total do Capital Próprio	119.254.503	123.894.852	126.180.961
Fluxos de Tesouraria			
Operacionais	8.581.358	9.526.256	10.102.151
Investimento	-11.825.963	-8.921.998	-8.617.529
Financiamento	-2.000.000	-750.000	-750.000

Indicadores			
Liquidez Geral (AC – DFA) / (PC – DFP) x 100	76,8%	67,2%	70,6%
Autonomia Financeira	76,2%	75,2%	76,7%
Cobertura do Imobilizado (CP + PNC) / (AFT + AI) x 100	93,1%	91,6%	92,7%
ROCE	4,78%	3,84%	3,43%
Margem EBITDA	32,53%	32,62%	32,67%

AC = Ativo Corrente; DFA = Diferimentos Ativo; PC = Passivo Corrente; DFP = Diferimentos Passivo; CP = Capital Próprio; PNC = Passivo Não Corrente; AFT = Ativos Fixos Tangíveis; AI = Ativos Intangíveis



Demonstrações Financeiras Previsionais



2016-2018

A. Notas explicativas dos pressupostos para 2016

O presente orçamento foi construído com base nos princípios contabilísticos em vigor, bem como na atividade prevista para 2016. Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1. Macroeconómicos

A taxa de inflação prevista para o ano de 2016 é de 1,2%.

2. Investimentos

Descrição	2016
Ativos Fixos Tangíveis	15.822.609
Ativos Intangíveis	545.100
Total	16.367.709

3. Rendimentos e Ganhos

3.1. Vendas e Prestações de Serviços

	2016
Tarifa Consumo Água	20.951.285
Tarifa Disponibilidade Água	6.866.708
Tarifa Águas Residuais	7.038.268
Tarifa Disponibilidade Águas Residuais	2.496.288
Outras Prestações de Serviços	1.366.217
Total	38.718.766

Os valores previstos para as componentes do negócio tiveram subjacente o aumento de 3,3% nas tarifas, repercutindo apenas cerca de 40% do aumento suportado na compra de água que se cifrou nos 7,8%, tendo sido previsto que a quantidade de água vendida se situe em 45.400 m³/dia.

3.2. Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica inclui os “Rendimentos Suplementares”, compostos essencialmente pelo montante auferido a título de comissão sobre a faturação dos resíduos sólidos, assim como os “Outros Rendimentos”, que incluem o valor relativo ao reconhecimento dos subsídios ao investimento e o valor referente aos rendimentos provenientes dos Serviços de Execuções Fiscais a título de taxas de justiça e encargos.

4. Gastos e Perdas

4.1. Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Esta rubrica reflete o custo da compra de água à Águas do Norte S.A., cuja atualização de preço para 2016 sofreu um aumento de 7,8%, passando de 0,3803 €/m³ para 0,4098 €/m³.

Estima-se que a taxa média de água não faturada se situe nos 21%.

4.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” encontram-se resumidos no seguinte mapa:

	2016
Subcontratos	2.717.293
Energia	844.272
Trabalhos especializados	2.049.656
Combustíveis e outros fluidos	150.000
Comunicação	900.170
Rendas e alugueres	377.841
Conservação e reparação	318.565
Honorários	71.280
Vigilância e segurança	108.686
Seguros	184.300
Publicidade	206.886
Outros fornecimentos e serviços	155.278
Total	8.084.227

A rubrica “Subcontratos” está relacionada principalmente com os custos suportados com o contrato de exploração da ETAR do Freixo até meados de julho de 2016, bem como a previsão do custo para a exploração das duas ETAR, cujo concurso público internacional foi lançado no início de outubro de 2015, e com o contrato relativo ao outsourcing do sistema informático de faturação.

A rubrica “Trabalhos Especializados” integra os custos com consultoria e prestações de serviços técnicos e os custos associados às empreitadas, bem como o custo das comissões relacionadas com as cobranças efetuadas em entidades externas (CTT, SIBS, Payshop, etc.) e outras prestações de serviços relacionadas com o sistema de faturação.

A rubrica “Comunicação” abrange o correio, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, e as comunicações da rede móvel.

A rubrica “Rendas e Alugueres” compreende os custos relativos à frota automóvel da empresa, em regime de locação operacional, assim como os custos referentes ao aluguer de máquinas e equipamentos necessários à atividade operacional.

O custo previsto na rubrica “Conservação e Reparação” é relativo à conservação das infraestruturas inerentes ao negócio da empresa, bem como à conservação dos ativos fixos tangíveis.

Na rubrica de “Seguros” estão incluídas as coberturas de responsabilidade civil, bens do ativo fixo tangível e acidentes de automóvel.

4.3. Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica reflete basicamente o valor suportado pela Águas do Porto, EM, com a taxa de controlo da qualidade da água devida à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com o estipulado na Portaria n.º 966/2006, de 8 de junho.

4.4. Gastos com Pessoal

Os parâmetros e políticas consideradas nesta rubrica são apresentados nos pontos 5.2. e 5.5.1.

Foi considerado o efeito previsto no Orçamento de Estado para 2015 ao nível da reposição de 20% das reduções remuneratórias em vigor a 31.12.2014.

4.5 Depreciações e Amortizações

As taxas de depreciação e de amortização utilizadas são as seguintes:

Descrição	Taxas
Ativos Fixos Tangíveis	
Edifícios e Outras Construções	2%-12,5%
Equipamento Básico	4%-33,33%
Equipamento de Transporte	25%
Equipamento Administrativo	12,5%-33,3%
Outras Imobilizações Corpóreas	4%-33,33%
Ativos Intangíveis	
Programas de Computador	33,33%

5. Rubricas do Balanço

5.1. Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a três dias do montante total de serviços prestados.

5.2 Estado e Outros Entes Públicos

Nesta rubrica foram considerados os seguintes parâmetros médios:

Impostos	
- Sobre o Rendimento	
. Taxa de IRC	21,00%
. Taxa de Derrama	1,50%
. Taxa de Derrama Estadual	3,00%
<hr/>	
- Imposto Municipal sobre Imóveis	0,04%
<hr/>	
- Sobre o Valor Acrescentado	
. Taxa média IVA s/ tarifas	6,00%
. Taxa média IVA s/ as outras prestações de serviços	23,00%
. Taxa média IVA s/ o imobilizado sem inversão	23,00%
. Taxa média IVA s/ as compras – Água	6,00%
. Taxa média IVA s/ as Compras – Matérias-primas e outras	23,00%
. Taxa média IVA s/ os FSE	15,80%
<hr/>	
Encargos Sociais de Conta da Empresa	23,75%
<hr/>	
Encargos Sociais de Conta do Trabalhador	
. Segurança Social, ADSE, Caixa Geral de Aposentações	13,50%
. Taxa de IRS	12,86%

5.3. Outras Variações no Capital Próprio

Esta conta integra os subsídios obtidos a fundo perdido para a comparticipação nos investimentos efetuados até à data, principalmente os obtidos aquando da construção das duas ETAR geridas pela empresa.

São reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com a taxa de depreciação subjacente ao bem objeto de financiamento.

Foi definida uma política de distribuição de dividendos de 39% sobre o resultado gerado no período anterior.

5.4. Outras Contas a Receber

5.4.1. Devedores por acréscimos de rendimentos

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização das vendas e prestações de serviços e da comissão obtida pela empresa derivada da faturação que efetua dos resíduos sólidos, cuja receita pertence ao Município do Porto.

5.4.2 Outros devedores

O saldo desta conta compreende o valor correspondente aos resíduos sólidos faturados e não cobrados, tendo como contrapartida uma conta com a mesma designação na rubrica “Outros Credores”, uma vez que esta verba a receber pela empresa destina-se integralmente a ser entregue ao Município do Porto.

Inclui, ainda, o montante depositado de verbas referentes a cauções prestadas por terceiros ao abrigo de concursos públicos e outros. Estes valores serão, de acordo com o preceituado na lei em vigor, restituídos, não estando por tal motivo classificados como disponibilidades.

5.5. Outras Contas a Pagar

5.5.1. Impostos relacionados com subsídios ao investimento

O saldo desta conta corresponde integralmente ao imposto relativo a subsídios obtidos para o investimento.

Estes impostos são revertidos anualmente da conta de “Capital Próprio” respetiva por contrapartida da conta “Outras Contas a Pagar – Impostos” relacionados com subsídios ao investimento, não tendo consequentemente qualquer impacto nos resultados do período.

5.5.2 Credores por acréscimos de gastos

Os acréscimos de gastos respeitam à previsão para os encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias, bem como para os gastos com bens e prestações de serviços estimados para o ano de 2016, mas cuja fatura e respetivo movimento financeiro ocorrerá em 2017.

5.5.3. Outros credores

O saldo desta conta integra a dívida à Câmara Municipal do Porto referente à cobrança de resíduos sólidos, por parte da Águas do Porto, EM, bem como o montante relativo a cauções prestadas por terceiros.

Conforme foi referido no ponto 5.4.2., a conta “Resíduos Sólidos” serve de contrapartida à conta com a mesma designação da rubrica “Outros Devedores” e integra o valor referente a resíduos sólidos faturados e não cobrados.

5.6. Diferimentos

O saldo desta conta, no passivo, corresponde aos valores pagos pelos particulares relativos a ramais de água e de saneamento executados pela empresa, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com a taxa de depreciação subjacente ao bem.

6. Provisões e Passivos Contingentes

6.1. Provisões

Esta rubrica integra o valor registado em “Provisões para Impostos”, que corresponde à imputação do IMT efetuada até 2013, em consequência de notificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA), do referido imposto que seria devido aquando da constituição da empresa através da entrega de bens imóveis para realização do capital (ver Nota 9).

Em 2013, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-Lei nº 151-A/2013, de 31 de outubro, a empresa procedeu ao pagamento do referido imposto, mantendo a impugnação judicial. O imposto pago foi registado na rubrica de ativos fixos tangíveis e está a ser reconhecido na demonstração dos resultados em função da depreciação do ativo subjacente.

Integra também a rubrica “Provisões para Processos Judiciais em Curso”, que reflete a estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos judiciais em curso e a rubrica “Outras Provisões” que está relacionada com as regularizações efetuadas decorrentes da diminuição de capital ocorrida em 2011.

Contempla, ainda, a rubrica “Pensões” que corresponde à avaliação atuarial em 31.12.2014 da responsabilidade com pensões de reforma de trabalhadores aposentados cujos descontos não foram entregues no período de 1973 a 1988, aos beneficiários da extinta Caixa de Reformas que não aderiram ao acordo judicial e à responsabilidade decorrente de acidentes de serviço aos quais foi atribuída uma pensão de invalidez.

6.2 Passivos Contingentes

Em julho de 2007, a Casa da Música/Porto 2001, S.A. (em liquidação) reclamou judicialmente o pagamento de € 1.322.013, acrescidos de juros de mora, à Águas do Porto, EM, com fundamento no alegado incumprimento do Protocolo estabelecido no âmbito do Programa de Requalificação Urbana, inserido no evento Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura.

Por notificação de 22.06.2015 e despacho do Meritíssimo Juiz, o TAF do Porto convidou as partes para um derradeiro esforço no sentido de aventarem a hipótese de poder ser apresentada uma solução de acordo.

Neste sentido foi apresentada por parte da Águas do Porto, EM, uma proposta de pagamento do montante de € 566.597,79, o qual seria feito em duas prestações iguais, uma com vencimento no final do mês seguinte à homologação judicial da transação e outra seis meses após o primeiro pagamento.

A referida proposta foi aceite pelo Administrador Liquidatário da contraparte e pelo Sr. Procurador do Ministério Público, tendo sido formalizado o acordo de transação que foi homologado em 01 de outubro de 2015.

As prestações acima referidas serão pagas até 30 de novembro de 2015 e 30 de maio de 2016.

Conforme referido na nota 11.2., existe um diferendo com a ATA em sede de IVA, sendo entendimento desta a não dedutibilidade do imposto suportado nas operações relacionadas

com trabalhos realizados em ribeiras. A Águas do Porto, EM, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

7. Compromissos financeiros e outras contingências não incluídas no balanço

No âmbito das intervenções efetuadas na via pública, o Banco Português de Investimento prestou, em nome da Águas do Porto, EM, garantias bancárias à empresa Estradas de Portugal, S. A., atualmente denominada IP – Infraestruturas de Portugal S.A., no valor de € 297.399,69.

Adicionalmente, o Banco Santander Totta prestou à ARH do Norte, em nome da Águas do Porto, EM, duas garantias bancárias no montante de € 50.000 cada, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.



B. Orçamento de Investimento

Investimento	2016
Ativos Fixos Tangíveis	
Edifícios e Outras Construções	1.195.000
Equipamento Básico	13.646.196
Equipamento de Transporte	410.000
Equipamento Administrativo	257.903
Outros Ativos Fixos Tangíveis	313.510
Subtotal	15.822.609
Ativos Intangíveis	
Software	545.100
Subtotal	545.100
Total	16.367.709

C. Orçamento Anual de Exploração

Rendimentos e Gastos	2016
Vendas e serviços prestados	38.718.766
Trabalhos para a própria entidade	100.436
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-9.552.370
Fornecimentos e serviços externos	-8.084.227
Gastos com o pessoal	-10.140.038
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-771.632
Provisões (aumentos/reduções)	-44.526
Outros rendimentos e ganhos	2.956.677
Outros gastos e perdas	-588.692
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12.594.394
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	-6.896.217
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.698.177
Juros e rendimentos similares obtidos	164.444
Juros e gastos similares suportados	0
Resultado antes de impostos	5.862.621
Imposto sobre o rendimento do período	-1.465.163
Resultado líquido do período	4.397.458
Resultado por ação (Resultado Líquido/Capital Estatutário)	0,0550



D. Orçamento Anual de Tesouraria

31-12-2016	
Atividades operacionais:	
Recebimento de clientes	40.146.139
Pagamento a fornecedores	-20.337.478
Pagamento ao pessoal	-10.162.181
Caixa gerada pelas operações	9.646.480
Pagamento/recebimento do IRC	-1.663.095
Outros recebimentos /pagamentos	597.973
Fluxos de caixa das atividades operacionais	8.581.358
Atividades de investimento:	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-13.949.395
Ativos intangíveis	-518.466
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios ao investimento	2.633.097
Juros e rendimentos similares	8.801
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-11.825.963
Atividades de financiamento:	
Pagamentos respeitantes a:	
Dividendos	-2.000.000
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-2.000.000
VARIAÇÃO DE CAIXA	-5.244.605
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	9.100.473
CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	3.855.868

E. Balanço Previsional

Descrição	31-12-2016
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	140.401.775
Ativos intangíveis	473.190
Outros ativos financeiros	5.385
	140.880.350
Ativo corrente	
Inventários	218.407
Clientes	2.863.573
Estado e outros entes públicos	63.477
Outras contas a receber	8.447.383
Diferimentos	168.519
Caixa e depósitos bancários	3.855.869
	15.617.228
Total do ativo	156.497.578
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	80.000.000
Reservas legais	1.847.636
Resultados transitados	9.944.124
Outras variações no capital próprio	23.065.285
	114.857.045
Resultado líquido do período	4.397.458
Total do capital próprio	119.254.503
Passivo	
Passivo não corrente	
Provisões	5.247.528
Outras contas a pagar – Impostos relacionados com subsídios	6.696.373
	11.943.901
Passivo corrente	
Fornecedores:	
Conta corrente	1.719.742
Imobilizado	3.974.940
Estado e outros entes públicos	908.594
Outras contas a pagar	13.720.179
Diferimentos	4.975.719
	25.299.174
Total do passivo	37.243.075
Total do capital próprio e do passivo	156.497.578



Parecer do Fiscal Único



2016-2018